

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PEDRO HENRIQUE BARBOSA BALTHAZAR

**A “cubanização” do Brasil e o mundo rural: a crise do
governo Goulart (1961-1964) na imprensa carioca**

Niterói

2017

PEDRO HENRIQUE BARBOSA BALTHAZAR

**A “CUBANIZAÇÃO” DO BRASIL E O MUNDO RURAL: A CRISE DO
GOVERNO GOULART (1961-1964) NA IMPRENSA CARIOCA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Ajurum de Oliveira Dezemone

Niterói

2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá.

B197 Balthazar, Pedro Henrique Barbosa.

A “cubanização” do Brasil e o mundo rural: a crise do governo Goulart (1961-1964) na imprensa carioca / Pedro Henrique Barbosa Balthazar. – 2017.

134 f.

Orientador: Marcus Dezemone.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

Bibliografia: f. 127-132.

1. Brasil. 2. Cuba. 3. Camponês; atividade política. 4. Nordeste do Brasil. 5. Imprensa. 6. Goulart, João, 1918-1976. 7. Brasil; política e governo, 1961-1964. I. Dezemone, Marcus. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

PEDRO HENRIQUE BARBOSA BALTHAZAR

**A “CUBANIZAÇÃO” DO BRASIL E O MUNDO RURAL: A CRISE DO
GOVERNO GOULART (1961-1964) NA IMPRENSA CARIOCA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Banca prevista para 30/03/2017

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Marcus Dezemone- Orientador
Universidade Federal Fluminense e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFF e UERJ).

Professor Doutor Mário Grynszpan- Membro
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professor Doutor Clifford Andrew Welch- Membro
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Professora Doutora Márcia Maria Menendes Motta- Suplente
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora Doutora Edilza Joana Oliveira Fontes- Suplente
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumo

A “CUBANIZAÇÃO” DO BRASIL E O MUNDO RURAL: A CRISE DO GOVERNO GOULART (1961-1964) NA IMPRENSA CARIOCA

A pesquisa pretende discutir o papel de parte da imprensa carioca na campanha de desestabilização e na conspiração que contribuíram com a deposição do governo João Goulart (1961-1964). Para isso, se concentra nas representações sobre a noção de "cubanização" do Brasil e sua relação com o mundo rural, a partir da análise de temas como as Ligas Camponesas e as visões sobre a região Nordeste. Tal discurso serviu para desqualificar movimentos sociais no campo e foi utilizado para legitimar o golpe de 1964.

Palavras-chave: Cubanização; Ligas Camponesas; Nordeste; Imprensa; Governo João Goulart.

Abstract

THE “CUBANIZATION” OF BRAZIL AND THE RURAL WORLD: THE CRISIS OF GOULART GOVERNMENT (1961-1964) IN THE CARIOCA PRESS.

The research intends to discuss the part played by the carioca press in the campaign to destabilization and in the conspiracy that contributed to the deposition of the João Goulart government (1961-1964). For this, it focuses on the representations about the notion of “cubanization” of Brazil and its relationship with the rural world, based on the analysis of themes such as the Peasant Leagues and visions about the Northeast region. Such speech served to disqualify social movements on the field and was used to legitimize the 1964 coup.

Keywords: “Cubanization” ; Peasant Leagues; Northeast; Press ; Government João Goulart.

Agradecimentos

Ao final da dissertação, é impossível não agradecer aos mestres, familiares e amigos que me ajudaram nesse processo de pesquisa e escrita árdua, no entanto, prazerosa. Além, é claro, do carinho especial pela Universidade Federal Fluminense e os seus funcionários, presentes em toda a minha formação, tanto na graduação, quanto ao longo do mestrado.

Sendo assim, gostaria de agradecer aos professores que estiveram e que estão ao meu lado ao longo de todos esses anos. Em primeiro lugar, ao meu ex-professor e orientador Marcus Dezemone, que desde o colégio me acompanhou e auxiliou na melhora acadêmica, profissional e pessoal. As suas indicações, conversas e sugestões influenciaram diretamente na minha escolha pelo magistério e pelo meu tema de pesquisa no mestrado.

Ao professor Christiano Monteiro, sou muito grato pelas aulas de História na escola e por todos os ensinamentos e a amizade fora dos muros da sala de aula. Aos professores Mario Grynszpan e Clifford Welch, toda minha gratidão pela leitura minuciosa e atenta ao texto da dissertação. Suas contribuições foram essenciais para melhora do trabalho e do meu arcabouço teórico e historiográfico.

Aos meus familiares toda a minha gratidão por tudo que sempre fizeram por mim, em especial, minha mãe e minha irmã Nathalia. Todo apoio, suporte, carinho, afeto e amor que sempre recebi, representam uma parte significativa da pessoa que me tornei. À Isabella Pedreira, minha namorada, todo agradecimento também seria pouco. Com a sua ajuda consegui ter forças para continuar escrevendo quando achei que não mais conseguiria. Você foi essencial no meu amadurecimento pessoal e profissional ao longo desses anos. Obrigado pela compreensão em ausências que, provavelmente, cometi.

Além dos familiares, gostaria de agradecer imensamente à todos os meus amigos, como por exemplo, Pedro Zettel, Thiago Silveira, Bruno Rangel, Ygor Pires e Lucas Arnaud. Seria impossível mencionar o nome de todos eles em poucas linhas, por isso sintam-se abraçados. Ao Thiago Lima, uma gratidão especial, por toda dedicação, esforço e ajuda ao longo da pesquisa. Suas palavras de incentivo e a predisposição em me ajudar jamais serão esquecidas.

Sumário

Resumo.....	05
Abstract.....	06
Agradecimentos.....	07
Introdução.....	10
Capítulo 1- A representação do Nordeste na grande imprensa carioca durante o governo de João Goulart	29
1.1- A tríade representativa do Nordeste nos periódicos: fome, miséria e subversão.....	32
1.2- Duas soluções para os problemas do Nordeste: A SUDENE e a Aliança para o Progresso.....	40
Capítulo 2- A "Cubanização" do Brasil.....	47
2.1- Os agentes da cubanização do Brasil.....	49
2.2- A infiltração comunista nas instituições.....	66
2.3- As causas e as consequências para a propagação do comunismo no Brasil.....	70
Capítulo 3- As representações das Ligas Camponesas.....	78
3.1- A narrativa sobre as Ligas Camponesas no parlamentarismo.....	84
3.2- As Ligas nos periódicos no presidencialismo.....	92
3.3- As Ligas Camponesas e Cuba: demonização dos movimentos sociais no campo.....	99
3.4- Uma nova perspectiva: sindicatos rurais X ligas camponesas.....	103
Considerações finais.....	113
Apêndice.....	117
Referências Bibliográficas.....	127

Introdução

O tema de pesquisa dessa dissertação é o das disputas políticas em torno do governo João Goulart (1961-1964), no que se refere ao mundo rural e à noção de “cubanização” do Brasil, ou seja, em linhas gerais, a possibilidade de que o país – ou parte dele – se tornasse uma nova Cuba, com a adoção do socialismo.¹ Desse modo, está associado a um intenso e polêmico debate na sociedade e na historiografia brasileira, ainda presente, em especial, na construção da memória coletiva do passado.

Busca-se compreender a construção de uma representação do mundo rural brasileiro, com destaque para os movimentos sociais no campo, donde emergem as Ligas Camponesas, na ótica e na perspectiva de diversos jornais cariocas. Argumenta-se que esse imaginário construído pelos periódicos contribuiu para aguçar e ao mesmo tempo constituir a crise política, impondo ainda uma percepção de legitimação da conspiração que pôs fim ao governo Jango.

Em momentos de radicalização política, como o vivido atualmente no Brasil, o passado é acionado e serve como um instrumento poderoso de legitimação de práticas ou de crítica social. Por isso, torna-se cada vez mais importante uma leitura/releitura histórica da deposição de Goulart em 1964, bem como da crise política ao longo dos anos anteriores.²

Os caminhos da história são escritos no dia a dia, no cotidiano e nas disputas da sociedade. Vale ressaltar, então, que o movimento dos jornais para uma grande campanha de “alerta” contra o perigo do comunismo no Brasil, não determinou que o único caminho viável para solucionar essa questão fosse um golpe militar.

Carlos Fico, no livro “O Golpe de 1964”, faz uma distinção analítica entre uma campanha de desestabilização do Governo e a conspiração de fato. A desestabilização

¹A expressão “mundo rural” valoriza as interações e a interdependência daquilo que no senso comum aparece simplificado pela dicotomia formalista rural/urbano, que enfatiza a descontinuidade espacial e a ideia de configurações sociais opostas. DEZEMONE, Marcus. Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872- 1987). Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado, 2008. Posteriormente, o texto discutirá as definições de cubanização impostas por parte dos periódicos fluminenses.

²O interesse pela temática surgiu a partir de cursos ministrados na Universidade Federal Fluminense e, posteriormente, pelo trabalho de conclusão de curso envolvendo o governo Goulart e a questão agrária. Da monografia, surgiu o artigo citado na bibliografia: BALHAZAR, Pedro Henrique Barbosa. XVI Encontro Regional de História da Anpuh RJ. *Sindicalização Rural no governo de João Goulart (1961-1964): As discussões historiográficas acerca do campo brasileiro*. 2014. (Simpósio).

do governo João Goulart havia sido desencadeada, na sua maioria, por setores civis da sociedade brasileira que tinham na propaganda a sua forma de atuação política. Desde meados de 1961 e, principalmente, a partir de 1962 e 1963, a campanha para desestabilizar o governo ganhou impulso visto a necessidade de enfraquecer Jango e seus partidários para as eleições gerais de 1962 e, posteriormente, as presidenciais de 1965. Essa campanha de desestabilização contou com um volumoso aporte financeiro de setores privados e estrangeiros, em especial dos Estados Unidos. Governadores aliados dos interesses norte-americanos, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, gozavam de benefícios, enquanto outros líderes importantes como Leonel Brizola, deveriam ser isolados.

Associações empresariais como o Instituto de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), contribuíram para o fortalecimento da oposição com financiamento de candidatos, realização de palestras e até a produção de filmes.

Para Fico, a conspiração, por outro lado, ganhou impulso apenas a partir de 1963 e 1964. Nela estavam presentes, setores militares em articulação com civis. A distinção entre desestabilização e conspiração circula principalmente ao redor do Exército, a partir da necessidade de força para mobilizar um golpe de Estado. Todavia, ao contrário da propaganda anticomunista, a conspiração foi desorganizada e não teve um comando unificado. O autor afirma que existiam “ilhas de conspiradores”.³

Na prática, a tese de Carlos Fico vai na contramão daquele defendida por René Armand Dreifuss. Na concepção do segundo, o golpe era inevitável, visto que os políticos ligados aos grupos empresariais representados pelo IPES e pelo IBAD não haviam obtido sucesso eleitoral. Logo, o caminho natural, decorrente da extensa propaganda contrária ao presidente, seria a derrubada do governo Goulart.

Posteriormente, em especial no final do governo Jango, a desestabilização e a conspiração acabaram se imiscuindo e se articulando. As ilhas conspiratórias passaram a gozar de um cenário produtivo para a intervenção armada, entretanto, que não havia sido necessariamente planejada à priori. Desse modo, muitos periódicos contribuíram de

³A discussão feita a partir da distinção analítica entre campanha de desestabilização e conspiração, encontra-se no livro: FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. P. 30-37. Além disso, a discussão é aprofundada no livro *O Grande Irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo*.

maneira contundente para a desestabilização do governo e chegaram ao ponto de abertamente defender sua deposição.

A distinção analítica entre campanha de desestabilização e conspiração serve para reconhecer o quanto os jornais emergem como fontes importantes para acompanhar a produção, circulação e apropriação de ideias, não apenas noticiando mas igualmente constituindo a própria crise política.

A escolha dos jornais cariocas, na maioria, sediados na cidade do Rio de Janeiro, diz respeito ao fato da manutenção da condição de "capitalidade", na expressão usada por Marly Motta. Ou seja, se cronologicamente a cidade deixou de ser capital federal em 1960, por outro lado, o seu status de centro político nacional manteve-se até meados da década de 1970. Sendo assim, os periódicos cariocas tinham ampla ressonância e abrangência para outras regiões do Brasil.⁴

A partir daí, foram dois os critérios adotados para a escolha dos periódicos analisados. O primeiro deles foi o da circulação, seja pela tiragem elevada, seja pela importância do grupo social ao qual se destinavam, como por exemplo, periódicos voltados aos comunistas e seus simpatizantes ou publicações voltadas aos católicos. O segundo critério adotado foi o da regularidade das edições, publicadas sem interrupções significativas no período. Assim, foram analisados os conteúdos de *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, *A Cruz*, *Jornal do Brasil*, *jornal A Noite*, *Novos Rumos* e *O Semanário*.⁵

Os jornais pesquisados tinham posicionamentos políticos e editoriais distintos sobre os acontecimentos e rumos do país. Segundo Alzira Abreu, em meados da década de 1950 ocorreu um processo de modernização dos veículos de comunicação brasileiros inspirados no modelo norte-americano de imprensa, com a separação de notícias e editoriais. A criação dos editoriais foi uma tentativa de marcar o posicionamento

⁴MOTTA, Marly Silva da. O Rio de Janeiro continua sendo? Rio de Janeiro, CPDOC 2000, p. 1-14.

⁵Privilegiou-se ao longo da dissertação investir em maior escala em jornais que estivessem disponíveis ao público e em sites gratuitos na internet, permitindo acesso e conferência das fontes. No periódico *O Globo*, por exemplo, existe uma política de direitos autorais e o acesso ao acervo online é pago. Por essa razão, optou-se pelo uso mais limitado do conteúdo desse jornal, evitando transcrições. Após a leitura atenta das reportagens e editoriais, não foi encontrado conteúdo excepcional, que acrescentasse ao argumento e que merecesse uma análise mais detalhada. Em linhas gerais, *O Globo* acompanha o padrão discursivo dos demais veículos de oposição no período.

político do veículo, diferenciando-o das notícias, nas quais os jornais pretendiam trazer distanciamento e neutralidade, bem como obter maior credibilidade. Entretanto, na prática, a construção da narrativa nas notícias não era neutra e muitas vezes demonstrava a posição política do jornal, tanto, ou até mais, do que na seção reservada ao editorial. Por essa razão, o trabalho optou por priorizar a análise das notícias e não a dos editoriais.⁶

A presença uma grande variedade de formas de narrar as notícias, se relaciona ao fatos dos jornais terem origens em diferentes conjunturas, a diversidade dos seus fundadores, jornalistas e colaboradores, aos variados grupos empresariais e instituições que os financiavam, bem como ao diversificado público leitor que cada um deles tinha como alvo. Todos esses aspectos foram mapeados, sistematizados e considerados na análise, integrando o Apêndice 1, disponível para consulta ao final da dissertação.

A digitalização dos jornais em arquivos virtuais, como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, contribuiu para facilitar a pesquisa com uma ampla variedade de jornais e arquivos encontrados, cobrindo muitos periódicos, com milhares de páginas, em menos tempo. O acervo online possibilitou ferramentas de pesquisa importantes, como a opção de busca por "palavras-chave" e alguns termos tornaram-se o norte no trabalho com as fontes, como por exemplo, "cubanização" e "Ligas Camponesas".

Esse tipo de metodologia utilizada ao longo do trabalho opera com categorias denominadas de nativas, ou seja, criadas e utilizadas pelos próprios agentes envolvidos, no caso, inseridos nas disputas políticas do governo Goulart. A palavra "cubanização" se enquadra nesse tipo de caracterização e se distancia das chamadas categorias analíticas, forjadas a posteriori por estudiosos para explicar e analisar os fenômenos históricos.⁷

Entretanto, a ferramenta digital possui certas limitações. Se por um lado facilita a pesquisa, por outro poderia dificultar e até empobrecer a análise, caso se limitasse a reflexão à incidência de palavras-chave. O entendimento do contexto mais amplo e geral do que estava acontecendo durante o período poderia se perder. O resultado da pesquisa poderia alijar da leitura notícias importantes e relacionadas ao tema, presentes

⁶ABREU, Alzira Alves. "A Modernização da Imprensa no Brasil" (1970-2000). Coleção Descobrir o Brasil. Editora Zahar, Rio de Janeiro. 1ª Edição, 2002.

⁷DEZEMONE, Marcus. Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872- 1987). Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado, 2008. p. 45.

em outras páginas do mesmo documento. A ferramenta digital possibilita a leitura de páginas anteriores e posteriores, mas a palavra-chave direciona de certa maneira a leitura dos documentos. Para minimizar isso, no caso dos periódicos, optou-se pela leitura do conjunto de algumas edições, sobretudo àquelas próximas a marcos políticos e episódios detalhados adiante e que repercutiram com maior destaque no período.

Outro desafio de trabalhar com as ferramentas virtuais é a instabilidade de alguns sites de pesquisa que por vezes se encontram fora de funcionamento. Além disso, a precisão na busca de algumas palavras-chave deixa a desejar em certos momentos, quando o sistema não consegue captar o sentido correto do que está sendo procurado ou até reconhecer a grafia. Nesses casos, foi preciso dedicar uma pesquisa mais fina, com a análise da documentação física disponível somente com a visita *in loco* aos acervos e às instituições de pesquisa.

De toda forma, por outro lado, as ferramentas digitais permitiram que a pesquisa contasse com o acesso a acervos de milhares de páginas, numa expressiva quantidade de dados coletados, com 533 documentos transcritos, constituindo uma ampla base documental para balizar empiricamente reflexões e conclusões. Mais do que a localização e reprodução de palavras, o tratamento qualitativo permitiu a identificação de três temas centrais relacionados ao mundo rural que, não à toa, foram transformados em capítulos: a caracterização do Nordeste, a cubanização do Brasil e a percepção sobre as Ligas Camponesas.

1. A caracterização do Nordeste

O primeiro tema buscou mapear as representações dos periódicos em torno do Nordeste brasileiro. A caracterização da região apontava, na ótica dos jornais cariocas, para o problema fundamental que o Brasil deveria encarar e solucionar.

Periódicos como o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã* ou o *Diário Carioca*, por exemplo, concordavam em suas análises com jornais como o *Última Hora* e *O Semanário*. Em todos eles, condenava-se o estado das coisas do Nordeste e o descaso do poder público com a região ao longo dos séculos.

Sendo assim, a construção do texto teve o objetivo de tentar traduzir a percepção de parte da imprensa carioca sobre o Nordeste e os nordestinos. O resultado da pesquisa comprovou que, mais do que a repetição de algumas palavras, as notícias e manchetes

repetiam noções como miséria, pobreza, desigualdade social e regional. Assim, as notícias, na maioria das vezes, caracterizavam e denunciavam o que consideravam como problemas da região.

Entre as inúmeras dificuldades encontradas, destacaram-se a questão da seca e da fome, sendo a segunda uma consequência direta da primeira. No entanto, a percepção dos problemas passou por uma mutação interpretativa, visto que os empecilhos para o desenvolvimento do Nordeste não estavam mais explicados nas questões geográficas, físicas ou naturais, mas sim na configuração socioeconômica, e em especial, na manutenção dos latifúndios.

Seria a concentração de terras, muitas vezes improdutivas, o grande entrave para o desenvolvimento econômico e a causa para as péssimas condições de vida da maioria da população nordestina. Todos os jornais consultados criticaram essa condição agrária, assim como, institutos de pesquisa com interesses políticos, como o IPES e o IBAD. Todavia, as propostas para superar os problemas eram divergentes entre os periódicos. Enquanto alguns buscavam soluções e saídas para evitar convulsões sociais, como o *Diário de Notícias* ou o *Correio da Manhã*, outros defendiam uma revolução agrária no país, como *O Semanário* e *Novos Rumos*.

De toda forma, observou-se uma construção semelhante na caracterização do Nordeste. A partir desse panorama, parte da imprensa passou a defender dois possíveis caminhos para solucionar as questões nordestinas: o fortalecimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – e o programa norte-americano de Aliança para o Progresso.

Num primeiro momento, as notícias giravam em torno das possibilidades de transformação que poderiam partir da SUDENE e da aprovação do seu plano diretor para o ano de 1962. Em relação à Aliança, enalteciam-se os volumosos aportes financeiros que aplacariam as desigualdades sociais e regionais do país. Entretanto, em meados de 1964, os resultados de ambos os caminhos demonstraram-se ineficazes e passaram a ser criticados.

Ganhou impulso, então, as denúncias que alarmavam para um perigoso processo de organização dos movimentos sociais que poderiam transformar-se em revoltas e até revoluções políticas. Fortaleceu-se a caracterização da região nordestina como um palco

perigoso que deveria ser controlado e vigiado constantemente. Somente a mudança na estrutura agrária poderia evitar um processo de cubanização do Brasil.

2. A cubanização do Brasil

O segundo tema, por sua vez, busca problematizar um assunto recorrente nos jornais cariocas da década de 1960: a “cubanização” do Brasil. Com a Revolução Cubana de 1959 e a decretação do seu caráter socialista em 1961, a possibilidade de uma revolução comunista no país gerou grande temor nos setores mais conservadores e liberais da sociedade e um alento para os sonhos das esquerdas de todo o continente latino americano.

No Brasil, em especial no Nordeste, havia uma grande mobilização de camponeses e trabalhadores rurais, o que aguçava ainda mais o imaginário social e contribuía para elevar os ânimos da grande imprensa. Ocupações de terra, desapropriações para reforma agrária ou interesse social, greves e conflitos eram recorrentes no campo.

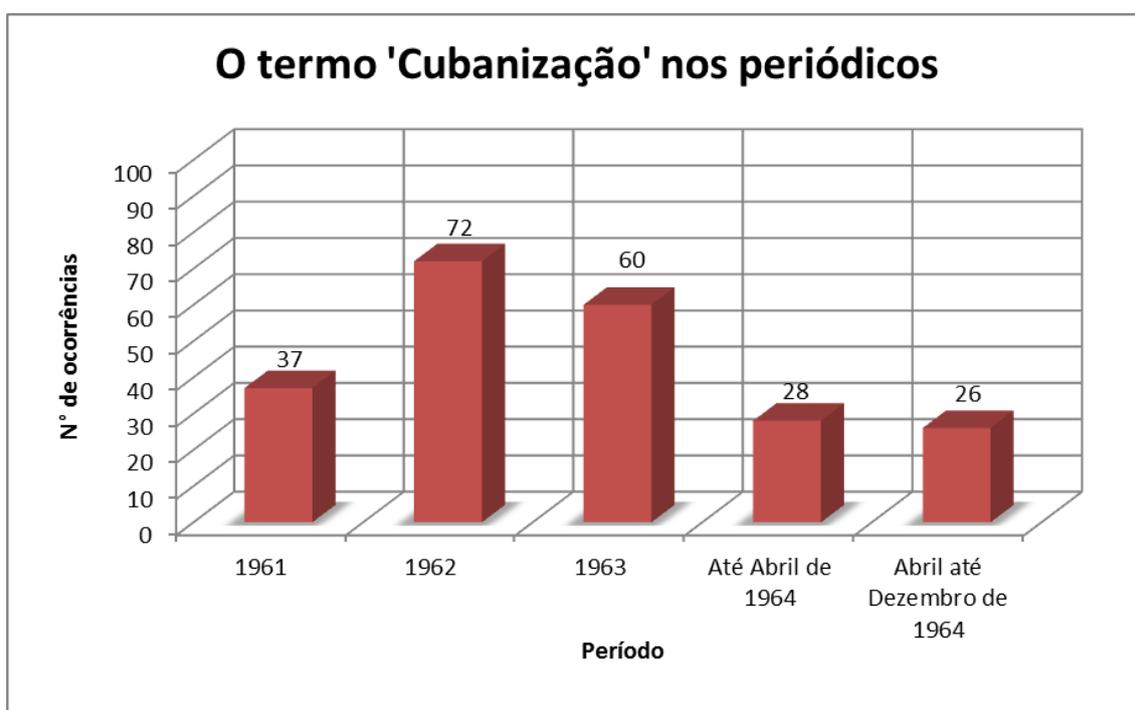
A palavra-chave "cubanização" foi encontrada 223 vezes em diferentes páginas ao longo dos periódicos, entre os anos de 1961 até 1964. Ou seja, mesmo que a palavra se repetisse inúmeras vezes ao longo de uma reportagem, para essa pesquisa contabilizou-se somente como uma única ocorrência.

Optou-se por uma periodização um pouco mais longa na pesquisa, ou seja, além do governo João Goulart, com o intuito de analisar a percepção do que seria a cubanização no governo Jânio e nos meses subsequente ao governo de Jango. Na pesquisa envolvendo os periódicos mencionados, foram encontradas 6125 edições. Sendo assim, o percentual de aparecimento do termo é de 3,8%, levando em consideração o conjunto total de edições. Vale ressaltar que em certos jornais a incidência da palavra "cubanização" e as suas derivadas foi acima da média do conjunto dos periódicos, visto que em alguns periódicos termo não foi sequer encontrado.

Ao desenvolver a pesquisa, foi observado que a associação da situação brasileira à uma possível revolução comunista e agrária no Brasil, era constantemente retratada nos jornais cariocas de maneiras distintas, muito além do verbo "cubanizar". A análise a

partir da palavra cubanização possibilitou um estudo aprofundado dessa questão, visto a importante carga de sentido do próprio termo em si, um neologismo criado tanto para sintetizar um suposto diagnóstico de medidas em curso quanto para evitar um desfecho.

Durante os anos de 1961 à 1964, o aparecimento do termo não ocorreu de maneira linear. Em alguns momentos, a palavra cubanização e suas derivações apareceram mais vezes e em outros menos. O gráfico a seguir apresenta esse caminho percorrido pelos jornais trabalhados.



Fonte: *Diário Carioca, Diário da Noite, Jornal A Noite, Jornal do Brasil, Tribuna de Imprensa, Jornal A Cruz, Novos Rumos, O Semanário, Última Hora, Diário de Notícias, Correio da Manhã, O Globo.*

A análise das fontes demonstrou que a maior repetição da palavra "cubanização" nos periódicos, tanto em 1962, quanto em 1963, ocorreu devido a eventos tanto no exterior, quanto no Brasil. O ano de 1962 é um ano chave para a leitura do temor da cubanização da América Latina. Em 1961, Cuba havia se declarado um país socialista e entrava na órbita soviética da Guerra Fria. No ano seguinte, ocorreu a chamada Crise dos Mísseis, na ilha. Para parte considerável da historiografia, esse episódio quase levou o mundo a uma guerra nuclear e aguçou os ânimos de comunistas e não comunistas do mundo inteiro.

Em 1963, dois episódios internos ampliaram os temores da oposição ao governo Goulart e aumentaram a apreensão para uma suposta revolução comunista no Brasil. O primeiro deles foi a retomada do presidencialismo, em janeiro, a partir de um plebiscito que rechaçou de maneira esmagadora o parlamentarismo. A partir de então, Jango retomou os seus poderes governamentais e gerou apreensão aos setores conservadores para um governo ligado aos trabalhadores e as classes sociais mais baixas.

O outro episódio, com uma carga simbólica mais forte, foi a organização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, em março de 1963. O objetivo do encontro era defender o princípio de autodeterminação dos povos e criticar políticas norte-americanas contrárias à ilha, como por exemplo, o embargo econômico do ano anterior. O Congresso Continental aumentou a apreensão de jornais do Rio de Janeiro, como o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias*, o *Diário Carioca* e o *A Cruz*, para uma possível sublevação e a disseminação dos ideais cubanos no Brasil. Levando em consideração esse fato, compreende-se uma grande incidência do termo cubanização no ano de 1963.

Os jornais apontaram para três caminhos distintos quando se referiam ao tema: 1) os possíveis agentes da cubanização brasileira; 2) as instituições do Estado brasileiro que estavam “contaminadas” por ideais revolucionários e cubanos; 3) as causas desse processo.

A problemática do capítulo baseou-se na relação entre esse temor pela cubanização do Brasil e o apoio direto ao afastamento de Goulart. O discurso proferido por alguns jornais promoveu uma ação desestabilizadora, tentou legitimar e justificar uma intervenção, que resultou não só na deposição de João Goulart, mas na repressão a sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, na prisão arbitrária e assassinato de camponeses e líderes partidários, entre diversas outras ações.

Sendo assim, busca-se entender como a referida cubanização do país serviu como explicação para justificar ações arbitrárias, que não tiveram desfecho jurídico, ainda no governo Goulart. Inúmeros casos são conhecidos, como por exemplo, o da tortura política do líder das Ligas Camponesas, Clodomir Moraes, em 1962. Porque governos considerados democráticos e progressistas como o de João Goulart, não reagiram de forma incisiva contra essas ações? Teriam sido coniventes? Porque esses agentes da violência nunca foram julgados e condenados?

3. A percepção sobre as Ligas Camponesas

O terceiro tema, por fim, priorizará uma análise sobre as Ligas Camponesas, um dos movimentos sociais tratados como agente da cubanização do Brasil. Buscar-se-á observar como os jornais cariocas caracterizaram essa organização camponesa e as suas ações.

A diversidade dos periódicos possibilitou a análise de diferentes linhas interpretativas e ampliou o leque de visões sobre as Ligas Camponesas. O periódico *Última Hora*, de Samuel Wainer, e *O Semanário*, por exemplo, possuem um tipo de interpretação similar que observa a organização do campesinato brasileiro como algo positivo e necessário para caminhar para a reforma agrária. Entretanto, *A Cruz*, ligado à Igreja Católica, normalmente associa o movimento à desordem e ao comunismo.

A pesquisa em torno de 400 documentos sobre as Ligas Camponesas traçou o perfil do que seria o movimento para veículos como o *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *A Cruz*, *A Noite* e o *Diário da Noite*. Normalmente, os substantivos mais comuns eram subversão, insegurança e agitação. Além disso, destacavam-se os conflitos envolvendo os camponeses e a sua ligação com uma revolução agrária no país.

A organização da narrativa jornalística foi dividida de acordo com a cronologia tradicional do governo Jango: parlamentarismo e o presidencialismo. Mais do que meros marcos políticos tradicionais, essa distinção coincide com eventos nacionais e internacionais que tiveram forte repercussão no país e ainda com as implicações do fortalecimento da autoridade presidencial com as funções de chefe de Estado e de chefe de governo novamente reunidas no mesmo cargo a partir de janeiro de 1963.

Na primeira fase, destacaram-se as notícias sobre o Congresso de Belo Horizonte, com amplo destaque para a proposta de reforma agrária de Francisco Julião: “na lei ou na marra”. Além disso, os constantes enfrentamentos entre proprietários e camponeses estavam nas manchetes do dia.

Ao final do parlamentarismo, ganhou impulso a associação do movimento à Cuba, depois da descoberta de campos de treinamento guerrilheiro em Goiás,

organizados pelas Ligas, em fins de 1962. A partir desse momento, consolidou-se nos jornais a associação de todos os movimentos sociais do campo à ação do grupo de Julião, ainda que eles não estivessem presentes.

No período presidencialista, fortaleceram-se certos argumentos apresentados até 1963. A partir de então, os jornais passaram a focar nas sucessivas invasões de terra e destacaram a presença de armas de fogo entre a população camponesa, destacando as potencialidades para uma explosão revolucionária do campo brasileiro. O Congresso Continental de Solidariedade a Cuba teria confirmado a ligação de Cuba com as Ligas e potencializado os temores de parte dos jornais.

Sendo assim, essas interpretações sobre o mundo rural brasileiro, em especial sobre as Ligas Camponesas, foram importantes para a observação e construções que influenciaram o imaginário coletivo e contribuíram diretamente na ação golpista de 1964.

4. As referências sobre o tema: a bibliografia como fonte, os ensaios e as pesquisas acadêmicas

Ao longo da dissertação, obras de inúmeros pesquisadores e historiadores serviram como ponto de partida para a análise das fontes. Muitas vezes, os documentos endossavam visões presentes na literatura, outrora, andavam na contramão do que estava sendo relatado. De toda forma, a construção de uma bibliografia especializada no tema, ao longo de várias décadas, é de imensa contribuição para o desenvolvimento do texto.

É interessante notar que parte dessas obras foi produzida no alvorecer dos acontecimentos descritos nesse trabalho. Pesquisadores se debruçaram sobre as suas questões contemporâneas e tentaram decifrá-las, constituindo um tipo de bibliografia bastante especial, que tanto se coloca como literatura ensaística ou acadêmica quanto como fonte primária⁸. Foi o caso de Caio Prado Junior, por exemplo, que na década de 1960 escreveu o livro "A Revolução Brasileira". Nessa obra, a questão agrária é o pano de fundo de toda a análise do pesquisador.

⁸Outro exemplo de obra literária que serviu para as análises também como fonte primária foi o livro de Francisco Julião, intitulado "Que são as Ligas Camponesas?"

Caio Prado Junior demonstrava em suas análises a preocupação com as massas empobrecidas do mundo rural brasileiro, entretanto, questionava as medidas distributivas, pois não solucionavam os problemas na sua fonte. Nesse sentido, criticava com grande força a presença do latifúndio improdutivo e defendia um projeto de reforma agrária proveniente da mobilização social, com alternativas ao modelo agrário vigente e mercantil.⁹

Contemporâneo do historiador, Celso Furtado também trouxe inúmeras contribuições para a compreensão do mundo rural brasileiro. Furtado atuou como Superintendente da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e deixou registros sobre as suas experiências, além de obras de enorme reconhecimento nacional, como "Formação Econômica do Brasil".

Nessa obra, em especial, Furtado mostrou a evolução da economia brasileira, com a ocupação do território brasileiro por portugueses pressionados pelo desenvolvimento mercantil, até meados da década de 1950, com o desenvolvimento de uma política capitalista no país. Interessante frisar que na reconstituição dos fatos econômicos, o autor enfatizou a importância da questão agrária na formação da economia nacional e os seus problemas.¹⁰

Mary Wilkie, por sua vez, escreveu sua dissertação de mestrado no ano de 1968, intitulada "A Report on rural syndicates in Pernambuco".¹¹ Imersa nas lutas políticas do país, o relato da autora demonstrou uma análise do exterior sobre o Brasil. O trabalho de Wilkie é mais direcionado para o tema da dissertação, do que o de Celso Furtado e Caio Prado Junior, por exemplo, visto que eles fazem uma análise mais abrangente e estrutural da economia brasileira.

O texto de Wilkie buscou relatar os eventos e a conjuntura brasileira antes e depois do Golpe de 1964. Além disso, fez um levantamento do campesinato brasileiro e das suas características, assim como sobre a concentração fundiária, corroborando com a tese de Caio Prado Júnior. Posteriormente, a autora buscou avaliar as condições políticas e econômicas de Pernambuco em 1963 e 1964, em especial, ligadas aos

⁹PRADO, Caio Jr. A Revolução Brasileira e a questão agrária no Brasil. Editora: Companhia das Letras. 3ª Edição, São Paulo, 2014.

¹⁰FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Editora Companhia Nacional. 32ª Edição, São Paulo, 2005.

¹¹WILKIE, Mary. A report on rural syndicates in Pernambuco, Brazil. 2. rev. ed. Madison: Wisconsin University., (mimeo).oct. 1967.

sindicatos rurais e demonstrou um maior incentivo e apelo da população ao processo de sindicalização rural.

Os artigos do jornalista norte-americano Joseph Page também contribuíram para as narrativas sobre Nordeste, sindicatos rurais, Ligas Camponesas e movimentos e mobilizações sociais no Brasil na década de 1960. O artigo "Caos no campo"¹², traduzido e presente no livro organizado por João Pedro Stedile, enfatiza as suas análises ligadas ao sindicalismo eclesial.

Demonstrando a atuação da Igreja no campo, o jornalista apontou que os efeitos da instituição foram contrarrevolucionários no mundo rural e destacou, principalmente, a atuação do padre Melo e do padre Crespo. Além disso, demonstrou como o sindicalismo católico teve o apoio de agências estrangeiras, como a CIA, e contou com o apoio do governo norte-americano. Posteriormente, Page construiu uma importante tese na qual defende que os sindicatos rurais contribuíram para o fim das Ligas Camponesas.

Ao contrário da obra de Page, o livro e os artigos de Clodomir Moraes trataram mais da organização e atuação das Ligas Camponesas do que dos sindicatos. Imerso nas disputas políticas, Moraes foi uma das lideranças políticas do movimento e chegou a ser preso, em 1962, com armamentos destinados a um campo guerrilheiro das Ligas.

A sua análise confunde-se em muitos momentos com memórias pessoais, entretanto, não deixa de ser válida e deve ser encarada como uma fonte primária sobre a década de 1960. Em artigo no ano de 1969, chamado de "História das Ligas Camponesas do Brasil"¹³, o advogado contextualizou o momento histórico, alertando para a dificuldade da sindicalização, para a importância das massas analfabetas em um possível pleito eleitoral e demonstrou a bandeira defendida nas lutas camponesas, como por exemplo, o fim do cambão e do barracão e, posteriormente, a defesa da reforma agrária.

Ao final, seu texto criticou a liderança de Francisco Julião e relatou a atividade das Ligas Camponesas no Congresso de Belo Horizonte, a sua atuação em movimentos

¹²PAGE, Joseph. Caos no campo. In: STEDILE, João Pedro (Org.) A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964). Editora Expressão Popular. 2ª Edição, São Paulo, 2012.

¹³MORAIS, Clodomir Santos. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STEDILE, João Pedro (Org.) A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964). Editora Expressão Popular. 2ª Edição, São Paulo.

insurrecionais e corroborou com Page ao afirmar que o sindicalismo rural foi um ponto decisivo para o declínio das Ligas.

Em meados dos anos de 1970, a temática do mundo rural despertava um grande interesse na comunidade acadêmica, seja pelo olhar das Ciências Sociais ou da História.¹⁴ A obra de Emanuel De Kadt, intitulada "Católicos radicais no Brasil", também se insere nas análises sobre a atuação da Igreja Católica no mundo rural brasileiro. Como importante referencial para a nova década, a obra de De Kadt demonstra que o fracasso das Ligas, em certo sentido, parte da falta de atuação real e efetiva do movimento nas bases rurais. Ou seja, na formação de um verdadeiro compromisso em organizar e mobilizar os camponeses para ação. Por isso, para o autor, as Ligas Camponesas não constituíram um movimento agrário revolucionário.¹⁵

Dentre diversos trabalhos, destacam-se a tese de doutorado de Moacir Palmeira, intitulada "*Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat*".¹⁶ O autor analisou os debates em torno da execução da reforma agrária na década de 1960 e concluiu que nessas disputas o objetivo das falas não era deslegitimar o outro, mas sim incorporar o sentido da proposta do adversário, ressignificá-la e fortalecer a sua própria posição política.

Aspásia Camargo, por sua vez, na sua tese intitulada "Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste"¹⁷, analisa as mobilizações camponesas e a sua relação com o Estado. Em suma, a autora tentou demonstrar como algumas ações governamentais buscaram antecipar as demandas das classes trabalhadoras para evitar grandes conflitos na sociedade. As duas obras citadas, tanto a do Moacir Palmeira, quanto a da Aspásia Camargo, colocam no centro do debate a discussão em torno da reforma agrária e a importância da região Nordeste para o país.

¹⁴Diversos ensaios foram elaborados com o intuito de discutir o mundo rural na década de 1970, como por exemplo, GARCIA, Afrânio e PALMEIRA, Moacir. "Rastros de Casas Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro". In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). Brasil: Um século de Transformações. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. Outro texto importante para a discussão foi o do GARCIA, Afrânio; GRZYNSZPAN, Mario. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: S. Miceli (org.). O que ler em ciências sociais. São Paulo: ANPOCS, 1999.

¹⁵De KADT, Emanuel. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.

¹⁶PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat*. Tese de Doutorado. Université de Paris, 1971. (mimeo.)

¹⁷CAMARGO, Aspásia. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. Tese de Doutorado. Université de Paris, 1973 (mimeo.)

Na década seguinte, diversos textos foram elaborados, com destaque para dois livros com o mesmo título: "As Ligas Camponesas".¹⁸ Inseridos em um contexto de redemocratização no país, na década de 1980, as teses de Fernando Azevedo e Elide Rugai Bastos acrescentaram descrições e análises sobre o mundo rural brasileiro.

No geral, os dois livros apresentam uma perspectiva semelhante, visto que possuem uma análise sociológica do movimento. De início, destacam o surgimento das Ligas e as causas para sua criação e mobilização. Em seguida, relatam as ações, os seus alcances e conquistas políticas e econômicas do grupo em escala nacional e, por fim, elencam os fatores para a crise e o final do movimento liderado por Julião.

Aspásia Camargo também se insere nesse contexto de aprofundamento das análises do mundo rural no pós-ditadura. A autora, em artigo intitulado "A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)"¹⁹, demonstra de maneira clara que o problema da questão agrária no Brasil passava por dois caminhos. O primeiro deles estava ligado a qual tipo de reforma agrária deveria ser levada adiante no país, com inúmeros projetos distintos apresentados no Congresso Nacional.

Camargo, inclusive, afirmou que as disputas em torno da reforma agrária, geraram a ruptura da aliança histórica entre o PTB e o PSD e foram essenciais para deposição de João Goulart. O segundo caminho em disputa eram os instrumentos a serem utilizados para a sua execução, ganhando maior discussão as disputas em torno do artigo 141 da constituição de 1946, ou seja, a desapropriação mediante pagamento em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

Dentre os inúmeros textos de Mario Grynszpan, destacam-se alguns essenciais para o desenvolvimento da dissertação. O primeiro deles é um balanço que encontra-se no artigo "Da Barbárie à Terra Prometida: o campo e as lutas sociais na história da República"²⁰ na qual o historiador demonstrou a complexidade no processo de sindicalização rural. Sabe-se que os sindicatos urbanos tiveram impulsos grandiosos no

¹⁸BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984; AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹⁹CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: BORIS, Fausto (org.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1983.

²⁰GRYNZSPAN, Mario. *Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República*. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

país em meados de 1930, contudo, os sindicatos rurais só foram se desenvolver de tal maneira nos anos 60.

A obra do historiador contribuiu para a elaboração do capítulo sobre o Nordeste, uma vez que em seu artigo, Mario Grynzspan demonstrou como a elaboração de um discurso hegemônico sobre as Ligas Camponesas no mundo rural estava intimamente ligado à construção de uma imagem negativa sobre o Nordeste, tratado outrora como coração da economia brasileira, passou a ser visto a partir de 1940, como uma região problema.

Além disso, Grynzspan, em seus trabalhos, sobretudo na parceria com Marcus Dezemone, demonstraram que havia uma enorme complexidade no mundo rural brasileiro que dificultava essa sindicalização. Diversas categorias de trabalho existiam no campo, como foreiros, meeiros, arrendatários e posseiros e, por isso, não era possível enquadrar todos os camponeses em um mesmo sindicato. Isso só foi alterado, em 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural.²¹

A partir dos anos 1990, os estudos sobre a questão agrária se aprofundaram e muitos autores se debruçaram sobre o tema. No entanto, autores com outras preocupações para além do mundo rural, também contribuíram para a pesquisa. Dentre eles, destaca-se o trabalho da historiadora Denise Rollemberg, denominado "O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: treinamento guerrilheiro".²² O artigo foi essencial no desenvolvimento da dissertação, pois contribuiu para uma leitura crítica dos periódicos cariocas.

Ao analisar a atividade das Ligas Camponesas e o perfil radical e revolucionário de parte do grupo, o artigo ajudou a desconstruir visões dos jornais que tratavam todo o movimento camponês como subversivo. O texto traçou as características das Ligas, no entanto, apontou para as disputas internas no seu seio político, entre um grupo que defendia a opção armada, como o de Clodomir, e outros que eram contrários a esse tipo de luta, como o de Francisco Julião.

²¹ GRYNZSPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²²ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2001.

O historiador norte-americano Clifford Welch, também possui uma enorme contribuição na discussão sobre a questão agrária no Brasil. Destacam-se duas produções importantes para a dissertação, sendo a primeira delas o livro "A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil"²³ e o artigo intitulado "Rivalidade e unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do Golpe de 1964"²⁴.

O livro a "A semente foi plantada", Welch debruça-se na análise do mundo rural brasileiro, em especial o paulista, alterando o foco da maioria dos estudos sobre o tema que privilegiam unicamente o Nordeste do país. Com uma periodização longa, o foco dos estudos recai no movimento sindical em meados de 1964, mas se prolongam até a década de 1980. Na verdade, Welch busca as origens dos movimentos sociais no início do século XX, com uma perspectiva de longa duração.

No caso do artigo, o autor conseguiu demonstrar analisando o caso de Alta Mogiana, em São Paulo, como a reação às mobilizações rurais da década de 1960 se relacionaram ao ocaso da democracia brasileira. Além disso, como o desenvolvimento de políticas agrárias por órgãos governamentais, como a Supra, fortaleceram o campesinato e serviram de alerta e temor para os proprietários de terra.

A obra de Leila Stein acrescenta um novo conceito importante para a análise do mundo rural: o trabalhismo rural ou agrário. O trabalho de Stein também irá focar nos sindicatos rurais, mas em especial, nas políticas públicas voltadas para o campo. Desenvolvem-se, assim, análises que apontam para o desenvolvimento dos objetivos da Supra, do Consir e do Estatuto do Trabalhador Rural. A historiadora argumentou que a política trabalhista de Getúlio foi renovada com João Goulart, entretanto, voltada para o campesinato.²⁵

Nos anos 2000, Anthony Pereira, em sua produção bibliográfica, irá reforçar argumentos utilizados em décadas anteriores que explicaram o esvaziamento das Ligas Camponesas frente aos sindicatos rurais. Além disso, demonstrou como ocorreu um envolvimento do governo Goulart nesse projeto, ao incentivar e criar diversos

²³WELCH, Clifford. A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964). Editora Expressão Popular. São Paulo, 1ª Edição, 2010.

²⁴WELCH, Clifford. Rivalidade e Unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do golpe de 1964. Projeto História. São Paulo, vol.29, 2004.

²⁵STEIN, Leila de Menezes. Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964). São Paulo: Annablume, 2008.

mecanismos para impulsionar a sindicalização. O foco do artigo "O declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos: As organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963"²⁶, foi demonstrar como os sindicatos ofereceram vantagens concretas aos trabalhadores e como estas vantagens levaram-nos a eclipsar as Ligas.

Por fim, em uma produção mais recente, é importante citar a contribuição dos textos de Marcus Dezemone. Entre eles destacam-se a sua tese de doutorado denominada "Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)" e o artigo "A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois".

O primeiro trabalho, de maior fôlego, traçou um panorama da questão agrária no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, salientando para disputas em torno da posse da terra e os conflitos provenientes das ações dos camponeses e proprietários. Além disso, analisou os processos de transição da mão de obra escrava para a livre e focou nas conjunturas e momentos de mobilização e desmobilização no campo.²⁷

O artigo, por sua vez, foi essencial na construção da dissertação. Dezemone demonstrou com o texto, como as mobilizações rurais da década de 1960 e a questão agrária estão no centro da crise política do governo Goulart e são fundamentais para compreender a deposição de Goulart, entendimento que curiosamente é cada vez mais negligenciado pela historiografia, com o distanciamento cronológico, numa perspectiva diferente daquela assumida pelos contemporâneos. O autor demonstra como o discurso da cubanização do Brasil, associado às Ligas Camponesas e à reforma agrária, são essenciais na leitura das crises políticas do governo Jango e no seu desfecho.²⁸

Não se pretende esgotar a vasta literatura atinente ao tema nessa seção, mas apenas realizar uma breve exposição das obras que serão retomadas ao longo da dissertação, com relevância para a construção do objeto. Além da introdução e dos três capítulos cujos temas foram apresentados - representação do Nordeste, a cubanização do

²⁶PEREIRA, Anthony. "O declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos: As organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963". Universidade Tulane, Louisiana (EUA). *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*, Nº 26-2, 2008.

²⁷DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872- 1987)*. Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado, 2008.

²⁸DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, vol. 36, nº 71, 2015.

Brasil e as Ligas Camponesas - o trabalho conta ainda com as Considerações Finais que procuram sintetizar e relacionar a argumentação desenvolvida.

Capítulo 1: A representação do Nordeste na grande imprensa carioca durante o governo de João Goulart

A década de 1960, em especial, os anos entre 1961 e 1964, são marcados pela intensa radicalização política na sociedade brasileira. A breve experiência democrática brasileira iniciada com o fim do Estado Novo contava cada vez mais com o antagonismo de grupos políticos poucos suscetíveis aos debates e à construção coletiva.

De acordo com Jorge Ferreira, a República brasileira, nesse contexto, sofreu com diversas crises: em 1954, o suicídio de Getúlio Vargas; no ano seguinte, a tentativa de anulação das eleições que deram a vitória a Juscelino Kubistchek e a manutenção da decisão do pleito com a intervenção do Marechal Henrique Teixeira Lott; em 1961, a renúncia de Jânio Quadros e a luta pela posse de João Goulart. Para o autor, em todos esses episódios, tentativas de intervenções militares foram frustradas, à exceção daquela levada a cabo por Lott, que teve um caráter pontual. No entanto, na crise de 1964, o cenário se alterou. Cabe refletir sobre como e porquê.

Segundo Carlos Fico, ocorreu a partir de 1961 e com maior volume em 1962 e 1963, uma vasta campanha de desestabilização do governo. Políticos, empresários e agentes externos faziam uma grande cadeia de propaganda contrária à Jango. Sendo assim, caberia ao IBAD

intensa atuação como repassador de recursos para os candidatos que, nas eleições gerais de 1962, se posicionavam contra Jango. (...) Além disso, tomou iniciativas ousadas, como o aluguel do jornal A Noite que, de uma hora para outra, deixou de apoiar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).²⁹

O IPES, por sua vez, "promoveu elaborada campanha de propaganda contra Goulart, associando-o ao comunismo. Palestras, cursos e distribuição de publicações estavam entre as suas atividades."³⁰ O cientista político René Dreyfuss foi um dos primeiros pensadores e estudiosos que demonstrou a influência dessas instituições e a colaboração civil-militar para a deposição de Goulart em 1964.³¹

Em 1963, o Congresso Nacional organizou uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para julgar as ações levadas adiante pelo IPES e pelo IBAD. O conjunto dos documentos encontra-se, atualmente, digitalizado e disponível online. O objetivo da Comissão era "apurar a atuação política das instituições frente às denúncias que

²⁹FICO, Carlos. O Golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014, P. 34.

³⁰Ibid. P. 35

³¹DREIFUSS, René. 1964: A Conquista do Estado. Editora Vozes, 1987.

repercutiam em quase todos os Estados brasileiros sobre o financiamento das eleições no país".³²

Na ata da 4^o reunião da Comissão, realizada no dia 18 de junho de 1963, o deputado Paulo de Tarso convidou a depor o presidente do IPES, João Batista Leopoldo Figueiredo, e requisitou uma prestação de contas com o objetivo de verificar os diversos gastos com faixas, caminhonetes e programas de televisão usados em campanhas eleitorais.

Na comprovação dos seus argumentos, o deputado apresentou um informativo mensal chamado Ação Democrática, em seu número 45, que afirmava em sua capa que o "IBAD no nordeste faz ação democrática".³³ O deputado Sérgio Magalhães, também solicitou ao Conselho de Ministros, uma investigação sobre o que ele chamava de

ações subversivas da entidade denominada Ação Democrática Popular (ADEP) que através de intensa propaganda nos jornais, estações de rádio e emissoras de televisão, procurava lançar pânico no país³⁴

A Divisão de Segurança Política e Social entregou informes ao ministro da Justiça afirmando que a Adep era um braço político do IBAD. De acordo com o documento, a organização era economicamente poderosa e habilmente dirigida, possuindo, assim, grande influência na vida política do país. O seu objetivo seria "a tomada do poder em curto prazo".³⁵ Em seu plano estaria a eleição de uma grande bancada na Câmara dos Deputados para, posteriormente, alcançar eleições de governadores e, por fim, uma candidatura própria para presidente da república. Para isso, a sua linha de atuação buscava a "desmoralização de homens públicos", visto que possuía "orientação política contrária ao governo nacional".³⁶

A CPI passou por idas e vindas e por diferentes configurações na sua organização. Disputas políticas envolvendo líderes do PTB e da UDN prejudicaram o andamento do processo. Em documento anexado à Comissão, uma notícia do jornal *O*

³²CPI do IBAD e do IPES. Disponível em: Arquivo da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Acervo CEPE (Companhia Editora de Pernambuco).

³³Ibid. vol. 1, P. 40

³⁴Ibid. vol.1, P. 45

³⁵Ibid. vol. 1. P. 48

³⁶Idem.

Globo, no dia 12 de junho de 1963, demonstrava a possibilidade de divisão no andamento dos processos: um para o IPES e outro para o IBAD.³⁷

Ao final de todo o processo, o IPES "conseguiu se livrar das acusações mais graves, porque dirigia suas atividades principalmente para a propaganda".³⁸ Entretanto, essas propagandas foram essenciais para construir imagens que se fortaleceriam e que permaneceram vivas até os dias de hoje. Entre as diversas imagens construídas pelo Instituto, destacou-se aquela reverberada pelo o título de um filme: "Nordeste, problema nº 1".³⁹

O enredo do documentário contribuiu para a consolidação de visões e estereótipos sobre o Nordeste. Isso se dava tanto na história, quanto na música e na literatura, como por exemplo, na figura do nordestino como um homem forte e heroico. Essa caracterização era associada às condições de vida e trabalho na região, consideradas como precárias e mal remuneradas, com alta mortalidade infantil e com um ambiente marcado pelo misticismo e atraso cultural. Ou seja, com baixa perspectiva de progresso social.

O filme explorava as imagens de trabalhadores rurais e tentava apresentar a vida sofrida dessa população. O IPES apontava que o caminho necessário para superar esse "problema nº1", partiria do Poder Executivo e do Legislativo com a racionalização da agricultura e a extensão do crédito agrícola. Além, é claro, de um investimento maciço na industrialização do Nordeste. A narrativa do filme defendeu a ideia de que "quem dá trabalho ao bravo homem nordestino, ajuda a redimir a região".

No entanto, todo o investimento e melhora dessas condições de vida, incitados pelo filme, não tinham um objetivo filantrópico. Ao contrário, buscava-se evitar "a avalanche social que se apruma", ou seja, as mobilizações rurais marcantes e em grande escala provenientes das décadas anteriores e, principalmente, dos anos de 1960.

³⁷Ibid. vol. 1 P. 109

³⁸FICO, op. cit. p. 35

³⁹Nordeste: Problema nº 1. Direção: Floriano Peixoto, Ubirajara Dantas e Irene S. Soares. Produção: Atlântida Cinematográfica Limitada e Jean Manzon. Brasil, Rio de Janeiro, 1962. 10 min. Formato: 16 mm.

1.1. A tríade representativa do Nordeste nos periódicos: fome, miséria e subversão

A construção de uma imagem representativa do Nordeste e da sua população foi elaborada ao longo dos séculos na literatura brasileira. No início do século XX, em "Os Sertões", Euclides da Cunha já afirmava que o sertanejo antes de tudo era um forte. Com o passar dos anos, essa caracterização ganhou força com a instauração do Estado Novo (1937-1945). O governo varguista contribuiu para a criação da noção regional do Nordeste brasileiro, em oposição a predominante e simples divisão do país até então em Norte e Sul, sendo a Bahia o ponto de referência. O objetivo do governo Vargas era enfraquecer o "estadualismo", noção que remetia à força das identidades estaduais, diluindo-as e fortalecendo as perspectivas regionalistas. Assim, em substituição ao nortista, passou-se a fazer referências aos nordestinos.

Durval Muniz de Albuquerque, no livro "A invenção do Nordeste e outras artes", demonstra como pensadores e artistas, como Gilberto Freyre ou Ariano Suassuna, construíram uma visão regionalista da história nordestina, onde buscavam uma região que teoricamente se mantinha estática, tradicional, em oposição a introdução do acelerado processo capitalista. Essa perspectiva enaltecia o Nordeste como o ambiente de uma saudade íntima, pessoal.⁴⁰

No entanto, a partir da década de 1930, ocorreu um processo de inversão nessa caracterização. Reforçada nas décadas de 1940 e 1950, essa nova perspectiva enfatizava um espaço conflituoso, "atravessado pelas lutas sociais", e que havia se transformado em um espaço da ruptura e da revolução. "Um espaço em busca de uma nova identidade cultural e política, cuja essência só uma "estética revolucionária" seria capaz de expressar".⁴¹

Influenciados por uma literatura marxista, artistas e pensadores alteraram a estratégia na caracterização do Nordeste. Ocorreu, assim, uma substituição na percepção da economia nordestina, que no passado era retratada como o polo dinâmico da economia colonial e que, nesse momento, tornara-se uma região problema.⁴² Logo, as

⁴⁰MUNIZ, Durval de Albuquerque. A Invenção do Nordeste e outras artes. 5ª Edição, São Paulo, 2011. P. 136

⁴¹Ibid. P. 208

⁴²DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 71, 2015.

novas produções buscaram denunciar cada vez mais a miséria, as injustiças sociais, e ao mesmo tempo

resgatar as práticas e os discursos de revolta popular ocorridos neste espaço. Estes territórios populares da revolta são tomados como prenúncio da transformação revolucionária inexorável. As terríveis imagens do presente servem de ponto de partida para a construção de uma imagem futura, de uma especialidade imaginária que estaria no amanhã, de um espaço de utopia.⁴³

O discurso dos jornais cariocas contemporâneos a essa nova visão do Nordeste, em parte, compartilhava as denúncias à condição social e econômica da região, no entanto, em sua maioria, desaprovavam a perspectiva revolucionária futura. Por isso, as notícias chamavam a atenção para as mazelas nordestinas, mas também por suas potencialidades perigosas. Tanto jornais mais voltados para o âmbito das esquerdas, quanto aqueles mais próximos às direitas, vão alertar para a condição de vida do nordestino.⁴⁴

Para Mario Grynzspan e Marcus Dezemone, esse movimento ocorreu por uma mudança na percepção acerca do mundo rural e do camponês, em meados de 1940. O campo ainda era considerado por muitos, como uma região atrasada frente às demais. Entretanto, esse atraso era marcado mais por características econômicas e sociais, ou seja, a grande concentração de latifúndios, do que por questões geográficas ou físicas, como a falta de chuva e as secas, por exemplo.⁴⁵

A análise dos textos de parte da grande imprensa carioca revela o direcionamento do discurso sobre o Nordeste para algumas linhas narrativas que irão se entremear ao longo das notícias. A primeira delas parte de um movimento da caracterização da região e das suas condições de vida.

A reportagem do *Diário de Notícias*, no dia quatro de novembro de 1961, com o título "Nordeste", demonstrava a urgência da questão nordestina para o país, tornando-se também para o veículo a representação de um “problema nº1”, tal como no filme do

⁴³Idem.

⁴⁴Na clássica distinção do italiano Norberto Bobbio sobre direitas e esquerdas, caberia a direita a defesa e a luta pela liberdade. A esquerda, por sua vez, teria a igualdade como principal horizonte a ser alçado. Para aprofundamento, consultar BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Editora UNB, Brasília. 11ª Edição, 1998. Todavia, a dissertação prioriza as categorias nativas e as representações dadas pelos próprios atores políticos imersos no contexto brasileiro.

⁴⁵GRYNZSPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IPES. Essa prioridade, alertada pelo *Diário*, se fazia pela grande concentração populacional que vivia nessa região do Brasil.

É só correr os olhos pela bioestatística e ver como se elevam, ali, as taxas denunciadoras do pauperismo, da ignorância, da doença. Uma capital como o Recife, por exemplo, tida como a terceira do Brasil em população, ostenta taxas de mortalidade infantil e por moléstias infecto contagiosas, bem como de analfabetismo, que não só atordoam os governantes como nos humilha a todos.⁴⁶

Em outra reportagem, o jornal apontou para os desníveis socioeconômicos entre os Estados do país:

Dentro da presente conjuntura brasileira, talvez nenhum outro problema interno assuma importância maior que a do soerguimento econômico e social do Nordeste. Pelo menos em termos de prioridade, de urgência no ataque ao crescente e progressivo desnível entre a região nordestina e as áreas do centro sul, esse problema é dos que exigem atenções especiais não só dos governos dos estados compreendidos na zona interessada, como da União (...) O que se verifica, entretanto, é que a despeito de tudo isso, muito fraco ainda é o acervo de realizações em benefício da região empobrecida e sofredora.⁴⁷

O *Correio da Manhã* apresentou uma análise semelhante ao *Diário de Notícias* ao também qualificar o Nordeste como prioridade nacional. Além disso, demonstrou como o êxodo rural era fruto das péssimas condições de vida da localidade:

Seria ocioso repetir que o problema do Nordeste é o mais explosivo, o mais premente e o mais importante do Brasil de hoje. A sua população há séculos vem sendo fustigada pelas intempéries. Durante as secas, sofre ela terrível flagelo. Tem de emigrar para regiões mais favorecidas. Anda daqui para ali. Busca as montanhas, onde as condições são menos desoladoras. Dirige-se para as cidades, onde pensa encontrar lenitivo para os seus sofrimentos. Abandona a sua casa, a sua criação, a sua terra, na incerteza de voltar algum dia a rever o torrão onde cresceu a família e onde souou para arrancar o alimento.⁴⁸

O *Diário de Notícias* também salientou que o a fome era um problema essencial do Nordeste brasileiro. Seria ela a responsável pela criação das condições políticas para o aparecimento do comunismo no local:

Aí está. O problema não é propriamente ideológico, bem entendido, o problema dos grupos rurais. É de fome, isto sim. De miséria e carência dos bens mais elementares e primários. Já se disse que não há comunismo naquelas paragens, mas as condições, o caldo de cultura de que ele se alimenta, sob a vigilante direção de minorias atuantes. O resto ficou mesmo por conta do egoísmo e da indiferença dos que detém as melhores posições de comando da vida política e econômica da região.⁴⁹

⁴⁶ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 04.11.1961. Pag. 4, 1ª Seção.

⁴⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 11.11.1961. Pág. 4, 1ª Seção.

⁴⁸ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 06.12.1961. Pág. 6. 1º Cad.

⁴⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 26.04.1962, Pág. 4, 1ª Seção.

A fome, sendo uma grande questão, era causada por dois motivos básicos e tradicionais no Nordeste do Brasil. O primeiro deles seria a secular seca que atingia centenas de famílias que ficavam desamparadas constantemente. O *Última Hora*, em janeiro de 1962, demonstrava que

segundo José Joaquim Benitez, presidente do DNOCS ⁵⁰ está sendo intensificado o transporte de água em carros-pipa para os locais mais atingidos pela seca no Nordeste. Adiantou que seu Departamento cogita oferecer trabalho, o quanto antes, para cerca de 11 mil flagelados.⁵¹

O então colunista de economia e finanças que posteriormente foi presidente da SUPRA (Superintendência da Política Agrária) no governo de Jango, João Pinheiro Neto⁵², escreveu e divulgou no *Última Hora*, uma denúncia contra a seca nordestina. Com o título de "A gloriosa batalha contra o nada", o texto argumentava que

falta de alimentos e a seca no Nordeste, pesadelos esperados por todos, todos os anos, nos mesmos períodos, menos pelos alegres senhores do governo, empenhadas na batalha campal gloriosa, contra o nada.⁵³

O segundo motivo para a fome era a própria estrutura fundiária do Nordeste brasileiro, caracterizada pela presença do latifúndio, o que propiciava a manutenção de uma elite agrária permanente no Nordeste. O *Diário de Notícias*, então, aprendeu duras críticas à concentração de terras:

Os progressos, e algumas sobras do desenvolvimento que tem bafejado o Centro-Sul do país alcançam o Nordeste, esta é a verdade, em benefício exclusivo dos poucos numerosos, mas muito influentes grupos que dominam política e economicamente a região. Nada adiantaria, nessas condições, o envio de milhões e bilhões para lá, conservando-se intocado o velho esquema sócio econômico que ali se estratificou e no qual ainda hoje repontam reminiscências do semi-feudalismo colonial. Há, felizmente, indícios de que tudo isso poderá vir a melhorar, graças ao interesse generalizado que o pauperismo nordestino vem despertando, dentro e fora do Brasil.⁵⁴

De acordo com Mario Grynspan e Marcus Dezemone, naquele período, tornou-se consensual nas esquerdas brasileiras que o latifúndio era um dos grandes entraves para o desenvolvimento da economia do país e que, evidentemente, deveria ser

⁵⁰O DNOCS refere-se ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

⁵¹*Última Hora*, Rio de Janeiro. 23.01.1962. Pág. 2

⁵²"Ao longo de 1961, João Pinheiro Neto fez o curso de altos estudos econômicos e sociais no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi professor do curso técnico de assistência parlamentar, na Câmara dos Deputados, e começou a trabalhar como jornalista no jornal carioca *Última Hora*, principal órgão de imprensa de apoio ao governo Goulart.". Para consulta: Cf. KORNIS, Mônica. Verbetes Biográfico João Pinheiro Neto. Acervo Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.

⁵³*Última Hora*, Rio de Janeiro.17.05.1962. Pág. 5

⁵⁴*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 11.05.1962. Pág. 4, 1ª Seção.

eliminado. Essa caracterização originava-se na perspectiva de que o grande volume de terras concentradas e não produtivas muitas vezes servia para manter no poder uma elite agrária que determinava os rumos da nação, e impedia o desenvolvimento do mercado interno nacional.⁵⁵

O Semanário tornou público o parecer final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a atividade das Ligas Camponesas no Nordeste. No documento final, os parlamentares condenavam a manutenção do latifúndio e das precárias condições de vida da população nordestina:

Considera a comissão, depois de descrever a situação de atraso e miséria do nordeste e frisar que ela corresponde à que impera em toda zona rural brasileira, que o homem do campo no Brasil despertou para uma reação, adquiriu a consciência objetiva dos seus direitos e está pronto para lutar por eles. Considera ser o latifúndio o “responsável por toda a tragédia do homem do campo no Brasil” e sustenta que “somente promovendo sua liquidação será possível erradicar-se a miséria das populações rurais do país, hoje como ontem subjugadas ao monopólio da terra”.⁵⁶

O jornal *Última Hora*, ao entrevistar uma série de deputados, tentou traçar o perfil do que seria o Nordeste da década de 1960 e trouxe um novo elemento para a caracterização da região, a partir de uma herança dos latifúndios: a perseguição constante e os conflitos envolvendo a população camponesa. Em entrevista, o deputado José Joffily afirmou que os latifundiários haviam organizado uma própria liga, chamada de Liga dos Proprietários. Com milícias particulares, estavam expulsando camponeses de suas terras na Paraíba e contendo qualquer tipo de manifestação pacífica ou não.⁵⁷

Novamente na CPI sobre as Ligas Camponesas, o deputado e um dos líderes do movimento, Francisco Julião, afirmou que a repressão ao movimento camponês não partia somente dos proprietários, mas do próprio Exército brasileiro com a conivência dos poderes executivos locais. Em reportagem do jornal *O Semanário*, Julião

Deplora profundamente que certos governos estaduais lutem contra as Ligas, contra o seu desenvolvimento, instalando comissariados de polícia para impedir que os camponeses se associem. Cita, entretanto, o Estado da Paraíba, onde o governador se absteve de fazer pressão policial sobre as Ligas, num gesto realmente louvável, mas o mesmo não aconteceu com o Exército Brasileiro cujo comando, naquele Estado, passou a fazer incursões e devassar casas, pobres residências dos camponeses, à procura de armas consideradas ilegais.⁵⁸

⁵⁵GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. op. cit. 50.

⁵⁶*O Semanário*, Rio de Janeiro. 31.05.1962. Nº 283, Pág. 11.

⁵⁷*Última Hora*, Rio de Janeiro. 29.05.1962. Pág. 4

⁵⁸*O Semanário*, Rio de Janeiro. 07.06.1962. Nº 284, Pág. 6.

Nos jornais cariocas, apresentavam-se, assim, diversas características na construção da imagem do que seria o Nordeste brasileiro: esquecimento, desigualdade social e pobreza. Essas marcas sociais da região seriam as responsáveis por conflitos, pelo êxodo rural, pela miséria e fome de parte da população nordestina. Os anos de esquecimento e abandono dos governantes locais a população eram denunciadas constantemente nos jornais. De acordo com o *Correio da Manhã*, o problema nordestino já havia sido detectado há séculos, contudo, sem qualquer tipo de investimento real dos governantes para solucioná-lo.

O Nordeste é nosso problema secular. O Império já estava preocupado com possíveis soluções. Os técnicos de então, que outros não eram senão os grandes senhores, deixavam transparecer sua preocupação diante da miséria das secas e do abandono e pauperismo dos nordestinos. A República não ficou atrás. Tentou soluções. Esparsas. De caráter filantrópico, tão ao gosto dos positivistas da época. Era mais uma esmola do que uma solução definitiva para a integração do Nordeste na vida de nível mais elevado, como a tem os habitantes do Centro e do Sul.⁵⁹

A descrição feita salientava o caráter histórico do problema, como herança de longa data. Com isso, os periódicos demonstravam o estado de abandono e, evidentemente, alertavam para os perigos na manutenção nesse tipo de estrutura econômico-social. O arcebispo do Recife, D. Carlos Gouveia Coelho, concedeu uma entrevista ao *Diário Carioca* e explicitou que, para ele, os problemas do Nordeste possuíam uma dimensão humana e cultural potencialmente explosiva, pois a população estaria cansada de esperar as promessas dos governantes sem que nada fosse efetivamente feito.

Esse tipo de cenário caótico e muito desigual economicamente potencializava ações de grupos políticos organizados em defender transformações sociais drásticas. Os jornais passaram, então, para a segunda linha interpretativa que narrava e alertava para os perigos da manutenção do estado das coisas no Nordeste brasileiro.

O *Diário Carioca* abriu espaço para o Padre Melo afirmar que essa condição social era permissiva para a ascensão de lideranças subversivas, como Francisco Julião, por exemplo. Segundo o clérigo, ele era

um aproveitador da miséria das massas, porque Francisco Julião é arguto e perigoso, possuindo sensibilidade para interpretar a tendência do momento, assumindo o comando da luta agrária e dando a impressão que o Nordeste

⁵⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 16.09.1961. 1º Cad. Pág. 6

luta pelo comunismo, quando a batalha de vida ou morte em que estamos empenhados é a movida contra a fome.⁶⁰

O governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, declarou ao *Jornal do Brasil*, que reformas deveriam ser feitas para mudar a condição social da região, ou o Nordeste passaria por um processo revolucionário.⁶¹ No mês seguinte a declaração do político, bispos de diversos Estados do Nordeste exigiram a execução de uma reforma agrária urgente na região. De acordo com eles, era necessário a alteração do mundo rural para evitar caminhos subversivos, visto que "a estrutura agrária constitui um dos grandes empecilhos a seu desenvolvimento e à promoção social do homem: 0,5% dos proprietários possuem 31,7% das terras".⁶²

No campo brasileiro, diversas vezes, as Ligas Camponesas foram encaradas como o elemento subversivo criado a partir das condições que a desigualdade nordestina propiciava. Segundo o jornal *A Noite*,

Os recentes acontecimentos da Paraíba, com o assassinato de dois líderes camponeses, constituem ainda motivo de apreensão por parte dos militares, que em todo o Nordeste se mantém em permanente prontidão, temendo que uma insurreição se propague e desça para o sul do país. (...) As Ligas Camponesas do Nordeste constituem, na opinião das autoridades da Segurança, focos de permanente perigo social e de inquietação, capazes de servir ao processo revolucionário em marcha, agora ainda na base das articulações.⁶³

O *Correio da Manhã* também utilizou uma entrevista com o padre Melo para, posteriormente, escrever uma matéria intitulada: "Nordeste não resiste "2 meses sem explodir revolução". O clérigo, "fez severas críticas ao Congresso e ao governo, responsabilizando-os por não ter sido até hoje solucionada a questão agrária no país, notadamente no Nordeste, onde o problema é mais agudo".⁶⁴

No mês da retomada dos poderes presidencialistas de João Goulart, em janeiro de 1963, a caracterização do Nordeste como um palco potencialmente explosivo e perigoso continuava a mesma. O *Última Hora* dizia que

notícias inquietadoras continuam a chegar do Nordeste. Invasão de terras, massacre de camponeses, miséria e desalento. Por aqui a politicagem campeia à solta. Estivemos várias vezes no Nordeste, no mês passado, convivendo lado a lado com os trabalhadores, na campanha do plebiscito. É

⁶⁰ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 26.01.1962. Pág. 3

⁶¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 18.02.1962. 1º Cad. Pág. 5

⁶² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 10.03.1962. 1º Cad. Pág. 1

⁶³ *A Noite*, Rio de Janeiro. 28.04.1962. Pág. 2

⁶⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 05.05.1962. Pág. 1.

incrível a paciência do povo brasileiro. Sabe esperar e continua sabendo confiar. As Ligas Camponesas que por aqui são tachadas de extremistas, a serviço da subversão, comandadas por perigosos comunistas de peixeira à cinta, constituem apenas uma pálida defesa contra a vergonhosa exploração do senhor da terra. Lutam, na ausência de outros elementos, contra a ganância do latifundiário, contra a miséria de um salário de 40 a 70 cruzeiros por dia de sofrimento, contra o monopólio da terra, que enfeixa nas mãos de 300 mil proprietários, 86% de toda a área dos estabelecimentos agropecuários existentes no país.⁶⁵

Nos idos de 1964, o jornal *Novos Rumos* fez uma denúncia contra a proprietária Creuza Cartaxo, no município de Itapororoca, na Paraíba. Segundo o veículo, milhares de camponeses foram despejados de terras férteis para transformá-las em pastagens,

o que também vem sendo feito em outras regiões, de vez que é mais cômodo para os latifundiários que residem quase sempre nas cidades, apenas supervisionar o trabalho dos vaqueiros, muitas vezes seus capangas e seus auxiliares. Atos de desumanidade caracterizaram o despejo. Velhos e crianças, em meios a gritos de desespero, foram arrastados à força para fora dos casebres por policiais e capangas armados.⁶⁶

Esse ambiente político e social, proporcionou o fortalecimento de movimentos sociais como as Ligas, que se aproveitaram da conjuntura para realização de uma série de comícios e greves com centenas de camponeses. Nesses atos, defendiam a bandeira da reforma agrária e o fim do latifúndio, mantenedor das desigualdades sociais do Nordeste.

Contudo, a mudança na estrutura socioeconômica do Nordeste passaria por um difícil processo de aceitação. Parte dos deputados e senadores do Congresso Nacional, afirmavam que medidas para mudanças no estatuto fundiário feriam o direito inalienável da propriedade privada. De acordo com o deputado baiano João Mendes,

numerosos proprietários rurais já se mostram desalentados, dispostos a encerrar suas atividades no campo diante das notícias que lhe chegam sobre a marcha da tal reforma agrária. Temem ver o produto dos seus esforços esfacelado nas mãos dos reformistas, em face da proliferação das Ligas Camponesas, da invasão de terras cultivadas e do apoio que o governo empresta aos criminosos, travestidos de patriotas.

De toda forma, é possível observar que o discurso dos veículos de comunicação sobre o Nordeste brasileiro era bem definido. Jornais como o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca*, assim como periódicos como o *Última Hora* ou *O Semanário*, denunciavam a miséria, a pobreza e a desigualdade social da região.

⁶⁵ *Última Hora*, Rio de Janeiro. 14.01.1963. Pág. 2

⁶⁶ *Novos Rumos*, Rio de Janeiro. 16.01.1964. Nº 255, Pág. 6

Mesmo com linhas editoriais completamente distintas, concordavam que o latifúndio era um entrave do desenvolvimento e uma causa importante para as péssimas condições de vida da população nordestina. Em todos eles, o pauperismo do Nordeste e o seu abandono são apontados como problemas urgentes a serem contornados.

As propostas formuladas para a superação do problema, entretanto, eram diferentes, como por exemplo, qual tipo de reforma agrária que deveria ser levada adiante. Para jornais como o *Diário de Notícias*, o principal objetivo em mudar a estrutura social do Nordeste era conter o perigo de uma revolução agrária no país, algo que não estava presente em *O Semanário*. A perspectiva de mudança era necessária, mas era preciso evitar um processo de transição social radical.

1.2. Duas soluções para os problemas do Nordeste: a SUDENE e a Aliança para o Progresso.

O perigo de um Nordeste subversivo por causa das condições de vida precárias, gerou medo e ansiedade em políticos e em parte da imprensa nacional. Caberia ao governo federal e aos governos estaduais a busca por caminhos que superassem o problema.

Em 1955, foi organizado o Congresso de Salvação do Nordeste, em Recife, com o objetivo de discutir os caminhos para superar os problemas nordestinos. Entre as questões identificadas e que deveriam ser superadas, destacavam-se: a energia elétrica, a seca, os latifúndios, a indústria, minérios, comércio, transporte, saúde, educação, êxodo rural, etc. O encontro buscava fazer uma ampla discussão sobre os caminhos percorridos pela região e as suas possíveis soluções.

De acordo com o *Diário de Notícias*, para superar a questão da seca era preciso um aporte federal e estadual para estudo dos problemas pluviométricos, de erosão e devastação florestal. Quanto à questão da terra, discutir-se-iam os latifúndios e minifúndios, os créditos agrícolas e a mecanização da agricultura, por exemplo. Para as indústrias propunham-se discussões sobre isenções fiscais na região, instalação de refinarias e etc.⁶⁷

⁶⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 14.08.1955. Pág. 8. 3ª Seção.

Os problemas do Nordeste brasileiro foram detectados no Congresso de Salvação, no entanto, esses obstáculos não foram imediatamente resolvidos. Para grande parte da imprensa carioca, a solução para a questão nordestina deveria partir da ação de dois mecanismos: a expansão da atuação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e o fortalecimento da política da Aliança para o Progresso, proveniente dos Estados Unidos.

Criada em 1959, ainda no governo de Juscelino Kubistchek, o objetivo da autarquia era a coordenação do desenvolvimento econômico e social do Nordeste. Buscava-se superar as disparidades entre o Centro-Sul brasileiro e o Nordeste, a partir da sua industrialização.

A historiografia oficial da própria Sudene põe ênfase nas causas imediatas — a seca de 1958 e suas consequências: desemprego rural e êxodo — e toma como “causas históricas” a própria ideologia do órgão: o fato de que o aguçamento das diferenças regionais indicava o planejamento como o único caminho para promover o desenvolvimento.⁶⁸

Para o *Correio da Manhã*, a SUDENE iria finalmente superar os entraves nordestinos:

Somente agora se veio iniciar uma obra de real seriedade. Somente agora, um órgão de responsabilidade reconhecida estruturou os problemas do Nordeste, a fim de lhes dar uma solução global. E isso foi feito através da SUDENE, dentro de um gabinete, cujas portas estavam abertas para os sertões, cujas janelas miravam sempre o homem nordestino, compreendo os seus problemas, os problemas da terra, em consonância com os seus reflexos políticos e sociais em todo o país. Foi um trabalho sério, estruturado e global. Podemos acrescentar que foi realmente o único trabalho desse gênero aqui realizado. É a tentativa de sair, de uma vez por todas, do impasse da desgraça periódica das secas, do estado de miséria contínua e de humilhante pobreza em que vivem e viveram 20 milhões de brasileiros. (...)⁶⁹

No mês seguinte, estampou em seu jornal um discurso do superintendente Celso Furtado, afirmando que os intuitos da SUDENE eram revolucionários, mas de um tipo de revolução diferente.

O Nordeste não sabe para onde vai. Estamos criando condições para que seja uma revolução branca. Para isso estamos na luta, que se processa em várias etapas, que vão desde a aplicação de capital, irrigação e distribuição de terras, à transferência de um milhão de pessoas para o Maranhão⁷⁰

⁶⁸Cf. MASCARENHAS, Lícia; LOURENÇO NETO, Sydenham. Verbete Temático SUDENE. Acervo Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2010.

⁶⁹*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 16.09.1961. 1º Cad. Pág. 6

⁷⁰*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 31.10.1961. 1º Cad. Pág. 1

O cuidado com a qualificação cromática da mudança não é à toa: note-se o uso de revolução “branca”, como forma de diferenciar a transformação defendida da temida revolução “vermelha”, de caráter socialista.

No final de 1961 e início de 1962, as notícias que giravam em torno da SUDENE enfatizavam as condições sociais e econômicas do Nordeste mas, sobretudo, pressionavam o Congresso Nacional pela aprovação do plano diretor para o ano seguinte. De acordo com Lúcia Mascarenhas e Sydenham Lourenço Neto,

o instrumento através do qual a Sudene proporia, orientaria e coordenaria o programa de desenvolvimento do Nordeste era o seu Plano Diretor, com apresentação obrigatória ao Congresso Nacional, através da Presidência da República. Aqui também ocorreu uma inovação na sistemática político-administrativa brasileira, pois pela primeira vez um instrumento de planejamento era formalizado a esse nível; se, de um lado, a ação da autarquia se submetia ao crivo do Congresso Nacional, de outro lado, a aprovação de seus planos pelo Parlamento lhe conferia uma legitimação política que nenhuma outra agência estatal possuía, o que inegavelmente expressa bem a passagem dos assuntos relativos ao Nordeste ao primeiro plano dos problemas políticos nacionais.⁷¹

O *Diário Carioca* noticiou uma greve envolvendo estudantes, operários e camponeses, liderados pelo então prefeito de Recife, Miguel Arraes, na qual o movimento pressionava o Congresso pela aprovação do plano diretor da SUDENE sem qualquer tipo de alteração.⁷² Na realidade, na concepção de Celso Furtado,

a situação agrária em particular, a estrutura rural do Nordeste, estribada no latifúndio e, em consequência caracterizada pela situação de miséria e espoliação do camponês sem terra, a SUDENE não tem ainda, no seu Plano Diretor para 1962, nenhum plano equacionado. Acredita poder atenuar as contradições com o aumento da produtividade, e da produção. Mas só mesmo depois da aprovação do plano de quatro anos, em abril, é que a SUDENE poderá encarar o problema e tentar modificar a estrutura agrária do Nordeste, por muitos considera pré-revolucionária.⁷³

Todavia, a aprovação do Plano Diretor de 1962 era a porta de entrada de uma aliança frutífera na concepção de alguns jornais, como o *Correio da Manhã* ou o *Diário de Notícias*, entre a SUDENE e a Aliança para o Progresso. De acordo com Furtado, a execução do Plano cumpriria a condição "self help", imposta pelos Estados Unidos como fundamental para ajudar a América Latina.⁷⁴

⁷¹Cf. MASCARENHAS, Lúcia; LOURENÇO NETO, Sydenham. Verbete Temático SUDENE. Acervo Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2010.

⁷²*Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 02.12.1961. Pág. 3

⁷³*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 10.12.1961. 1º Cad. Pág. 4

⁷⁴Idem.

Para Clifford Welch, no livro "A semente foi Plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)", o foco da Aliança era o Nordeste, devido a popularidade das Ligas Camponesas e do crescimento da ULTAB. Segundo o historiador,

Sob o guarda-chuva da aliança, diversas agências da Guerra Fria vieram trabalhar na região, inclusive a CIA, o AIFLD – Instituto Americano de Desenvolvimento do Trabalho Livre, e o programa “Food for Peace” (Alimentos para a Paz). Para diminuir o apelo das ligas, o governo norte-americano enviou dinheiro a grupos ligados à Igreja, sobretudo ao SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, liderado pelo padre Paulo Crespo. Em São Paulo o ICT – Instituto Cultural do Trabalho, financiado pela AIFLD e pela CIA, patrocinou diversos projetos, inclusive treinamento para Rotta e um projeto do “Food for Peace” em Marília que, de acordo com os documentos dos Estados Unidos, “ajudava o sindicato do trabalhador rural da região em seus esforços para se organizar”⁷⁵

Na concepção de Carlos Fico, a Aliança para o Progresso era na sua essência financeira, mas com um forte aparato ideológico. Lançada pelo presidente Kennedy, buscava combater o comunismo nos países vizinhos da América Latina, entretanto, não levava em consideração e respeitava as especificidades locais.⁷⁶

Dentre desse contexto, o governo americano lançou várias iniciativas, além das mencionadas por Welch, como por exemplo, a *Peace Corps*. Contando com a iniciativa de jovens voluntários americanos que prestavam ajuda em países periféricos e pobres, buscavam contornar problemas de saúde, habitação e educação nas áreas rurais do Brasil. Para Fico,

Essas iniciativas de Kennedy não passavam de uma tentativa de controle da América Latina no contexto da Guerra Fria. Após seu assassinato, em novembro de 1963, seu sucessor, Lyndon Johnson (1963-1969), manteve a Aliança para o Progresso e sua moldura doutrinária anti-insurrecional.⁷⁷

Na visão de Celso Furtado, a relação entre a Aliança para o Progresso e a SUDENE, na prática, teve mais resultados propagandísticos do que uma efetividade real. E de fato, a conclusão de Furtado foi certa. A opinião pública, principalmente de jornais como o *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, enalteceu os propósitos do programa norte-americano.

⁷⁵WELCH, Clifford. A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964). Editora Expressão Popular. São Paulo, 1ª Edição, 2010, p. 386.

⁷⁶FICO, op. cit. p.27

⁷⁷Ibid. p. 29

Em abril de 1962, o Brasil fechou um acordo de empréstimo com os Estados Unidos na quantia de 131 milhões de dólares para o desenvolvimento do Nordeste. O presidente Kennedy endereçou uma carta ao presidente Jango expressando a sua satisfação, conforme o *Diário Carioca*:

Focalizamos este programa com o mesmo sentido de urgência e com igual espírito decidido que seu governo demonstrou em seu planejamento para o Nordeste. Compartilhamos a convicção de que os 20 milhões de habitantes do Nordeste devem ter uma oportunidade de participar no futuro desenvolvimento do Brasil, e de que devemos empreender um decidido ataque contra os problemas econômicos e sociais da região.⁷⁸

Na sequência da aprovação do empréstimo, o *Diário Carioca* fez uma reportagem com o título "Ajuda efetiva da Aliança". De acordo com o veículo, o dinheiro cedido pelos norte-americanos ajudaria a "apressar a solução dos graves problemas do Nordeste brasileiro, bem como financiar a primeira fase de um plano de desenvolvimento à longo prazo".⁷⁹

O governador do Rio Grande do Norte Aluísio Alves, citado anteriormente, se encontrou com o presidente Kennedy para discutir as questões nordestinas. Em uma reunião de cerca de quarenta minutos, os dois políticos firmaram acordos e selaram parcerias que já estavam sendo concretizadas. O encontro serviu para estreitar os laços entre o Brasil e os Estados Unidos, com a promessa do presidente norte-americano em ajudar o Nordeste, fazendo alusão à política externa da Boa Vizinhança, no decorrer da 2ª Guerra Mundial, com a instalação de bases militares em Natal, cidade do governador Aluísio Alves.⁸⁰

No início de 1963, o embaixador norte-americano Lincoln Gordon, concedeu uma entrevista que saiu em diversos periódicos cariocas. Na cobertura do *Jornal do Brasil*, o político fez um balanço das atividades dos Estados Unidos na resolução dos problemas do Nordeste. De acordo com ele,

“a contribuição externa pode acelerar o processo de desenvolvimento e fornecer certos recursos especializados, talvez imprescindíveis ao sucesso, mas é na verdade de caráter essencialmente suplementar”.⁸¹

Na sua análise das atividades, Gordon criticou a atuação da SUDENE, mas concluiu que os resultados foram positivos e esperançosos:

⁷⁸ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 14.04.1962. Pág. 1

⁷⁹ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 03.05.1962. Pág. 1

⁸⁰ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 13.07.1962. Pág. 8, 1ª Seção.

⁸¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 25.01.1963. 1º Cad. Pág. 10.

os resultados até hoje tenham sido satisfatórios no Nordeste. Tem havido alguns resultados significativos, mas tem havido também sérias demoras. Algumas dessas demoras deveram-se à problemas legais e administrativos do lado brasileiro, muito naturais, visto que a SUDENE estava apenas passando da fase de planejamento geral para a de execução dos projetos.⁸²

Entretanto, os reais resultados tanto da Aliança para o Progresso, quanto da SUDENE, ficaram muito abaixo das expectativas ao tentar solucionar os problemas nordestinos. Em janeiro de 1964, a percepção de alguns jornais sobre a Aliança para o Progresso estava se alterando. Como bem salientou Furtado, as propagandas feitas eram mais eficazes do que as medidas em si.

O *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, defensor da aliança com os Estados Unidos durante a Guerra Fria, criticou os resultados do programa. Divulgando os números, o jornal afirmou que

o produto nacional bruto da Argentina diminuiu e o do Brasil e México alcançaram uma taxa de crescimento inferior a 1,5% (...) Em consequência, o resultado de toda AL não se traduziu num progresso econômico sensível. (...) Não há a menor dúvida de que a Aliança, na forma por que foi conduzida pelos Estados Unidos demonstrou uma certa incapacidade para tratar dos problemas latino-americanos, inclusive tomando o caminho assistencial que, embora deva ser cuidado não deve fazer minimizar os objetivos do desenvolvimento econômico.⁸³

Ao mesmo tempo em que questionavam a Aliança, vários periódicos mudaram as suas concepções em relação a própria SUDENE. O *Diário de Notícias*, afirmava em agosto de 1963 que

pois há mais de quatro anos já está operando, sem que se conheça nenhum resultado capaz de estimular esperanças em sua ação. Entretanto, o novo Plano Diretor da SUDENE dá a esse órgão poderes ainda mais amplos, campo de ação ainda mais vasto. É de se imaginar que, em vez de resolvidos, os problemas do Nordeste, no triênio abrangido pelo novo plano, sejam ainda mais complicados, pela manifesta incapacidade gerencial da SUDENE. Vamos admitir que seja incapacidade, inexperiência e o que mais for, dando de barato que haja boa fé nos responsáveis pelos erros, falhas e omissões, pois é possível, dada à vinculação ideológica de muitos desses responsáveis, que se trate de conduta intencional.⁸⁴

Nota-se que o *Diário de Notícias* sugeria uma relação entre os erros da SUDENE e a orientação ideológica dos seus responsáveis, alinhados, é claro, com o governo.

⁸²Idem.

⁸³*Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro. 15.01.1964. Pág. 6

⁸⁴*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. 11.08.1963. Pág. 4, 1ª Seção.

Para Lúcia Mascarenhas e Sydenham Lourenço Neto, os resultados da autarquia também não foram positivos. Por mais que os números sejam controversos na historiografia, a maioria dos historiadores concluiu que o objetivo de aplacar as desigualdades sociais e regionais não foram atingidos. Para citar exemplos, o número de empregos provenientes das indústrias não foi suficiente para diminuir substancialmente o desemprego estrutural. A ausência de uma reforma agrária manteve os latifúndios e contribuiu para o aumento da concentração de terras e renda no Nordeste. O êxodo rural continuou em grande escala na migração para as cidades. Ao citar o volume de recursos destinados à região, os autores fazem uma comparação com as verbas destinadas à construção da ponte Rio-Niterói, para demonstrar a discriminação e a falta de empenho da União com os nordestinos.⁸⁵

Caio Prado Jr, dialogando diretamente na época com Celso Furtado, também criticou os resultados e as ações feitas pela SUDENE, principalmente, relacionados a reforma agrária. Outra crítica do historiador, era a ausência de atividades direcionadas corretamente para o campo e a falta de entendimento do que seria o mundo rural brasileiro:

os problemas agrários são aí propostos em termos de que se excluem inteiramente as questões relativas ao próprio fundamento em que assentam as atividades agrícolas e pastoris, a saber, a terra e a sua apropriação. Repete-se aí, e dessa vez na palavra de um economista do porte do sr. Celso Furtado, o grave erro de confundir os diferentes setores, categorias e classes sociais diretamente ligadas às atividades agrárias, no conceito genérico de "agropecuária". Ora, os problemas agrários, como quais outros problemas sociais e econômicos, são antes de tudo "humanos".⁸⁶

Conclui-se, então, que parte das apostas feitas por parte da imprensa carioca para tentar superar os problemas do Nordeste não deram grandes resultados. Problemas seculares como a seca e o latifúndio não foram solucionados até os dias de hoje. Esse cenário de pauperismo, teria fortalecido movimentos sociais que buscavam uma ruptura nos padrões socioeconômicos da região.

Com o desenvolvimento de movimentos de libertação nacional na África e com o triunfo de revoluções de caráter comunista na Ásia e na América central, por exemplo, esse cenário caótico do Nordeste brasileiro tornou-se uma ameaça para os setores mais

⁸⁵Cf. MASCARENHAS, Lúcia; LOURENÇO NETO, Sydenham. Verbete Temático SUDENE. Acervo Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2010.

⁸⁶PRADO, Caio Jr. A Revolução Brasileira e a questão agrária no Brasil. Editora: Companhia das Letras. 3ª Edição, São Paulo, 2014, p.206.

conservadores da sociedade. Com uma população majoritariamente rural, havia um grande medo de um levante campestre no Brasil nos moldes chineses ou cubanos. Por isso, ganhou força, nesses periódicos o temor da cubanização do país.

Capítulo 2: A cubanização do Brasil

O termo cubanização ganhou impulso no Brasil na década 1960, principalmente, no Nordeste brasileiro e ao longo do mandato de João Goulart (1961-1964). Refere-se a um suposto processo de esquerdização de países latino-americanos, em especial, inspirados na vitoriosa Revolução Cubana. Cubanizar significava seguir os caminhos de Cuba, liderada por Fidel Castro, ou seja, uma revolução agrária que desembocasse em um Estado socialista seja no Brasil, em parte do país, ou em qualquer outro governo da América ao sul do Rio Grande.

Periódicos e personalidades políticas conservadoras alertavam para esse processo que, do seu ponto de vista, vinha se instaurando no país de maneira rápida e organizada. Combater o comunismo no Brasil tornou-se prioridade para alguns jornais. Por isso o neologismo cubanização se repetiu tantas vezes ao longo das notícias. Para os veículos de comunicação, não bastava apenas alertar e sinalizar, eles apontavam os culpados e indicavam o caminho a se seguir.

O governo do ex-presidente João Goulart (1961-1964), foi marcado por um quadro de grande instabilidade na política nacional. Inserido no contexto da chamada Guerra Fria, a bipolaridade latente entre o capitalismo e o comunismo chegou ao Brasil com toda força, trazendo consigo grandes sonhos e temores para as diversas classes sociais do país.

A Revolução Cubana, em 1959, aguçou ainda mais essa rivalidade ideológica, visto que instaurou uma ilha vermelha em pleno oceano capitalista que era o continente americano. Mas não se limitou apenas a isso. Cuba passou a exportar revolucionários para todo o mundo, em especial para a América Latina e para a África. Segundo Fidel Castro, no prefácio do Diário de Ernesto Guevara,

Che e o seu exemplo extraordinário ganham força cada vez maior no mundo. Suas ideias, seu respeito, seu retrato, seu nome são bandeiras de luta contras

as injustiças entre os oprimidos e os explorados e suscitam apaixonado interesse entre os estudantes e os intelectuais do mundo inteiro.⁸⁷

Para alguns jornais, todos aqueles que simpatizassem com o regime ou viajassem para visitar Cuba, eram taxados por parte da grande imprensa como comunistas, subversivos e revolucionários, no sentido negativo do termo, como por exemplo, o ex-presidente Jânio Quadros. A organização de uma comitiva, na campanha eleitoral de 1960, para visitar a ilha e a condecoração do argentino Ernesto “Che” Guevara já como presidente, em 1961, contribuíram para esse imaginário. Segundo o *Diário Carioca*, “Jânio inicia a cubanização do Brasil” visto que:

As classes produtoras, os partidos políticos e as Forças Armadas Nacionais vêm observando, com crescente inquietação, sintomas cada dia mais evidentes, de que o Sr. Jânio Quadros, à frente do governo federal, está desenvolvendo um plano tático cujo objetivo é uma concentração cada vez maior, de poder pessoal em suas mãos, através da cubanização do Brasil.⁸⁸

O medo de uma possível cubanização do Brasil era grande entre os setores liberais e do grande capital brasileiro. Diversos foram os jornais que repetiram esse termo cunhado no próprio período, como por exemplo: *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *A Cruz*, *A Noite*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Diário da Noite*. Em sua maioria, afirmavam que existia a possibilidade real de uma revolução agrária no Brasil, liderada por personalidades de uma esquerda radical. Entretanto, políticos e civis que atuavam no meio urbano também foram alvos de acusações e conivência, quando não participação direta no processo.

O discurso sobre a suposta cubanização do Brasil percorreu três direções que, para as elites brasileiras às quais se voltavam esses periódicos, se cruzavam e terminavam na mesma certeza: o Brasil estava caminhando na direção da subversão. O primeiro caminho buscou apontar os agentes desse processo, normalmente pessoas, partidos políticos ou movimento sociais, como as Ligas Camponesas. O segundo indicou as instituições nacionais que estavam mergulhadas na ideologia comunista. E, por fim, o último caminho apontou para as possíveis causas que dariam fôlego e levariam adiante um processo revolucionário já em curso.

⁸⁷CHE GUEVARA, Ernesto. *O Diário do Che na Bolívia*. Editora Record. 1ª Edição, Rio de Janeiro, 1997.

⁸⁸*Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 06.03.1961. p. 1.

2.1. Os agentes da "cubanização" do Brasil

As experiências da Revolução Chinesa de 1949 e da Revolução Cubana de 1959, aguçaram os olhares para os "perigos" de uma eminente revolução agrária. De fato, segundo o conjunto dos periódicos, não faltavam condições sociais para a sua eclosão, a despeito da concentração fundiária, da pobreza e das desigualdades sociais latentes do interior do país. A exportação do modelo maoísta chinês e do foquismo cubano serviriam de base para a sublevação, majoritariamente, camponesa.

Com todas as possibilidades e ameaças internas, o primeiro inimigo, responsável direto pelo processo de cubanização da América Latina e, em especial, do Brasil, vinha de fora e estava encarnado na figura de Fidel Castro. Tendo sua expulsão da OEA (Organização dos Estados Americanos) convertida em suspensão⁸⁹, Cuba era acusada de

“valendo-se de seus funcionários diplomáticos, missões oficiais e agentes secretos, o governo cubano promove a infiltração comunista nos demais países da América Latina, instigando a subversão e a revolução contra os governos legitimamente constituídos e as instituições democráticas, o que constitui uma agressão política de âmbito continental.”⁹⁰

Greves, passeatas e congressos, como o dos Ferroviários, na Bahia, em 1962, eram automaticamente associados à Cuba e tornaram-se alvos certos dos anticomunistas brasileiros, como resume o *Diário de Notícias*:

O aludido Congresso teve, aliás, a assistência de dois enviados do doutor Fidel Castro, representantes não da “Cuba Libre” do início da revolução da Sierra Maestra, mas de Cuba do paredón, que vieram inflamar os ânimos, no Brasil, para sugerir e instigar a imitação do exemplo cubano.⁹¹

Inicialmente vitoriosa, a Revolução Cubana era tratada com entusiasmo tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos. Em 1959, Fidel Castro foi recebido de maneira

⁸⁹ Segundo Fernando de Mello Barreto, a atuação de San Tiago Dantas, chanceler brasileiro, na reunião para decidir sobre a exclusão de Cuba da OEA foi decisiva para a decisão final que transformou a expulsão da ilha em suspensão na Organização. O ministro demonstrou ao longo de sua argumentação que o socialismo cubano não era incompatível com o sistema interamericano e, além disso, buscou defender o princípio de autodeterminação dos povos para o caso cubano. Para aprofundamento sobre o tema: BARRETO, Fernando de Mello. Os sucessores do barão: relações exteriores do Brasil (1912-1964). Vol. 1 Editora Paz e Terra, São Paulo 1ª Edição, 2001.

⁹⁰ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 28.01.1962. p.7

⁹¹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 02.02.1962. 1ª Seção, p. 5

festiva em Nova York e aplaudido pelas ruas norte-americanas.⁹² Todavia, com o decorrer dos anos, ocorreu uma mutação radical na percepção de diversos segmentos sociais e veículos de comunicação sobre a revolução de Fidel Castro.

Cuba, em 1961, se proclamou um Estado socialista e os revolucionários cubanos tiveram que enfrentar a invasão da Baía dos Porcos, logo em seguida. Caracterizada pelo desembarque de exilados cubanos, a tentativa contrarrevolucionária contava com o apoio da CIA (Central Intelligence Agency), e foi rechaçada por Fidel Castro e seus companheiros.

Entretanto, a situação diplomática entre Cuba e o governo dos Estados Unidos se agravou a partir de então e a ilha caribenha entrou na órbita soviética no decorrer da Guerra Fria. Em 1962, o mundo bipolarizado viveu o auge das tensões de uma eminente guerra nuclear, no episódio conhecido como a Crise dos Mísseis. A presença de armas nucleares norte-americanas na Turquia e na Itália, impulsionou o líder soviético Nikita Krushev a fazer o mesmo em Cuba. A partir da pressão de líderes revolucionários como Ernesto Che Guevara, Fidel Castro compactou com a instalação de ogivas na ilha. Caso ocorresse um confronto, esse arsenal soviético em Cuba poderia atingir os Estados Unidos, inclusive a capital Washington.⁹³

A percepção sobre a Revolução Cubana foi sendo alterada no percurso da sua própria Revolução e das suas relações diplomáticas com o mundo bipolar da Guerra Fria. Cuba, em 1959, foi exaltada por ser atribuída a ela uma luta nacionalista. Em 1961, causou espanto e medo ao se declarar socialista. Em 1962, simbolizava para o Estados Unidos, um inimigo central na luta contra a expansão do comunismo sobre a América. Parte da imprensa carioca seguiu o mesmo caminho. Se em 1959, era tratada como "Cuba Libre", em 1962, era Cuba do Paredón, ou seja, dos julgamento e fuzilamentos revolucionários, conforme registrou o *Diário de Notícias*.

Em fevereiro de 1962, o ministro Alfredo Nasser proferiu um discurso tranquilizando a população, afirmando não existirem no Brasil focos de agitação subversiva. Contudo, o *Diário de Notícias* criticou ferozmente o político e o acusou-o de conluio com à falta de paz interna. Para o periódico,

⁹²DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 71, 2015.

⁹³DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 71, 2015.

A cubanização do Brasil é, ainda, o objetivo declarado ou tácito de outros grupos atuantes. O clima social ajudando, o Nordeste e o Sul do país prepararam-se para um festival cubano em condições, contando para tanto, como se sabe, com o apoio de algumas prestantes autoridades governamentais. E o país está tranquilo? E não existem focos de agitação? E é de paz o clima do Brasil? Por onde anda, então, o que ouve e o que vê o Sr. Alfredo Nasser com seu sereno otimismo?⁹⁴

Os esforços cubanos para implementarem uma revolução, principalmente, na América Latina, já são parte integrante da bibliografia sobre a década de 1960. A exportação de revolucionários para os países vizinhos, assim como manuais de guerrilha difundidos para várias partes do continente são conhecidos e foram encontrados também no Brasil, em especial, com as Ligas Camponesas. Para Denise Rollemberg,

desde a crise dos mísseis e a definição do governo cubano como socialista, em 1961, a questão da exportação da revolução para os países latino americanos se colocou na ordem do dia, como condição para sobrevivência e consolidação da revolução em Cuba.⁹⁵

Contribuindo para a difusão dessa percepção de interferência cubana, o *Correio da Manhã* empreendeu uma série de denúncias à Fidel Castro e à Cuba, afirmando que

os fundos russos naturalizados cubanos vem pelo México e se derramam na América Latina, particularmente no Brasil, segunda etapa a cubanizar para a própria garantia da sobrevivência do Sr. Fidel Castro como força atuante do vermelhão comunista (...)⁹⁶

Sendo necessário, urgentemente,

a troca, entre os governos, de informações que auxiliem o cumprimento dos propósitos contidos nas resoluções aprovadas pelas conferências interamericanas e reuniões de consulta a respeito do comunismo internacional”.⁹⁷

Em março de 1963, foi organizado o Congresso Continental de Solidariedade à Cuba, que defendeu o direito de autodeterminação dos povos, a não interferência americana no país, e empreendeu duras críticas ao bloqueio econômico à ilha. O *Correio da Manhã*, no dia 26 de março, colocou na íntegra discursos de parlamentares brasileiros contrários ao Congresso, que se reuniram no Rio de Janeiro para protestar. De acordo com Herculano Carneiro,

Nenhum democrata, nenhum pai de família, nenhuma mãe brasileira, nenhuma pessoa formada em sãos princípios, pode solidarizar-se com o

⁹⁴ *Diário de Notícias*, op. cit. p. 5

⁹⁵ ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2001, p.8

⁹⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 14.02.1963. 1º Cad. p. 2

⁹⁷ *Ibid.*

ditador comunista Fidel Castro, o maior criminoso de toda a História das Américas; a realização de um Congresso de Solidariedade a Cuba é um acidente à consciência do povo brasileiro, um povo antes de tudo democrata pela formação cristã que recebemos no berço e que plasmou nossa personalidade. O que querem os patrocinadores desse Congresso de Apoio a Cuba é mais uma vez confundir a opinião pública: a solidariedade, eles a querem dar ao ditador e opressor do povo cubano, aquele que levou Cuba a ser escrava de Moscou.⁹⁸

Outro a se pronunciar foi José Emídio de Lima, seguindo a posição do seu colega de palanque.

Acredito ser esta a primeira vez que os democratas guanabarinos vem à Cinelândia para defender a democracia; que esta vez se repita constantemente, pois não é possível que assistamos de braços cruzados à ação desenvolva daqueles que nos querem entregar, como Fidel Castro fez com o povo cubano, daqueles que querem entregar os brasileiros de pés e mãos atados, ao comando totalitário de Moscou.⁹⁹

Entretanto, o temor da cubanização e da radicalização da sociedade brasileira não se restringia apenas à ameaça estrangeira representada pela ilha ou por Fidel. Diversos movimentos sociais urbanos, instituições e personalidades políticas também foram acusados de subversão. O governador do Rio Grande do Sul e, posteriormente, deputado federal da Guanabara, Leonel Brizola, foi um dos personagens mais visados no processo de execração do comunismo no Brasil.

Líder político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), membro de uma esquerda nacionalista com características radicais, Brizola se envolveu e ganhou destaque em algumas crises da República brasileira, em especial, em 1961 e 1964. Segundo Jorge Ferreira, o político gaúcho tinha posições políticas firmes e se colocava na contramão da tentativa de conciliação do seu cunhado João Goulart.¹⁰⁰ Foi protagonista e organizou a Campanha da Legalidade ao defender a posse de Jango, ameaçada pelos ministros militares, em especial Odílio Denys, e na sua participação ativa em movimentos sociais que exigiam as reformas de base imediatamente e de maneira radical.

Durante o Comício da Central do Brasil, enquanto estava em porte de uma arma de fogo, Brizola proferiu um inflamado discurso contrário ao Congresso e a determinados setores da sociedade brasileira que tentavam impedir com os mais diversos obstáculos as aspirações das classes populares do país. A sua aparição no

⁹⁸ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 26.03.1963. 1º Cad. p. 5

⁹⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 26.03.1963. 1ª Seção, p. 5

¹⁰⁰ FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.) Brasil Republicano vol. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Editora Civilização Brasileira, 2003. Além disso, ver: AMÉRICO, Freire; FERREIRA, Jorge. A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). 1ª Edição, Editora Civilização Brasileira. São Paulo, 2016.

Comício e os seus discursos políticos, contribuíram para a radicalização política e para o desfecho da Experiência Democrática brasileira iniciada em 1945, de acordo com Jorge Ferreira.¹⁰¹

Com essas características políticas, Leonel Brizola conseguiu inimigos poderosos nos meios de comunicação. O *Diário de Notícias*, ainda em 1962, trouxe uma reportagem criticando-o, ao afirmar que

muros e paredes da Zona Norte, ali pelo Grajaú, apareceram depois do carnaval, fantasiados com os seguintes dizeres: Viva Brizola, Viva Cuba, e ainda, Encampação da Light. Vivas e palavras de ordem ligam-se entre si por uma evidente conexão. No fundo, trata-se de um só viva, um grande viva aos encampadores e às encampações. De empresas de capitais americanos, está visto, pois esse é o inimigo que se pretende atingir. (...) E assim, de repercussão em repercussão, num pingue pongue de intrigas, acabaria por desarticular-se todo o sistema interamericano e estaria aberto o caminho para a cubanização do Brasil, como de outras nações latino-americanas.¹⁰²

No caso, o jornal estava fazendo referência às políticas de encampações empreendidas por Brizola no Rio Grande do Sul. Em 1959, por exemplo, a companhia americana¹⁰³ *Bond and Share* foi expropriada, sem a autorização do presidente da república, pelo preço simbólico de um cruzeiro. Jorge Ferreira demonstra que as relações com o governo norte-americano começaram a se deteriorar, em meados de 1962, a partir das declarações de Leonel Brizola defendendo a luta contra a exploração das empresas privadas dos Estados Unidos, qualificados pelo embaixador Lincoln Gordon como discursos corrosivos com forte sentimento antiamericanista.¹⁰⁴

Nesse mesmo caminho, Danton Jobim, colunista do *Diário Carioca*, acusou o governador do Rio Grande do Sul de manter a miséria e o caos no país por se colocar contrário não só a influência norte-americana, mas sim aos benefícios, no seu ponto de vista, de programas econômicos e políticos como a Aliança para o Progresso. De acordo com o jornalista, o "Sr. Brizola" prima por uma ideal nativista ao se colocar contrário à Aliança e a Embaixada americana, argumentando que

os Estados Unidos são, e por motivos óbvios, os grandes financiadores dessa bela experiência de ajuda mútua. Mas a Aliança não é uma instituição norte americana, e sim, interamericana. São porventura, os norte americanos quem distribuem os fundos e dizem quais os projetos que merecem apoio? Não. Fazem-no as Repúblicas latino-americanas, que soberanamente decidem

¹⁰¹ FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁰² *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 11.03.1962. 1ª Seção, p. 5

¹⁰³ FERREIRA, Jorge. op. cit. p.312

¹⁰⁴ *Ibid.*

sobre o auxílio de que precisam e sobre o modo porque desejam aplicá-lo em seus territórios.¹⁰⁵

Na prática, contudo, a alocação de recursos da Aliança não obedecia a lógica descrita por Jobim. Além disso, ele salientou que a Aliança para o Progresso se distinguia do Plano Marshall ao não gerar uma interferência americana direta, caracterizando-se por ser apenas uma concessão de créditos feita pelo Congresso dos Estados Unidos ao Brasil e aos países latino-americanos. Logo, aqueles que se colocaram contra o programa "são retrógrados à serviço da dominação russa no mundo. São contra a Aliança porque são contra o progresso, que pode salvar a América Latina da cubanização."¹⁰⁶

A influência de Leonel Brizola nos meios militares era causa de temor entre os periódicos cariocas. Aliado do político gaúcho, o General Machado Lopes, do III Exército do Rio Grande do Sul, participou e ajudou na Campanha da Legalidade, em 1961. O poder brizolista no exército foi diretamente relacionado a possível interferência no poder Executivo. O *Diário da Noite* retratou que

o novo Ministério é uma incógnita. Ninguém sabe ainda para que lado penderá, mas tudo indica que penderá para o lado do Brizola, que é dono do Brasil no momento. Não se sabe bem porque, mas o Sr. Leonel está mais forte neste governo do que galho de goiabeira na zona da mata. E até agora sua influência no Executivo só deu galho. O Exército no entanto, está coeso em torno do Sr. Brizola. Não há mais generais anti-brizolistas nesta República. Resta-nos admitir a cubanização do Brasil, inexorável e rápida. Mais rápida do que se pensa¹⁰⁷

A visão de Leonel Brizola como um perigoso articulador político das esquerdas é compartilhada pelo jornal *A Cruz*, que apontou para a rádio Mayrink Veiga, utilizada para discursos políticos, principalmente, durante a Campanha da Legalidade, como mecanismo de interlocução calunioso utilizado pelo político. Segundo o periódico católico,

Como no Exército, Marinha e Aeronáutica, Brizola aprofunda-se nas associações de sargentos, soldados e cabos das polícias militares. Na Guanabara, como no Rio Grande do Norte e outros estados, associações civis deste tipo estão peitadas, "rosetadas" e "jangadas", para na hora H revoltaram-se contra a hierarquia. Para engambelar os trouxas, pela Mayrink Veiga, Brizola ataca Jango, depois de conferenciar com ele, eximindo-lhe da

¹⁰⁵ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 09.05.1962. p. 4

¹⁰⁶ *Ibid.*

¹⁰⁷ *Diário da Noite*, Rio de Janeiro. 24.06.1963, 2º Cad. p. 7

responsabilidade da confusão reinante. César Borgia, orientado por Maquiavel, não teria tanta astúcia!¹⁰⁸

Portanto, caberia a Leonel Brizola, na visão dos jornais cariocas, alavancar o processo revolucionário no país a partir da instabilidade política e da sua influência em setores estratégicos da sociedade brasileira. O político gaúcho teria ainda fortes aliados no Poder Executivo, como por exemplo, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que o ajudaria nesse processo subversivo.

Sucessor de Cid Sampaio, Arraes foi eleito ao cargo através de uma Frente política de esquerda, incluindo no mesmo lado trabalhistas e comunistas. O IBAD com auxílio do capital norte-americano, empreendeu diversos esforços e financiamentos para eleger João Cleofas governador do Estado. O *Correio da Manhã*, ainda durante o pleito presidencial, posicionou-se à favor do político, ao acusar Arraes e o seus seguidores de serem extremistas. De acordo com o periódico e o próprio João Cleofas

A minha candidatura foi posta em Pernambuco para evitar a cubanização de uma das áreas mais importantes da região nordestina”- declarou à reportagem o deputado João Cleofas, candidato udenista ao governo daquele estado. Depois de acentuar que a sua campanha vai bem, já tendo visitado cerca de 20 municípios, observou o deputado João Cleofas que os extremistas chefiados pelo Sr. Miguel Arraes prepararam uma “guerra fria” contra sua candidatura, mas em nenhum instante deixou-se preocupar pela atoarda. “Eu continuo realizando contatos diuturnos com as comunidades mais pobres do meu Estado, e a receptividade que venho encontrando é a mais animadora”, acrescentou.¹⁰⁹

Há aqui um elemento importante: o recurso à luta contra a cubanização não apenas como forma de obter apoio político, mas também financiamento para uma campanha eleitoral. Desse modo, a coalização contrária à Arraes uniu setores da UDN e do PSD em torno de João Cleofas e contou com a ajuda do *Correio da Manhã*, que qualificou a aliança como mantenedora das tradições democráticas do Nordeste brasileiro.

As classes conservadoras e os setores centristas receberam a notícia, de um possível entendimento entre as duas correntes políticas mais expressivas de Pernambuco, sob os aplausos gerais, pois essa coligação significa a manutenção das tradições democráticas do grande Estado nordestino ante a ameaça de cubanização que pesa sobre aquela região e que é representada pela candidatura do Sr. Arraes.¹¹⁰

¹⁰⁸ A Cruz, Rio de Janeiro. 13.10.1963, p. 3.

¹⁰⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 09.06.1962. 1º Cad. p. 6

¹¹⁰ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 05.08.1962. 1º Cad. p. 16

Vitorioso no pleito de 1962, com forte apoio das esquerdas e de camponeses, em 1963, Miguel Arraes tomou posse e governou ao lado dos movimentos sociais rurais. Ainda no ano anterior, o *Diário de Notícias* que se colocou ferozmente contrário à vitória de Arraes, tentou traçar o panorama político, econômico e social de Pernambuco para explicar o sucesso do candidato apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Na matéria intitulada o "Vulcão do Nordeste", o jornal descreve a relação dos apoiadores de Arraes e o cenário do Nordeste brasileiro como

"um conglomerado de miséria e superpopulação, da fome, na sua expressão mais real, para dela fazer seu baluarte e sua trincheira. É esse o verdadeiro drama de Recife. Com uma população que já se aproxima do milhão de habitantes, tem mais da metade de sua gente, a grosso modo, vivendo como bichos, ao mais completo desamparo, nos mocambos dos mangues, na zona da "poeira", à vista dos quais as favelas cariocas ainda são uma bela coisa, pelo menos na localização.¹¹¹

É interessante a aproximação com a condição das favelas cariocas, apresentada como superior àquela em Recife. O jornal continuou sua descrição, tratando de uma massa

numerosa, desprezada e oprimida, ainda mais inculta, semi-analfabeta, constituindo maioria, em meio de um pequeno grupo de privilegiados, que gozam a vida tranquilamente nas mansões luxuosas dos belos arrabaldes, é o que representa a verdadeira "face" da "cidade cruel". Embora vivam como párias hindus, que expõem sua miséria em torno dos palácios dos nababos, têm direito de voto e opinião. E, nos momentos oportunos manifestam sua revolta.¹¹²

A leitura do periódico é tendenciosa e preconceituosa, visto que colocou as massas camponesas da região como movimentos incultos, difamando a sua opção política pelo candidato de esquerda que seria, em sua opinião, mais um político demagogo. Além disso, não conseguiu observar a reciprocidade entre as propostas de Arraes e dos movimentos sociais rurais e seguiu uma análise que apontou para uma possível manipulação desses grupos políticos. Contudo, mesmo com todos os problemas do texto, a reportagem demonstrou o estado das coisas em Pernambuco, os anos de esquecimento e marginalização das classes mais baixas, o que de fato contribuiu para a vitória da aliança de esquerda

¹¹¹*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 23.10.1962. 1ª Seção, p. 3

¹¹²*Ibid.*

O *Diário Carioca* traçou um caminho paralelo ao *Correio da Manhã* e tratou Miguel Arraes como demônio enviado pela União Soviética para cubanizar o Nordeste. Entretanto, divergiu ao analisar a ascensão de Arraes ao posto de governador:

Tão séria é a situação em Pernambuco, a crer em depoimentos insuspeitos, que a presença do Sr. Arraes no governo talvez esteja contribuindo para evitar uma explosão social de terríveis consequências. O número de desempregados nas cidades e nos campos do Nordeste está crescendo e a fome, mas a fome autêntica, a completa privação de alimentos, ronda os lares da gente pobre. As estradas estão cheias de sertanejos errantes, de ferramenta ao ombro, que não sabem para onde ir e perambulam à cata de algum trabalho a preço de esmola. É evidente que o governador de Pernambuco não pode ser responsabilizado por isso. Herdou essa calamidade. E foi na espuma dessa vaga de revolta popular que o Sr. Arraes navegou para o Palácio das Princesas.¹¹³

Além disso, o jornal empreendeu críticas aos setores políticos da oposição, colocando-os como coautores do estado calamitoso do nordeste e sem um programa bem determinado para superar os entraves econômicos e sociais de Pernambuco. Segundo o *Diário*,

Parece claro que nem o Sr. Arraes, nem os que o criticam tem qualquer meio eficiente para acalmar a fome dos que se sentem ao desamparo. Os críticos do Sr. Arraes só tem uma receita: tirá-lo do governo. Para resolver o problema da fome? Não. Para evitar que o Sr. Arraes, delegado pessoal de Kruschev ou de Mao-TséTung, proclame a república comunista anexada à Cuba de Fidel Castro.¹¹⁴

Aproveitando o momento favorável com a subida de Arraes ao poder no Estado nordestino, diversas greves foram organizadas com a entrada do novo governo. No mesmo ano da sua vitória, camponeses pernambucanos iniciaram uma greve de quatro dias que terminou com aumento salarial de 80% para a classe e conquista da garantia do salário mínimo para os trabalhadores rurais.¹¹⁵

Em discursos pronunciados pelo próprio Miguel Arraes, percebia-se que os camponeses haviam se tornado uma base de apoio importante do seu governo. O trato com as massas rurais era facilitado pela aproximação entre o governador e o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, o que ajudou nas negociações políticas entre ambas as partes, solucionando possíveis problemas com as sucessivas invasões de terras. Além disso, com o apoio da Igreja e dos comunistas, conseguiu desenvolver no

¹¹³ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 29.03.1963, p. 1

¹¹⁴ *Ibid.*

¹¹⁵ GRYNZSPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Estado um amplo programa de sindicalização rural, contribuindo para atender as reivindicações das massas camponesas.¹¹⁶

O governo Arraes é um símbolo importante da radicalização política da década de 1960. Arraes conviveu com uma oposição ferrenha da UDN e do PSD, ligados a usineiros pernambucanos, e com a intransigência de parcelas importantes do Exército Brasileiro, como a do comandante do IV Exército, o general Justino Alves Bastos. O militar chegou a suspender, na força, um comício de lideranças camponesas que iriam reivindicar mais benefícios trabalhistas para a classe. Em abril de 1964, o mesmo Justino Alves, que aderiu ao movimento militar, ajudou na deposição de Arraes.

A acusação de cubanizar o Brasil era recorrente para o governo Arraes. Políticos da oposição tinham grande espaço nos veículos de comunicação e afirmavam que estava ocorrendo

uma cubanização progressiva de Pernambuco, cuja vida está totalmente paralisada pela agitação que campeia onde devia imperar a ordem e o trabalho. Adiantou que o governo está infiltrado de comunistas e que o governador tem funcionado quase sempre como mero expectador, enquanto órgãos do seu governo, confiados a simpatizantes ou militantes comunistas, colaboram ostensivamente com as lideranças vermelhas, russófilas ou marxistas, na tarefa de comunização do estado.¹¹⁷

Miguel Arraes se tornou uma personalidade importante no Brasil, durante os anos 60, pelas suas decisões políticas de aproximação das classes sociais mais baixas, em especial dos camponeses. A oposição udenista e pessedista, somada aos veículos de comunicação, fizeram ampla campanha contra o governador e o seu governo junto às esquerdas. Esse movimento civil de acusação contribuiu para as incertezas sobre o futuro do Nordeste do país e o temor de uma revolução agrária incitada pelo próprio Arraes, que resultaria na cubanização do Nordeste e do Brasil.

Evidentemente, nesse ambiente de perseguições e acusações à políticos de esquerda no país, o então presidente Jango não sairia incólume. Visto por alguns setores conservadores da sociedade como socialista, o que grande parte da historiografia brasileira já rechaçou, Goulart também se tornou, nas páginas de alguns jornais, protagonista da suposta cubanização brasileira.

¹¹⁶Cf. PANTOJA, Renata; LEMOS, Renato. *Verbete Biográfico Miguel Arrais de Alencar*. Acervo Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2010.

¹¹⁷*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05.03.1964. 1º Cad. p. 5

A vitória de Miguel Arraes, em Pernambuco, e de deputados petebistas como Leonel Brizola nas eleições legislativas de 1962, contribuiu para o aumento da histeria dos setores conversadores no espectro político nacional. O jornal *A Cruz*, da Igreja Católica, apontou para a organização de um verdadeiro time de esquerda no país, liderado pelo então presidente João Goulart.

O Sr. João Goulart vai dispor desde janeiro, de um "staff" de primeira ordem, e matéria de agitação, enquanto que o Nordeste vai ser centro, indubitavelmente, de onde partirá a cubanização deste país. Pode convir muito a muitos, ver as coisas cor de rosa quando estas estão visivelmente pretas.¹¹⁸

As primeiras acusações dos periódicos, em especial do *Correio da Manhã*, recaíram sobre o "vácuo" de poder existente no regime parlamentarista, propiciador da suposta desordem e do caos na República. O jornal chegou, inclusive, a inferir que esse regime político foi fruto de um grande complô revolucionário para o país.

Fica-se mesmo a pensar se tudo isso não obedece a um plano preconcebido, a um complô para levar o país a uma aventura de esquerda, que nos leve a cubanização do Brasil. Terão os governantes a clara visão das consequências de sua obra nefasta? Ou são tão medíocres que admitem que podem ganhar alguma coisa arrancando as tábuas do barco?¹¹⁹

O temor diante do desenvolvimento da cubanização no Poder Executivo, liderado por João Goulart, ganhou maior impulso com a retomada do presidencialismo, em 1963. Restituído os seus poderes presidenciais, Jango optou em finais de 1963 e início de 1964, por um caminho sem volta. Sem a maioria no Congresso, por causa da ruptura da histórica da aliança entre PTB e PSD¹²⁰, o ex-presidente buscou a aproximação com as esquerdas para formar uma nova base de sustentação para o seu frágil governo. O ex-presidente via na mobilização das ruas uma possibilidade viável de pressionar o Congresso Nacional, para aprovar o projeto das reformas de base, como a reforma agrária, já recusada inúmeras vezes pelos congressistas.¹²¹

Nesse ambiente de intensa radicalização política, o compositor Jorge Veiga, no carnaval de 1963, tornou-se alvo do jornal produzido pela Igreja Católica. Com versos que cantavam "É o Jango / É o Jango / É o Jango Goulart / Eu quero é Jangar", foi

¹¹⁸ *A Cruz*, Rio de Janeiro. 11.11.1962. pág. 5

¹¹⁹ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 29.11.1961. p. 4

¹²⁰ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: BORIS, Fausto (org.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1983.

¹²¹ FERREIRA, Jorge. *João Goulart*. Editora: Civilização Brasileira: 2011, P. 130.

atacado e acusado de subversão nas entrelinhas de suas músicas. Comparando o samba em homenagem à Jango aos versos de um composição de 1942 que dizia "Embora a mula manque / eu quero rosetar", o periódico *A Cruz* argumentou que

a censura nada disse ou porque os tempos eram outros ou porque a perspicácia dos censores não chegou a atinar que “janger” fosse muito pior que “rosetar”. Como os fiscais da censura, ninguém supunha o pernicioso que se escondia no verbo tirado de um apelido. Rosetar a mula é esporeá-la, passar-lhe a roseta da espora. Só os maldosos, lendo apenas nos trejeitos do mulato, descobriram imoralidade, na letra do seu samba. Agora, “janger”, que ninguém sabia o que era, porque os dicionários não dizem, é isto que está aí; a confusão, o desgoverno, a mixórdia ou cubanização do país.¹²²

Em carta divulgada no início de 1964, a União Democrática Nacional (UDN) acirrou ainda mais os ânimos políticos ao criticar o governo e a sua opção política de governar com as esquerdas. Com um discurso contundente, afirmou que o não prosseguimento da execução do Plano Trienal foi peça fundamental para a dificuldade no reestabelecimento dos rumos da economia do país, sendo a saída do presidente e a escolha de um novo governante, o único raio de luz para a política nacional. O termo impeachment não foi sequer mencionado, atribuindo ao povo a escolha de um novo governante, sem contudo explicitar como tal escolha se daria.

Cedendo à pressão do bloco radical, o governo renunciou ao Plano Trienal, que contava com sólido apoio no Congresso e passou a pregar demagogicamente reformas estruturais vazias de conteúdo e que visam, em última instância, a cubanização do país. Nesse sombrio e desolador crepúsculo do governo do Sr. João Goulart, os únicos raios de esperança que vislumbramos são os que prenunciam que o povo, duramente castigado, saberá certamente escolher um novo governante.¹²³

Há aqui outro ponto recorrente: qualquer ação considerada equivocada por parte do governo é logo tratada como um erro intencional para estimular a cubanização do país.

O Comício da Central do Brasil, em março de 1964, foi um divisor de águas para os rumos da frágil democracia brasileira. De acordo com parte da historiografia, o Comício tornou-se o símbolo da radicalização do governo e representou a encarnação do comunismo para a oposição liberal e conservadora. Entretanto, é importante frisar que a construção e a caracterização desse evento como ponto nodal para a radicalização das esquerdas e do governo parte de um amplo movimento de alguns jornais da década

¹²²*A Cruz*, Rio de Janeiro. 13.10.1963. p. 3

¹²³*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 04.01.1964. 1º Cad. p. 6

de 1960, que buscavam potencializar suas intenções conspiradoras, travestidas de defesa da democracia e, contrárias à cubanização do Brasil.

Emocionado e pouco à vontade em suas falas, Goulart proferiu um longo discurso defendendo e prometendo uma reforma agrária no país e acusando o Congresso Nacional de barrar as propostas reformistas que alterariam os rumos da nação – no seu ponto de vista. Televisado para milhares de espectadores, o Comício foi alvo de duras críticas dos jornais de oposição, como o *Diário de Notícias*.

O chefe da Nação em atitude apaixonada, contrariando normas tradicionais, vem para a praça pública com deliberado desrespeito à Constituição e as leis vigentes, para pregar com violência e acrimônia a luta de classes, a destruição das garantias constitucionais, dentro de um padrão tipicamente comunista. E, o que é mais doloroso é que a garantia de toda essa anomalia, que precipita aparentemente o Brasil na linha da cubanização é dada pelo Exército e pela Marinha.¹²⁴

A opção política pelo golpe ganhou impulso com o Comício da Central do Brasil. Deputados e personalidades políticas sabiam da dificuldade para aprovar o impedimento do presidente Jango pelas vias institucionais, visto que aparentemente possuía apoio suficiente no Congresso, além de supostas bases de sustentação nos movimentos sociais. Sendo assim,

O consultor geral da República, Sr. Waldir Pires, acredita que “o povo revogaria o impeachment do presidente”, classificando de acelerado o processo reformista nacional. Adiantou a existência de um dispositivo militar, político e popular em ação em prol das reformas.¹²⁵

Entretanto, a luta pela sua saída ganhou força após o dia 13 de março e foi reaquecida por alguns episódios posteriores, como a revolta dos marinheiros e o comício dos sargentos no Automóvel Clube. De acordo com Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, a quebra dos dois princípios básicos dos militares, ou seja, a hierarquia e a disciplina, principalmente nesses dois episódios, foram fundamentais para o colapso da experiência democrática brasileira.¹²⁶

Nesse ambiente de busca pelos "culpados" da cubanização do Brasil, as Ligas Camponesas apareceram como agentes centrais do processo. Criadas em 1955, a partir da luta de camponeses no Engenho Galiléia, destacaram-se na defesa dos interesses da população rural a partir de duas grandes frentes de atuação: as invasões de terras ou

¹²⁴ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 14.03.1964. 2ª Seção. P. 3

¹²⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 17.03.1964. 1º Cad. p. 1

¹²⁶ GOMES, Ângela de Castro, FERREIRA, Jorge. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1ª Edição, Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2014.

greves camponesas e a defesa jurídica dos trabalhadores rurais, ganhando fama a figura do advogado e deputado Francisco Julião.¹²⁷

Nas últimas décadas, um grande número de historiadores têm se debruçado sobre as questões políticas, econômicas e sociais do Brasil na década de 1960. Os movimentos sociais rurais ganharam destaque nas abordagens acadêmicas e o camponês deixou de ser visto como um ator coadjuvante em cenários de conflitos do período.

Entretanto, as interpretações que buscaram compreender o mundo rural, em sua maioria, enaltecem de maneira exacerbada uma via explicativa pouco produtiva para análises de maior fôlego e profundidade, ao privilegiar: 1) o projeto de reforma agrária bradado por Francisco Julião, ou seja, “na lei ou na marra”, como se fosse uma bandeira da totalidade das esquerdas; 2) destaque para a atuação das Ligas Camponesas e o descrédito com outras organizações, como sindicatos rurais.

Os dois aspectos apontados estão interligados e pertencem ao mesmo tempo histórico. O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas alavancou a projeção das Ligas Camponesas para todo o país, além de tornar-se a plataforma de impulso para o lema da reforma agrária radical do advogado Julião.

Lideradas por Francisco Julião e com grande atuação, principalmente, no nordeste brasileiro, o grupo defendeu no Congresso de Belo Horizonte, como é conhecido, o lema “Reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou sangue”, amplamente divulgado na mídia e nos setores conservadores.

Ao final do Congresso foi divulgado para o público e para a imprensa um documento intitulado “a declaração de Belo Horizonte”. O primeiro parágrafo dizia:

“As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas no I Congresso Nacional, vem por meio desta Declaração, manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir e organizar as forças nacionais que desejam o bem-estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil”¹²⁸

¹²⁷GRYNZSPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹²⁸BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 134

O Congresso Camponês tinha como objetivo discutir os rumos da classe camponesa buscando construir e promover o caminho para a reforma agrária no país. Participaram cerca de 1600 delegados, dentre os quais 215 das Ligas Camponesas. Além disso, contou com a presença do então presidente João Goulart, do primeiro-ministro Tancredo Neves e do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. O Congresso foi organizado pela ULTAB¹²⁹ (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) liderada na época pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) que vivia uma forte dissidência política interna, fato que propiciou as Ligas a liderança do encontro.¹³⁰

O conteúdo da declaração demonstrou que as propostas das Ligas Camponesas haviam prevalecido. O I Congresso determinou a unidade do movimento camponês e definiu o lema da luta em busca da posse da terra: “reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue”. Segundo Elide Rugai Bastos, até o Congresso Camponês o raio da ação das Ligas Camponesas era basicamente estadual e regional. O encontro elevou o patamar da entidade em termos nacionais com a primeira aparição das Ligas para todo o país¹³¹.

Essa aparição foi decisiva para a construção de ideias que se perpetuaram ao longo da década de 1960 e influenciaram as análises bibliográficas atuais. O renomado historiador Daniel Aarão Reis Filho, com ampla bibliografia sobre os momentos anteriores e posteriores ao Golpe de 1964, suprime uma análise detalhada sobre as forças políticas no campo ao praticamente enquadrar todo o movimento camponês e a sua plataforma política ao lema de Julião. Segundo o autor,

“no congresso de fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), apareceu e foi ovacionada uma palavra de ordem que sintetizava diagnósticos e prognósticos: *reforma agrária na lei ou na marra*”.¹³²

¹²⁹A ULTAB foi criada em 1954, a partir de lideranças do PCB (Partido Comunista Brasileiro), como Lyndolpho Silva. O alfaiate, assim como outros membros do Partido, aproximaram-se da população camponesa do Rio de Janeiro com o objetivo de organizá-las politicamente. Essa trajetória parte uma nova interpretação sobre o mundo rural desencadeada a partir da década de 1940 e levada adiante por outros grupos políticos. Ver: SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH-UFF, 2005b.

¹³⁰Ibid.

¹³¹Ibid. p.79

¹³²REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, São Paulo: Edusc, 2004. p. 8.

Sintetizar diagnósticos e prognósticos é simplificar a análise aprofundada ou negar a ação de outros agentes importantes no campo. Não é mera coincidência que parte da historiografia brasileira associe o projeto de reforma agrária camponês àquele defendido no Congresso de Belo Horizonte. Por isso,

“muitas análises defendem que a resistência dos grupos políticos conservadores as reformas de base, com destaque para a agrária, foi à razão principal para a conspiração. Nessa interpretação, a reforma agrária é vista como uma medida que assombrava as forças políticas do país”.¹³³

A reforma agrária radical era a bandeira defendida pelas Ligas Camponesas e não pelo governo Jango - com as reformas de base - ou diversos outros movimentos sociais, como os sindicatos rurais, por exemplo. A interpretação de Daniel Aarão Reis Filho assemelha-se à leitura dos "grupos políticos conservadores" contrários à reforma agrária, ao não perceber a multiplicidade de projetos existentes, sendo a radical - não hegemônica, diga-se de passagem - uma variação das demais. No próximo capítulo serão abordados outros projetos políticos para o mundo rural brasileiro, ligados a movimentos sociais e partidos políticos.

De acordo com Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, a reforma agrária não era um tabu para a sociedade brasileira na segunda metade do século XX¹³⁴. Ao contrário, existia uma grande aceitação social à proposta visto pelas pesquisas desenvolvidas pelo IBOPE em todo o país em meados de 1960. Apresentadas por Carlos Fico, elas beiravam, em algumas cidades, o patamar de 70% de aceitação.¹³⁵ No entanto, tais resultados devem ser problematizados.

Na realidade, esses dados só foram divulgados pelo sociólogo Antonio Lavareda, na década de 1990. De acordo com Marcus Dezemone, "haveria, portanto, consenso sobre o assunto e não intensa disputa?"¹³⁶. As inúmeras discussões sobre a execução da reforma agrária, em especial aquelas em torno do artigo 141 da Constituição, ou seja, sobre a indenização aos proprietários de terras, demonstraram que as propostas eram plurais e heterogêneas. João Goulart e setores do PTB, por exemplo, defendiam a indenização através de títulos da dívida pública, enquanto a UDN exigia o pagamento em dinheiro.

¹³³ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p. 94

¹³⁴ Ibid. p.94

¹³⁵ FICO, Carlos. O Golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 9

¹³⁶ DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 71, 2015.

A ameaça do lema proferido pelas Ligas no Congresso Camponês era tão forte na imprensa que chegou a influenciar uma decisão do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), as margens das eleições de 1962, segundo o *Correio da Manhã*. O órgão proibiu e mandou “destruir todo cartaz do Sr. Francisco Julião ilustrado por uma mão segurando uma enxada com os dizeres: reforma agrária na lei ou na marra”.¹³⁷

Em 1962, foram descobertos em Dianópolis e Almas-Natividades, em Goiás, campos de treinamentos para guerrilhas organizados pelas Ligas Camponesas com suposto suporte cubano. O evento demonstrou como algumas ações concretas contribuíram para a associação automática do movimento à Fidel Castro e a Revolução Cubana. De fato, existiam militantes políticos e adeptos do socialismo que desejavam adotar o modelo cubano no Brasil, embora em um número pouco expressivo e com poucas chances de êxito.

Para Denise Rollemberg, o caminho a ser seguido em busca de amplas mudanças estruturais na sociedade brasileira era a questão que estava no centro dos debates da esquerda no país. Questionava-se o Congresso Nacional e as vias institucionais. Logo, surgiram, de fato, grupos que defenderam a opção armada aos moldes cubanos como a solução viável para o Brasil.¹³⁸

Portanto, percebe-se que o processo de acusação foi amplo e variado. Personalidades internacionais e nacionais, bem como movimentos sociais de esquerda foram alvos de expiação e críticas, o que contribuiu para criar uma atmosfera de um suposto golpe comunista que transformaria o Brasil em uma nova ilha caribenha. Contudo, tais representações também se basearam em episódios que demonstravam o desejo de grupos dentro do país em adotar o caminho cubano, em proporções e com riscos menores do que os difundidos pela maior parte dos periódicos analisados.

¹³⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13. 09. 1962, 1º Cad. p. 4

¹³⁸ ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2001.

2.2. A infiltração comunista nas instituições

Os jornais e a oposição conservadora não buscaram apenas personificar os agentes da cubanização. Eles apontaram também para as instituições políticas e públicas que estavam, no seu ponto de vista, servindo para o propósito comunista, como por exemplo, o Exército Brasileiro. O *Diário da Noite* ultrapassou a barreira da acusação pessoal e inferiu que a cubanização havia se transformado em algo institucional e, se não o fosse, estava presente e corroendo as instituições da sociedade brasileira.

A viagem de uma comitiva das Forças Armadas, em especial do corpo de Fuzileiros Navais, em expedição para Havana, em janeiro de 1963, seria um ponto nodal para esse processo de desenvolvimento do esquerdismo no exército. O Diário seguiu afirmando:

A unidade de vistas entre nossos fuzileiros e as empregadas domésticas de Havana será absoluta, e com isso se iniciará a cubanização das nossas Forças Armadas. Marx não poderia bolar coisa melhor.¹³⁹

Em uma reportagem no dia 30 de abril de 1963, o *Correio da Manhã* relatou na íntegra uma carta da Associação Paulista de Ex-Dirigentes Universitários (APEU) que acusou o general Osvino Ferreira Alves, do 1º Exército, de conluio para subversão. O general proferiu um discurso para os seus comandados exigindo a interferência do Exército em um comício feito na Guanabara contrário à Jango, organizado pela oposição não trabalhista. De acordo com o jornal,

tendo em vista a extrema gravidade da situação nacional e considerando que o discurso pronunciado pelo General Osvino, comandante do 1º Exército, perante o Batalhão de Guardas na Guanabara, é um claro apelo à subversão da ordem pública, pois, sobre ser um público desafio à autoridade do Exmo. Ministro da Guerra, que deseja manter o Exército dentro de suas funções constitucionais, representa intromissão indébita e ilegal no poder de Polícia do Estado da Guanabara, sem que existam nenhuma das condições previstas na Constituição Federal para uma intervenção dessa natureza;¹⁴⁰

Osvino destacou-se pela sua atuação junto a políticos de esquerda como Leonel Brizola e, inclusive, o presidente João Goulart. Representava para a oposição a politização do Exército Brasileiro, o que, no mínimo, seria perigoso e pontual para alavancar o processo revolucionário no país. Por isso, o *Correio da Manhã* afirmava que o general

pretende, contrariamente às tradições de nossas Forças Armadas, transformá-las em guarda pretoriana de políticos aventureiros, que não explicam a

¹³⁹*Diário da Noite*, Rio de Janeiro. 31.01.1963, 2º Cad. p. 4

¹⁴⁰*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 10.04.1963, 1º Cad. p. 12

procedência dos enormes recursos de que dispõem para promover a agitação e a baderna,¹⁴¹

No dia seguinte ao Comício da Central do Brasil e com os ânimos acirrados, continuou o apelo dos periódicos para a execração do comunismo no país e no exército. O discurso de João Goulart e de políticos de esquerda, contribuiu para a certeza de alguns veículos de comunicação da infiltração comunista nas Forças Armadas .

E, o que é mais doloroso é que a garantia de toda essa anomalia, que precipita aparentemente o Brasil na linha da cubanização é dada pelo Exército e pela Marinha. Não acreditamos que eles o façam sinceramente, tão nobres são as suas tradições de fidelidade nas instituições. Foi anunciado talvez que metade de uma divisão blindada e quase 20 mil homens estariam garantindo a reunião extralegal, nas dependências do Ministério da Guerra. Seria esse o primeiro fogo de artifício da legalização do Partido Comunista. A história da cubanização do Brasil, se um dia se fizer registrará com suas verdadeiras cores o justo pensamento do Exército, mas será inexorável quanto ao apelo que coube a certos generais, Anfrizio, Aragão e Jurema, enquanto tiverem filhos para empregar no Brasil e no exterior.¹⁴²

No entanto, a cubanização do Brasil não se restringiria a cooptar somente o exército. Os comunistas precisariam de algo a mais para atingir os seus objetivos, no caso, a mente da população. A forma mais eficaz de conseguir isso era através da educação.

O Sr. Guido Mondim (PRP-Rio Grande do Sul) denunciou ontem, a infiltração comunista no ensino em Brasília e pediu providências às autoridades, no sentido de proteger os professores contratados e, os horistas, contra os quais se move ferrenha perseguição por não compactuarem com os colegas que promovem a cubanização dos colégios da nova capital.¹⁴³

As vésperas do golpe de 1964, o mesmo discurso da cubanização via educação se repetia. Segundo o periódico *A Noite*:

Analisando a determinação presidencial sobre a elaboração e o fabrico de livros uniformes para todo o país, o deputado Edson Guimarães afirmou peremptoriamente: “Os livros e a uniformidade dessa medida federal naturalmente trariam benefícios incalculáveis; todavia, no conteúdo desses livros é que reside o perigo para a nossa juventude”. Objetiva-se a cubanização de nossos estudantes por meio de escritos adrede preparados sob o rótulo de “Uniformidade Educacional”.¹⁴⁴

A acusação de doutrinação ideológica nas escolas e nas salas de aulas também ganhou espaço na luta contra a cubanização do Brasil. Professores comunistas que estivessem realizando ações de doutrinação marxista com as crianças e jovens

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 14.03.1964, 2ª Seção, p. 3

¹⁴³ *A Noite*, Rio de Janeiro. 19.12.1962, p. 5

¹⁴⁴ *A Noite*, Rio de Janeiro. 25.02.1964, p. 9

deveriam ser apontados. Além disso, programas educacionais com caráter de esquerda deveriam também ser eliminados. De acordo com o jornal *A Noite*,

Com a solidariedade dos Srs. Mem de Sá (PL- Rio Grande do Sul) e Lima Teixeira (PTB- Bahia) o orador transmitiu os protestos dos pais de alunos e aplaudiu os professores democratas que fundaram outra associação da classe, desligando-se da Associação Profissional dos Professores do Ensino Médio de Brasília, que é dominada pelos comunistas.¹⁴⁵

Os sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais também eram espaços importantes que deveriam ser vigiados. Infiltrados por comunistas e brizolistas, poderiam servir como palcos de agitação e organização de guerrilhas revolucionárias. No final de 1962, o *Correio da Manhã* acusou os sindicatos dos taifeiros, ou seja, daqueles que trabalhavam na alimentação da Marinha, de subversão armada.

O Sr. Angel Aparício (expulso do Brasil por ordem do Ministro da Justiça) em documento alentado e ainda não divulgado, denuncia agora dirigentes sindicais brasileiros ligados às jangadas de cubanização. O Sr. Aparício escreve que, em reunião da Federação dos Marítimos, o delegado do Sindicato dos Taifeiros de Porto Alegre declarou: “Na próxima vez os traidores irão ao paredão; para isso recrutamos no Sul um batalhão de três mil homens só em meu sindicato, preparados inclusive para a tática de guerrilhas”. Na mesma reunião, segundo o representante anti-castrista, o delegado brizolista dos marítimos gaúchos informou: “Presentemente, quatro mil metralhadoras foram distribuídas entre os nossos companheiros que organizaram o batalhão praiano”.¹⁴⁶

Todo tipo agitação urbana e rural, organizada por sindicatos de trabalhadores, ligavam os alertas dos setores conservadores. Manifestações habituais e históricas na República brasileira, organizadas nos portos de Santos, serviam para reforçar o temor da agitação social. Logo, destinou-se aos sindicatos o mesmo discurso que era imputado para o Exército: os sindicatos, assim como o exército, deveriam se preocupar com as suas atribuições específicas, ou seja, os sindicatos em lutar pelos benefícios, unicamente, da sua categoria, enquanto, os militares, não deveriam se envolver em política.

De acordo com o *Correio da Manhã*, noticiando o discurso de um deputado da UDN (União Democrática Nacional):

O Deputado Herbert Levy (UDN-SP), em longo discurso na Câmara ontem de manhã, (...) lembrou inicialmente a campanha “de subversão da hierarquia

¹⁴⁵ *A Noite*, Rio de Janeiro, 19.12.1962, p.6

¹⁴⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 24.11.1962, 1º Cad. p. 2

militar”. Depois a campanha dos movimentos sindicalistas “dirigida contra o Congresso”. Entendo que os sindicatos devem estar voltados somente para os problemas das categorias profissionais que representam.¹⁴⁷

Entretanto, o udenista foi posteriormente contrariado pelo deputado Nilton Dutra, do PTB:

Tal ideia foi contestada pelo Sr. Nilton Dutra (PTB-RS), que afirmou entender que o direito de atuação política não é só dos partidos, mas de todo o povo. “Os sindicatos, disse, quando se preocupam com as reformas de base, estão se preocupando com algo fundamental para o país”. E lembrou que o Sr. Herbert Levy, sem ser portuário, havia pouco antes feito considerações em torno de questões ligadas aquela categoria profissional.¹⁴⁸

A questão envolvendo as devidas atribuições de cada instituição da sociedade brasileira serviu como justificativa para demonstrar a subversão da ordem. Se o exército estava se envolvendo com política e os sindicatos indo além das suas competências de classe, isso mostrava que o Brasil vivia uma possível luta de classes e inversão de funções, algo perigoso para a manutenção da ordem vigente e a conservação dos valores instituídos.

Nessa mesma linha de perseguição aos sindicatos, *O Diário da Noite*, por sua vez, denunciou o desenvolvimento de uma política sindicalista pelega, ou seja, que apoiava os governos estaduais ou federal, como caminho para rasgar a Constituição e construir no Brasil uma nova Cuba a partir da substituição do poder militar pelo o dos sindicatos.

O propósito inicial do peleguismo está em criar o Anti-Exército, em eliminar a única força capaz de barrar o caminho do poder, que tão facilmente está conquistando. Tal o desafio mais audacioso que anda por aí, com a intenção manifesta de trocar a Constituição pelo sindicalismo, e a greve, pela disciplina militar. Não poderá haver nada mais típico de uma sociedade em decomposição do que a série de greves, todo o dia, soltas pelo alto comando grevista. O que elas tem em vista é mostrar a pobreza das resistências da nação, ante as surpresas do sindicalismo em ação.¹⁴⁹

Percebe-se, assim, que o discurso da cubanização era utilizado para questões mais imediatas e do cotidiano, como o papel dos sindicatos ou das forças armadas. Não é coincidência que essa categoria nativa percorreu a construção de um discurso constante de desestabilização do governo Jango.

¹⁴⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 13.06.1963. 1º Cad. p. 8

¹⁴⁸ *Ibid.*

¹⁴⁹ *Diário da Noite*, Rio de Janeiro. 06.04.1963, 1º Cad. p. 3

2.3. As causas e as consequências para a propagação do comunismo no Brasil

A última linha de acusação identificada nos periódicos atrelou-se às possíveis causas que levariam o país ao caminho da cubanização. A primeira delas, sendo assim, seria a inflação, problema grave enfrentado ao longo de todo o governo de Jango e herança de governos anteriores. Conter o aumento dos preços era essencial para manter a ordem capitalista no Brasil. Para o *Diário Carioca*:

Mas, para que chegue a formular planos válidos de reforma econômico-social, e disponha de tempo e tranquilidade para realizá-los, o governo precisa dar prioridade aos problemas emergenciais, como a regularização do abastecimento e o domínio gradual da inflação. Se não começar por aí estará fazendo obra de pura demagogia e conduzindo o país, de fato, às portas da cubanização¹⁵⁰.

A proposta emergencial exigida pelo jornal foi elaborada pelo governo Goulart e resultou em um plano econômico com o objetivo de aliviar o aumento dos preços e do custo de vida. O Plano Trienal, como ficou conhecido o programa feito por Celso Furtado, entretanto, teve pouco efeito prático e o processo inflacionário continuou a crescer nos primeiros anos da década de 1960. Para os conservadores, esse fato criava um campo de proliferação e propaganda comunista.

O *Correio da Manhã* acusou o abandono do Plano Trienal de manobra política das esquerdas para levar a cubanização ao país, visto que isso aguçaria a inflação e o desgaste do modelo capitalista.

Este Plano Trienal, se fosse executado, poderia ter assegurado pelo menos em parte, o nosso desenvolvimento econômico e social em ritmo satisfatório e teria impedido a aceleração do processo inflacionário com o cortejo de suas penosas consequências para as classes média e pobre. O abandono do Plano foi imposto ao Sr. João Goulart pelo bloco da esquerda radical, que nele via um programa inspirado nos ideais do mundo livre, quando o que esse bloco deseja é modificações estruturais fundadas nos ideais do mundo soviético. Cedendo à pressão do bloco radical, o governo renunciou ao Plano Trienal, que contava com sólido apoio no Congresso e passou a pregar demagogicamente reformas estruturais vazias de conteúdo e que visam, em última instância, a cubanização do país.¹⁵¹

O apoio dos conservadores à execução do Plano Trienal partia da face ortodoxa do seu planejamento econômico. Para alcançar o desenvolvimento econômico e social, o Plano buscava conter a inflação e o déficit público com um receituário de contenção

¹⁵⁰*Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 02.08.1962, p. 4

¹⁵¹*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 04.01.1964, 1º Cad. p. 6

de despesas e das emissões de moedas, de maneira gradual. Ou seja, o Plano seguia em parte a cartilha do FMI (Fundo Monetário Internacional) tão criticada pelos movimentos sociais.¹⁵² Após ser criticado por suas bases trabalhistas, Jango renunciou ao Plano Trienal e foi duramente questionado pelos veículos de comunicação, como o *Correio da Manhã*, por exemplo.

Para o deputado Eurípedes Cardoso de Meneses, presidente da UDN carioca, em discurso amplamente divulgado no jornal *A Noite*, a crise política e econômica nacional era sem precedentes, "em decorrência de sua precária situação econômico-financeira em que a inflação sempre foi a mais poderosa aliada da revolução comunista".¹⁵³ Logo, combater a inflação era destruir um terreno fértil para a propagação do socialismo no Brasil.

A segunda causa mais latente apontada pelos jornais foi a ampla desigualdade social presente no país. Esse abismo extremo entre pobres e ricos poderia torna-se a centelha para acender um potencial barril de pólvora, que seriam os trabalhadores urbanos e rurais, levando o país na direção de uma revolução comunista. Por isso, o governo dos Estados Unidos da América, através da Aliança para o Progresso, passou a investir pesado no Brasil, segundo o *Diário Carioca*:

colocarão neste país mais de 20 bilhões de dólares em dez anos. Nos próximos dois anos esta ajuda irá a 131.000.000 milhões de dólares para projetos de ordem social só no Nordeste, o que esta cifra representa a média de seis dólares para cada habitante daquela região.¹⁵⁴

Ainda que não se tenha registro do alcance dos montantes mencionados, os objetivos norte-americanos são muito claros, ou seja, pretendiam combater a desigualdade para evitar o avanço do socialismo em outro país latino-americano. Além disso, buscavam conter a influência da Revolução Cubana na América Latina. De acordo com o *Diário Carioca*:

A revista norte-americana "The Saturday Evening Post" publica em seu último número, uma reportagem sobre a calamitosa situação econômica e social do Nordeste do Brasil, na qual indica que finalmente os Estados Unidos resolveram dar atenção a este problema brasileiro e que a causa desta

¹⁵²SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo*. Acervo Dossiê Jango. FGV/CPDOC, 2014.

¹⁵³*A Noite*, Rio de Janeiro. 14.09.1962, p. 5

¹⁵⁴*Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 21.09.1962, p. 4

atenção é a perspectiva de que se repita no Brasil uma situação semelhante a de Cuba.¹⁵⁵

Em matéria em um ano depois, em 1963, o *Diário Carioca* retrata o mesmo cenário de desigualdade social,

O número de desempregados nas cidades e nos campos do Nordeste está crescendo e a fome, mas a fome autêntica, a completa privação de alimentos, ronda os lares da gente pobre. As estradas estão cheias de sertanejos errantes, de ferramenta ao ombro, que não sabem para onde ir e perambulam à cata de algum trabalho a preço de esmola.¹⁵⁶

A desigualdade social latente é vista como um cenário de possibilidades e de inspiração para a luta de classes e, conseqüentemente, para uma revolução socialista. Assim, superar esse obstáculo seria um passo importante para conter esse suposto processo de cubanização da sociedade brasileira. Um caminho possível para esse entrave seria promover a reforma agrária, contudo, reverberando o discurso dos proprietários, diversos periódicos apontam a própria reforma como parte de uma alternativa comunista.

Logo, observa-se que outra causa apontada por alguns jornais para o risco de uma revolução no Brasil seria a proposta de reforma agrária levada adiante por diversos segmentos sociais. Como vimos anteriormente, autores como Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes e Carlos Fico afirmam que a reforma não era um tabu para a sociedade. Entretanto, cabe salientar que ainda assim parte dos periódicos recriminavam sua execução.

O colunista Danton Jobim abordou a reforma agrária como medida demagógica para angariar votos. Segundo ele:

Políticos assanhados com a descoberta de um novo trunfo eleitoral, apressam-se em fazer declarações demagógicas sobre a solução do problema. Dois pontos de vista, na questão, podem ser levados a sério: o dos comunistas e sua linha auxiliar, que querem uma reforma para incendiar o campo, com vistas à cubanização; e o dos homens públicos, industriais e agricultores que, sentindo a impossibilidade de manter o status quo, se esforçam por encaminhar o processo de reforma no sentido da conciliação dos interesses em conflito.¹⁵⁷

O *Diário de Notícias* seguiu um caminho semelhante e afirmou que a reforma não era necessária, apenas uma nova organização agrícola bastaria para solucionar o

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 29.03.1963, p. 1

¹⁵⁷ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 16.02.1962, p. 4

problema agrário. O problema dessa alegação é que o jornal não explicou o que estava querendo dizer com essa organização e acabou por refutar a necessidade da reforma.

Não se pode pensar em reforma agrária sem atentar logo para as reformas que já foram tentadas no mundo e fracassaram. A russa principalmente. O caso do México também é típico. Todas porém, quando foram tentadas, tinham no bojo a ideia revanchista. Os líderes dessas reformas pensavam em função do ódio e do despeito. Não pensavam na Pátria. Pensavam neles próprios, mas vantagens políticas que poderiam capitalizar. No Brasil o erro está sendo repetido. Sem precisar de uma reforma agrária essencial, mas de organização agrícola inadiável, o Brasil vem sendo campo fértil para a exploração imoralíssima de um tema que é mais econômico do que meramente político.¹⁵⁸

Os ruralistas, organizados em entidades como a Confederação Rural Brasileira, por exemplo, também se colocaram contra as propostas de reforma agrária, em especial as do governo Jango. Acusaram o seu projeto de reforma demagógica e colocaram no governo a pecha de abandono as classes produtoras,

“Desde que ouvimos falar nas reformas com que se pretende estruturar o Brasil no futuro, apuramos o ouvido, a fim de verificar se elas, realmente correspondem ao anseio coletivo ou são puros slogans das correntes revolucionárias que desaguaram no país, verificamos entretanto, que o projeto de auditoria do governo é apenas, uma cópia servil de outras reformas reclamadas por países de diminuta extensão territorial e representa a espoliação clamorosa de uma classe que nunca recebeu efetivamente do poder público qualquer tipo de assistência. Dela se lembra o governo somente para arrecadar-lhe os tributos que são carregados quase sempre para obras administrativas, sem qualquer sentido progressista, e que são responsáveis pelos vultuosos déficits orçamentários, causadores antes de tudo, do vertiginoso ritmo inflacionário com que se afoga impunemente a nação”.¹⁵⁹

Como mote explicativo para rechaçar qualquer projeto de reforma agrária, os ruralistas se valiam do direito à propriedade privada e a não violação desse princípio como essencial para a democracia brasileira. Logo, afirmavam que

os senadores e deputados não foram eleitos para confiscar bens alheios. Não receberam esse mandato do colégio de votantes e não poderiam, em sua consciência, trair o eleitorado, modificando textos da Constituição que são os que mais definem e configuram, na sua ausência e na filosofia, o regime democrático. Confiamos em que o Congresso saiba rechaçar a investida dos totalitários de todos os matizes e se uma ao povo nesta luta contra a “cubanização” do Brasil.¹⁶⁰

O *Correio da Manhã*, em fins de 1963, publicou uma matéria que demonstrava as disputas, junto com as idas e vindas para a aprovação da reforma agrária. De início,

¹⁵⁸ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 12.01.1964, p. 3

¹⁵⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 03.07.1963, 1ª Seção, p. 9

¹⁶⁰ *Ibid.*

ilustrou o consenso sobre a necessidade de reforma no Brasil, tanto para setores de esquerda, como o CGT e a UNE, quanto para instituições conservadoras, como o IBAD e o IPES. Entretanto, a principal pergunta a ser respondida, na década de 1960, era: qual o modelo e caminho institucional ideal para a reforma agrária no país?

Essa pergunta não teve solução durante o governo Jango. De acordo com o periódico,

De repente se descobre que para fazer reformas é preciso reformar primeiro a Constituição, principalmente se a reforma é a agrária. Começam os pronunciamentos. A Constituição é intocável. A Constituição não é intocável. Um governador acha que para fazer a reforma agrária basta distribuir as terras devolutas do governo. Na Câmara dormitam nos respectivos canais competentes vários projetos com substitutivos.

O CONCLAP veta o projeto Milton Campos. A reforma agrária sem ferir o direito de propriedade, proclama outro governador. A Igreja não é contra a reforma agrária, desde que observados os princípios da doutrina cristã. Deputado regressa de viagem ao exterior e expõe impressões sobre a reforma agrária no México. Querem fazer da reforma agrária trampolim para a cubanização do Brasil, denuncia um deputado. Estados Unidos impacientam-se com a morosidade das reformas no Brasil. As esquerdas se assanham, articula-se o Comando da Greve. Congresso protesta, nenhuma reforma sob coação. Novos substitutivos. Bispos declaram que as reformas virão por nós, sem nós e apesar de nós. Parlamentar afirma que faremos as reformas de qualquer maneira.

Presidente, depois de enviar a mensagem ao Congresso, deita falação em Itu, urge apressar as reformas, o povo não pode esperar mais. Começam as pressões da UNE e do CGT. Governador diz que reforma da Constituição é mistificação. Mais governadores manifestam-se contra e a favor da modificação da Carta Magna.¹⁶¹

O Correio terminou a sua reportagem de maneira irônica e crítica, demonstrando a falta de agilidade na aprovação da proposta de reforma agrária, o que levou a sua imobilidade no Congresso:

Maneira de preparar: junta-se tudo numa caçarola bem untada, acrescenta-se tempero à gosto e leva-se ao banho-maria durante três meses. P.S: A receita foi preparada com ingredientes do primeiro semestre. Basta mudar alguns personagens e situações que o resultado é o mesmo.¹⁶²

Alguns dos jornais citados que negavam a urgência da reforma agrária, encontravam-se na contramão do pensamento da maioria da sociedade brasileira sobre a necessidade dessa reforma no país. O tema foi extremamente importante, mesmo sendo controverso. Partidos políticos de linhas ideológicas distintas concordavam com essa necessidade da proposta, mas discordavam da maneira como ela deveria ser feita.

¹⁶¹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 31.12.1963, 2º Cad. p. 2

¹⁶² *Ibid.*

Projetos distintos foram colocados em disputa, alguns diametralmente opostos, outros nem tanto, mas o fato é que essa divisão prejudicou a sua execução.

A principal discussão sobre reforma agrária que rodeava o Congresso era a alteração do artigo 141 da Constituição brasileira, mencionada nas reportagens acima, que previa a indenização em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social ou utilidade pública. A partir desse “empecilho”, rapidamente surgiram para o público três projetos específicos de reforma tocando, obviamente, na resolução dessa questão.

Os petebistas (PTB), em especial o governo, defendiam a alteração do artigo 141 e o pagamento através de títulos da dívida pública com reajustes de 10% ao ano. Os pessedistas (PSD), aceitavam a reforma agrária, todavia, em terras improdutivas e com o reajuste dos títulos de acordo com a inflação que na época se encontrava muito acima dos 10% propostos pelo PTB. O projeto udenista (UDN) visava à desapropriação de terras improdutivas mediante o pagamento em dinheiro, sem a alteração da Constituição brasileira.¹⁶³

Os três principais partidos do Congresso Nacional não chegaram a um acordo e a proposta de reforma agrária não foi adiante. Mais do que isso, como aponta Aspásia Camargo, teriam sido as disputas em torno da reforma agrária que contribuíram decisivamente para o rompimento da aliança histórica entre PSD e PTB, ajudando na debilidade do governo de João Goulart que se encontrava no caminho para o isolamento político.¹⁶⁴

A proposta da reforma agrária, unicamente, não pode ser vista como um fator que explique o Golpe de 1964. A redistribuição de terras ao campesinato não era o problema principal em discussão no Congresso brasileiro, mas a forma como ela deveria ser encaminhada. Esse fato causou, em grande medida, as disputas e as divisões políticas partidárias que prejudicaram o governo, influenciando na sua estabilidade com o “rompimento” entre o PSD e PTB.

Todos esses fatores conjugados, ou seja, a campanha que buscava acusar os supostos “culpados pela cubanização” do país, a demonstração da infiltração comunista

¹⁶³ FERREIRA, Jorge. op.cit. p.164-167

¹⁶⁴ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: BORIS, Fausto (org.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1983.

em diversas instituições brasileiras, somadas com apontamento de possíveis causas para essa conjuntura, a inflação e a reforma agrária, ajudaram a construir no Brasil um clima de incerteza, inquietudes e insegurança que tentou justificar e legitimar arbitrariedades que culminaram na ação golpista de 1964.

Diversos são os casos de ilegalidades cometidas anteriormente ao golpe que sinalizaram para crimes cometidos contra a dignidade das vítimas. É o caso de Clodomir Moraes, advogado das Ligas Camponesas. No final de 1962, em uma operação denominada de “Invernada de Olaria”, ele foi preso em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro, acusado de transportar no interior de uma caminhonete armas de guerra com o objetivo de iniciar uma agitação comunista que teria como ponto de partida as prisões do país.

O jornal *Última Hora* denunciou o caso com a reportagem intitulada “Marcas da Tortura não deixaram imprensa ver advogado das Ligas” afirmando que:

“A reportagem do UH apurou por outro lado que ficou positivado pelo médico Eduardo Prieinodowski que realizou o exame de corpo de delito solicitado em favor de Clodomir pela Ordem dos Advogados, que o preso sofreu espancamentos. (...)”¹⁶⁵

O periódico alegou que tanto Clodomir, quanto a advogada Regina de Albuquerque, do corpo jurídico das Ligas, estavam na “lista negra” do inspetor de polícia Cecil Borer como possíveis agitadores nacionais. Ou seja, ambos poderiam ser vítimas de prisões, acusações e crimes cometidos pela própria polícia a qualquer momento.

Nesse ambiente de instabilidade política e conflitos nos meios rurais e urbanos, parte da sociedade civil, em especial o setores conservadores, cobrou uma atitude enérgica dos governantes com o objetivo de sufocar qualquer tipo de agitação comunista. O *Diário de Notícias* exigia uma atitude, tentando justificar as arbitrariedades a partir da necessidade de conter o que considerava como a subversão.

Impõe-se às autoridades, está claro, o exame sereno dessas reivindicações; mas, antes de tudo, o controle desses focos de agitação é tarefa que requer urgência e bem dosada energia. Pois não será jamais do caos que possa vir ordem, justiça e ação coordenada. Isso está visivelmente faltando.¹⁶⁶

¹⁶⁵ *Última Hora*, Rio de Janeiro. 18.12.1962, p. 7

¹⁶⁶ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 28.11.1961, 1ª Seção, p. 4

Proliferaram, nos meios rurais e urbanos, perseguições e crimes políticos contra comunistas, sindicalistas, camponeses, estudantes e operários, todos tratados como subversivos e agitadores pelos setores mais conservadores. As arbitrariedades cometidas por militares, policiais, empresários, latifundiários e por algumas instituições governamentais após o Golpe de 1964 são o centro de debates historiográficos atuais. A Comissão Nacional da Verdade e outras organizações buscam tirar do obscurantismo esse tema tão caro para a nossa sociedade.

Entretanto, diversos assassinatos ou torturas políticas praticadas antes de abril de 1964, como a de Clodomir Moraes, “justificadas” através do discurso que se buscava desarticular qualquer possibilidade de revolução comunista no país, pouco são discutidas na bibliografia especializada sobre o Golpe. Além disso, a responsabilidade dos agressores e perpetradores desse momento anterior é quase ignorada. Os seus nomes, suas histórias e as suas ações são praticamente esquecidos pela historiografia atual.

Capítulo 3- As representações sobre as Ligas Camponesas

A descrição das condições de vida no Nordeste por parte da imprensa carioca, em meados da década de 1960, somada à atuação de setores da esquerda nacional e internacional, contribuiu para conformar um imaginário que considerava o Brasil como um possível palco revolucionário. Como visto anteriormente, nesse processo, diversos personagens e movimentos sociais foram apontados como subversivos, dentre eles as Ligas Camponesas. O objetivo desse capítulo é aprofundar a análise das visões construídas nos periódicos sobre esse movimento social rural, em contraponto com parte da bibliografia especializada no tema.

Segundo Elide Rugai Bastos, durante as décadas de 1950/1960, a economia nacional, especialmente, a nordestina, passava por um processo de modernização capitalista que visava à concentração da propriedade fundiária, a extinção do campesinato e a transformação do camponês em mão de obra assalariada e força de trabalho para as grandes indústrias, principalmente, canavieiras do Nordeste do Brasil. Ao longo desse processo histórico, Bastos acredita que a luta do campesinato buscava garantir a manutenção da posse da terra, essencial para o modo de vida camponês, e colocava-se na contramão das práticas capitalistas voltadas para o mundo rural.¹⁶⁷

De acordo com Clifford Welch, o processo ocorrido em São Paulo, é relativamente semelhante, uma vez que ocorreu a transformação do trabalhador colono em boia-fria¹⁶⁸, ou seja, do camponês autônomo com sua terra, autossuficiente, para o explorado assalariado que recebia péssimos salários e não tinha autonomia. Logo, a luta do campesinato era contrária a precarização da sua condição social.¹⁶⁹

Nesse contexto, surgiu o embrião do que seriam as Ligas Camponesas. Ameaçados de expulsão da terra por não possuírem condições de arcar com o foro por causa dos altos preços, diversos camponeses organizaram a Sociedade Agrícola de

¹⁶⁷BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 134

¹⁶⁸Entende-se que o trabalho do bóia-fria é caracterizado pela sua sazonalidade. Esse trabalhador rural, normalmente, atua nas colheitas nos períodos do auge da produção agrícola e não reside próximo as plantações. A esse respeito, ver: MOTTA, Márcia. Dicionário da terra, Editora Civilização Brasileira, 1ª Edição. São Paulo, 2005. Para aprofundar o tema, ver MELLO, Maria Conceição D'Incao e. O Boia-Fria: acumulação e miséria. Editora Vozes, 5ª Edição, 1977.

¹⁶⁹WELCH, Clifford. Rivalidade e Unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do golpe de 1964. Projeto História. São Paulo, vol. 29, 2004. P. 370.

Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), uma entidade civil beneficente, com o objetivo de ajudar os plantadores com auxílio técnico e jurídico.

O alvorecer da luta teria surgido após a expulsão das terras no Engenho Galileia, em 1955. O advogado Francisco Julião, que já trabalhava na defesa jurídica dos camponeses desde o Estado Novo, ajudou na organização da SAPPP e tornou-se, então, reconhecido como o principal líder do movimento. A organização do Congresso pela Salvação do Nordeste, em agosto de 1955, consolidou essa condição política ao deputado, ao ser nomeado o presidente de honra do evento.

Bastos elencou três importantes instrumentos de liderança do campesinato utilizados por Julião: o Código Civil, a poesia popular e a Bíblia. No primeiro estaria a força legal do camponês. No segundo, uma fonte de divulgação utilizando a cultura popular do Nordeste. E no terceiro, a tradição e a religiosidade do campesinato, buscando mobilizar os ensinamentos religiosos para a luta. Todavia, a liderança de Julião dentro do movimento não era hegemônica. Havia diversos outros integrantes que discordavam das suas opções políticas e carregavam também grande simbolismo ao campesinato, como por exemplo, o Padre Alípio.

A partir do nascimento do movimento, Elide Rugai Bastos e Fernando Azevedo defendem que a história das Ligas Camponesas se dividiu em três fases distintas: a local, a regional e a nacional.¹⁷⁰ Entretanto, nesses três momentos diferentes, algumas características permaneceram intactas e foram centrais ao movimento, como por exemplo, a luta pela posse da terra atrelada a autonomia do trabalho, a reivindicação do fim da condição de subordinação ao capital e a liberdade de determinar o preço dos seus produtos.

A luta contra o *cambão* também foi uma bandeira importante das Ligas Camponesas. A obrigatoriedade de trabalhar uma vez na semana, durante um determinado período de tempo, nas terras do proprietário, era questionada pelos camponeses. O *cambão* lembrava a execução de impostos feudais, como a corveia, e era assimilada pelos trabalhadores do campo como símbolo da servidão camponesa.¹⁷¹ De acordo com Christine Dabat, em entrevistas com os trabalhadores rurais, a exigência do

¹⁷⁰BASTOS, op. cit. p. 2

¹⁷¹Elide Rugai utiliza trechos de discursos de lideranças camponesas, como Francisco Julião, na qual é perceptível a associação entre o cambão e o status da servidão. Para aprofundamento: BASTOS, p. 53.

cambão contribuiu decisivamente para as mobilizações sociais no mundo rural da década de 1960.¹⁷² Logo, acabar com o *cambão* seria sinônimo de liberdade.

Em 1956, camponeses de Vitória do Santo Antão, fizeram um comício para homenagear a abolição da escravidão e aproveitaram a oportunidade para criticar o *cambão*, o *barracão*¹⁷³ e o *foro* abusivo, todos associados a uma condição de escravidão para o campesinato.¹⁷⁴ De acordo com Clodomir de Moraes,

No barracão, desde seu primeiro dia de trabalho, o assalariado agrícola era um devedor permanente, jamais um credor. E, por qualquer pequeno desejo de melhoria de vida, por qualquer reclamação contra as injustiças sofridas, era despedido. Sem um teto para abrigar sua família, sem terra e sem instrumentos de trabalho para plantar, sem poupança de nenhuma espécie, o assalariado agrícola não dispunha de condições materiais para lutar judicialmente contra o patrão (...)¹⁷⁵

A questão do *cambão*, era tão importante para o movimento, que Elide Rugai chegou a apontar que "tal forma de exploração transformou-se na principal bandeira da luta do movimento".¹⁷⁶ Entretanto, essa afirmação pode soar estranha, visto que os estudos sobre as Ligas Camponesas apontam a reforma agrária como a principal causa para a mobilização do campesinato.

Para Bastos, em um primeiro momento, essa ligação direta entre as Ligas e a reforma seria algo imposto por outras classes sociais e não pelo próprio campesinato. Em sua argumentação, Rugai afirma que o princípio básico do surgimento das Ligas Camponesas era autonomia do trabalho, todavia, perdido com a vitória no Engenho Galileia. Segundo a autora,

O conflito fora reduzido às dimensões da classe dominante – a questão agrária é enfocada, apenas do ângulo da reforma agrária - de modo a que o

¹⁷²DABAT, Christine P. Y. R. *Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de Doutorado; PPGH, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2003. Para aprofundar a discussão, ver também: RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte; esperança de vida: a história das ligas camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), IFCH. Campinas, 2000.

¹⁷³O *Barracão* caracterizava-se por ser um venda, controlada pelo proprietário, que vendia produtos aos camponeses a um preço normalmente abusivo. Endividado, o trabalhador rural via-se em uma relação de dependência com o dono das terras.

¹⁷⁴AZEVEDO, op. cit. p. 70

¹⁷⁵MORAIS, Clodomir Santos. *História das Ligas Camponesas do Brasil* (1969). In: *A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. Org. STEDILE, João Pedro. Editora Expressão Popular. 2ª Edição, São Paulo. p. 25.

¹⁷⁶BASTOS, op. cit. p.53

valor essencial para o capitalismo fosse preservado: a propriedade privada dos meios de produção.¹⁷⁷

E conclui o seu pensamento, ao afirmar que a plataforma da reforma agrária, fora imputada ao camponês de fora para dentro:

"Nesse sentido, podemos dizer que o resultado da luta do Galileia antecipa e simboliza o tratamento dado pela burguesia à questão agrária, que passará a ser enfocada através da ótica da reforma agrária, o que vai alterar o direcionamento da luta do campesinato".¹⁷⁸

Clodomir de Moraes corrobora com a tese defendida por Elide Rugai Bastos e afirma que a defesa da reforma agrária no início do movimento, pertencia mais a uma estratégia política do que em uma bandeira de defesa viável. Segundo ele,

A reforma agrária – que, nessa fase, se determinou que fosse pregada pelas Ligas Camponesas – se resumia em umas poucas medidas que não representavam mudanças estruturais. Estimular essas modestas medidas correspondia simplesmente a uma tática deliberada, pois não existia clima, naquela ocasião, para falar no fracionamento das grandes propriedades rurais. Clamava-se, pois, contra a intervenção da polícia em assuntos de natureza agrária; contra os castigos corporais e outras violências cometidas pelos latifundiários contra os camponeses e os bens destes; contra os restos semifeudais que prevaleciam no meio rural do Nordeste brasileiro, sobretudo o “cambão”.¹⁷⁹

Para Aspásia Camargo, a luta dos camponeses não limitava-se ao aspecto meramente econômico, ao contrário, ultrapassava essa linha e transformava-se em uma luta política na busca por direitos.¹⁸⁰ Para Bastos, é "o direcionamento da luta que transforma o projeto camponês de luta pela terra numa luta pela reforma agrária"¹⁸¹, sendo a segunda a representação da construção de uma bandeira política.

Em que pesem serem outras as preocupações teórico-metodológicas de Rugai, valorizando uma parte do que a luta camponesa deveria ser – uma luta contra o capitalismo -, a autora chama atenção para um aspecto chave na argumentação: a

¹⁷⁷ Ibid. p. 42

¹⁷⁸ Ibid. p. 41

¹⁷⁹ MORAIS, op. cit. p. 34. A narrativa de Clodomir Moraes remete à discussão historiográfica entre Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior em meados da década de 1960. O primeiro acreditava que o Brasil deveria romper com os laços feudais da sua economia e, em seguida, cumprir as etapas do desenvolvimento capitalista até alcançar o socialismo. Caio Prado Júnior, por sua vez, criticava a percepção de um Brasil feudal, visto que havia um acentuado grau da concentração da propriedade rural. Ver: GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Editora Paz e Terra. 4ª Edição. Rio de Janeiro, 1968 e JÚNIOR, Caio Prado. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. Cia das Letras, São Paulo, 1942.

¹⁸⁰ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: BORIS, Fausto (org.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1983.

¹⁸¹ BASTOS, op. cit. p. 66

demanda pela reforma agrária veio *a posteriori*, como parte de uma agenda que incorporava outros grupos sociais e perspectivas de luta. A condição mais imediata de crítica da base social das Ligas em seu nascedouro era a rejeição ao *cambão*. Há nisso um elemento importante para ser retomado mais à frente, no esforço de entender a redução das bases sociais das Ligas às vésperas da deposição de Goulart.¹⁸²

Tanto a luta contra o *cambão*, como a defesa da reforma agrária, tornaram-se pontos importantes da luta das Ligas Camponesas e do campesinato em geral. De fato, a mobilização camponesa, em especial, oriunda das Ligas gerou uma mudança na percepção sobre o mundo rural, tratado a partir de então como potencialmente perigoso e revolucionário. Desde a fundação das Ligas Camponesas e, posteriormente, com a vitória e a desapropriação do Engenho Galileia, o movimento chamou a atenção para um novo agente social na luta pela posse da terra.

Os constantes conflitos entre fazendeiros e camponeses e as sucessivas ocupações de terra tornaram-se, para alguns, sintomas de uma possível subversão social oriunda do campo. Por fim, a vitória do lema "reforma agrária na lei ou na marra", proferido no Congresso de Belo Horizonte, aguçou os ânimos políticos e contribuiu para a construção de um imaginário político negativo em relação ao campesinato, por parte dos setores que temiam e se opunham a tais ações coletivas.

Em um contexto caracterizado pela bipolaridade da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a expandir o conceito de Segurança Nacional para diversos países capitalistas ocidentais, em especial, na América Latina.¹⁸³ Obcecados por combater o perigo de uma possível revolução socialista, os órgãos de inteligência, políticos e veículos de imprensa alinhados aos interesses americanos, buscaram enfrentar nos seus

¹⁸²A incorporação de novos objetivos ou reivindicações acompanha as mobilizações sociais, que não possuem uma essência primordial: são forjadas na própria experiência e na luta política. A esse respeito, ver: THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

¹⁸³A Doutrina de Segurança Nacional caracterizava-se pela "revisão do conceito de defesa nacional. Concebido tradicionalmente como proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos, este conceito, ao final dos anos 50, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo principal, as "forças internas de agitação". Esta revisão apoiava-se na bipolarização do mundo advinda com a chamada "guerra fria". Para aprofundamento: COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência*. Revista Psicologia em estudo, vol. 5, nº 2, P. 1-22, 2000. Ver também: BORGES, NILSON. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: O Brasil Republicano Vol. 4. O tempo da ditadura: o regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (Org.) FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Editora Civilização Brasileira, 2ª Edição. Rio de Janeiro, 2007.

países a ameaça interna de movimentos sociais que lutavam por transformações radicais que viessem a alterar a conservação da ordem vigente. Contudo, é preciso salientar aqui um aspecto importante: longe de ser uma imposição externa ou uma mera adesão a interesses exógenos sem benefícios imediatos –um alinhamento sem recompensa –, ir ao encontro dos EUA representa o fortalecimento de uma posição no plano interno, bem como o respaldo de um forte aliado externo. Isso fortalece indivíduos ou grupos na luta política dentro do Brasil, mesmo que tal posicionamento possa ir contra ao que muitos envolvidos nas disputas internas consideram como os “verdadeiros interesses” nacionais.

No caso brasileiro, especificamente, ganhou força em alguns jornais, o temor de uma possível cubanização liderada por políticos, partidos ou movimentos sociais de esquerda. Combater a influência da Revolução Cubana e impedir uma revolução agrária no Brasil tornou-se o objetivo número um.¹⁸⁴ Entretanto, a superação dessa ameaça passava pela identificação de um rival doméstico que pudesse ser associado ao inimigo externo, no caso a União Soviética e Cuba.

A partir da análise de periódicos com diferentes linhas editoriais, como por exemplo, o *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, *Correio da Manhã*, *A Cruz*, *A Noite*, *Tribuna da Imprensa* e *O Globo* observou-se que um dos inimigos internos eram as Ligas Camponesas. No entanto, há uma mudança muito interessante percebida com a leitura e reflexão diante dos jornais: de uma das formas de mobilização rural, as Ligas praticamente são representadas como a única forma de ação coletiva no campo brasileiro. Assim, as Ligas foram transformadas em uma categoria de representação para todos os movimentos sociais rurais do período. Qualquer tipo de manifestação camponesa, levava o nome das Ligas, atribuindo-lhe um sentido subversivo e depreciativo, sobretudo, nos periódicos mencionados.

¹⁸⁴DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, vol. 36, nº 71, 2015.

3.1- A narrativa sobre as Ligas Camponesas no parlamentarismo

A historiografia sobre o governo de João Goulart (1961-1964) normalmente o divide em duas grandes fases: a parlamentarista e a presidencialista.¹⁸⁵ Na primeira delas, Jango tomou posse, em 1961, e permaneceu até janeiro de 1963, com poderes presidenciais limitados, mas com o mandato assegurado.¹⁸⁶

A posse do presidente João Goulart é marcada por uma intensa mobilização política contrária e à favor de Jango. A figura de Leonel Brizola foi essencial para a posse de Goulart que sofria pressão e oposição dos ministros militares. O acordo parlamentarista demonstrou o estado de radicalização que estava por vir nos anos subsequentes até o Golpe de 1964.

O ano de 1961 foi marcado por mudanças significativas em alguns aspectos internacionais e nacionais. Cuba declarou-se socialista após a tentativa de invasão na Baía dos porcos e, em 1962, consagraria sua aliança com a União Soviética. Internamente, começou a ganhar destaque nacional a presença e a atuação das Ligas Camponesas e, conseqüentemente, a sua associação direta com a Revolução Cubana por partes dos jornais cariocas.

Para Clodomir Moraes, de fato, a invasão da baía dos porcos foi um ponto de virada para as Ligas Camponesas e as suas relações com Cuba. O ex-advogado das Ligas argumenta que

¹⁸⁵ FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. Editora Civilização Brasileira, 2011.

¹⁸⁶ A historiografia que discute o governo João Goulart e as causas que contribuíram para a sua deposição é imensa e controversa. Autores como Ângela de Castro Gomes, Argelina Figueiredo, Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira, possuem uma visão similar à crise política que culminou no Golpe de 1964. De uma maneira geral, acreditam que a radicalização política de grupos de esquerda e direita, ambos com desprezo pelos valores democráticos, foi fundamental para a derrubada de Jango. Do outro lado, autores como Marcelo Badaró e Demian Melo, criticam esse tipo de análise afirmando que esses revisionismos históricos acabam por legitimar a ação golpista, partindo do pressuposto que toda a sociedade brasileira era antidemocrática. Em uma terceira linha interpretativa encontra-se Marco Antonio Villa, com uma perspectiva liberal que acusa e deslegitima o governo Goulart, por acreditar que o presidente era demagogo e fraco politicamente. Para aprofundar o debate: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964), Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1993. REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Editora Zahar, 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2000. BADARÓ, Marcelo; MELO, Demian. (Org.) A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Editora Consequência, 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2014.

com a invasão da baía dos Porcos, em abril de 1961, no entanto, modificaram-se todos os planos. Os dirigentes das Ligas admitiram que a derrubada da Revolução Cubana adiaria, sem nenhuma dúvida, a Revolução Brasileira. E, como persistisse a ameaça de invasão à ilha castrista, as Ligas abandonaram o plano de organizar as massas rurais em longo prazo e passaram a preparar focos de resistência guerrilheira.¹⁸⁷

Em relação aos aspectos internos, parte dessa maior divulgação do movimento ocorreu, em parte, devido à organização do Congresso de Belo Horizonte e as suas repercussões.¹⁸⁸ De acordo com o *Diário de Notícias*, Francisco Julião fez um convite pessoal ao presidente da República para participar do encontro e mencionou a disposição das Ligas Camponesas em defender a posse de Jango.

Em conversa com os jornalistas, Julião revelou que durante a crise estava no sul do país, tranquilo e certo que, ao primeiro tiro, as ligas já dispunham de esquema para ocupar imediatamente cinquenta cidades do nordeste, o que obrigaria a mobilização de tropas para retoma-las, diminuindo assim, o poderio das forças que lutavam contra a legalidade.¹⁸⁹

O Congresso, organizado inicialmente pela ULTAB, teve o seu tom ditado pelas Ligas Camponesas. Segundo Clodomir de Moraes,

O choque político e ideológico da Ultab e das Ligas foi inevitável. Nos primeiros dias do congresso, a Ultab viu derrotadas suas modernas teses de reforma de leis de arrendamento rural e de extensão da política salarial e de segurança social urbana às massas rurais. A bandeira da reforma agrária radical, na lei ou na marra, saída dos camponeses das Ligas, contagiou todos os delegados. Com a grande vitória obtida no congresso camponês, o mencionado grupo divergente incrementou o recrutamento dos guerrilheiros dentro da própria reunião nacional dos camponeses. Em consequência, muitos deles foram expulsos do Partido Comunista. Essa violenta medida foi o prelúdio da guerra aberta contra as Ligas.¹⁹⁰

O discurso de Clodomir Moraes demonstrava como, de fato, a tentativa de invasão à Baía dos Porcos e, posteriormente, a organização do Congresso de Belo Horizonte, contribuíram para alinhar as convicções políticas de um grupo das Ligas Camponesas com o ideal da Revolução Cubana, com a preparação de focos guerrilheiros no país. Esse fato demonstra como a intenção de transformar o Brasil em uma nova Cuba existia no imaginário de alguns movimentos sociais e não era mera invenção de uma oposição conservadora. Entretanto, o número pequeno de quadros para o movimento e a sua deficitária organização, são aspectos centrais que explicam a ausência de qualquer possibilidade real de vitória. Os jornais, por sua vez, utilizaram-se dessa mobilização e da existência desses grupos como forma de desestabilizar o

¹⁸⁷ MORAIS, op. cit. p. 53.

¹⁸⁸ BASTOS, op. cit. P. 70.

¹⁸⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 14.03.1962. 1ª Seção, p. 2

¹⁹⁰ MORAIS, op. cit. p. 50.

governo e deslegitimar o conjunto dos grupos de esquerda, em especial camponeses, tratados como subversivos e perigosos.

Não é coincidência, que os relatos do jornal *A Noite*, exaltavam os gritos da multidão que participou do encontro e que constantemente bradavam as palavras "Julião! Reforma ou Revolução"¹⁹¹, referindo-se a defesa da reforma agrária. De acordo com o veículo, Jango afirmou que "foi o mais vibrante e entusiasmado Congresso que já assisti em minha vida de homem público"¹⁹².

Convidado a falar no palanque, o presidente

afirmou que a reforma agrária é imperiosa e urgente, não só para fixação de dez milhões de homens à terra, em condições humanas e decentes do ponto de vista da dignidade, como também, como fator de progresso material do Brasil e do seu povo, com o aumento da produção agrícola e do poder aquisitivo de milhões de brasileiros que hoje vivem como párias, nos campos¹⁹³.

O discurso de João Goulart soou estranho aos jornais conservadores do Rio de Janeiro. A defesa da reforma agrária por Jango foi vista como uma coadunação à máxima bradada no encontro pelas Ligas: "reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue". Não é coincidência que na leitura de diversos jornais, o presidente da República foi taxado como um suposto agente ou conivente com a cubanização brasileira, como visto no capítulo 2.

Além do Congresso, os constantes conflitos entre os camponeses e proprietários de terras, também foram destaques na atuação das Ligas Camponesas no mundo rural, durante o parlamentarismo. Para parte da imprensa carioca, o lema de Julião endossou um perfil radical das ações das Ligas que demonstrava um perigoso caminho subversivo. A historiadora Denise Rollemberg afirma que

Ao longo de 1961 e 1962, os órgãos de informação oficiais faziam circular as informações sobre as atividades subversivas dos elementos integrantes das Ligas Camponesas. As notícias das invasões de fazendas são mapeadas. A maior preocupação era com os cursos preparatórios de lutas de guerrilha em vários pontos do país, funcionando em sítios e fazendas, sob o comando do PCB, cuja unção seria dar coesão aos camponeses, controlá-los, dominá-los e uni-los em orno de seu programa.¹⁹⁴

¹⁹¹ *A Noite*, Rio de Janeiro. 21.11.1961. Pág. 7.

¹⁹² *Ibid.*

¹⁹³ *Ibid.*

¹⁹⁴ ROLLEMBERG, op. cit. p.16

Para o *Diário de Notícias*, o deputado Julião era um "agente perturbador" que gostaria de

"apoderar-se da massa empobrecida e desesperançada para fazer dela um instrumento dócil aos seus planos, na esfera da política partidária." Logo, "os poderes da República não podem consentir que semelhante aventura tome corpo e ganhe expressão maior como agente perturbador da paz social (...) O governo central de modo algum poderá prestigiar, dar alento às manobras do Sr. Francisco Julião".¹⁹⁵

O jornal, frequentemente, noticiava os conflitos envolvendo camponeses e muitas vezes os associava às Ligas. Em dezembro de 1961, afirmava que

"posseiros se arregimentam, sob lideranças improvisadas, para fazer valer suas reivindicações por meios que não se coadunam com a lei e a ordem. O alarido cresce, a agitação ganha vulto. (...) O caso das Ligas Camponesas do Nordeste repete-se, dessa maneira, noutras regiões."¹⁹⁶

Ainda em dezembro de 1961 e janeiro de 1962, o *Diário de Notícias* apontava para os perigos das ações das Ligas em canaviais de Pernambuco e em cidades como São Paulo e Porto Alegre, todas classificadas como terroristas.¹⁹⁷

Na Paraíba foi instaurada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para avaliar "a disputa sobre terras que está lançada em moldes radicais, havendo irreduzibilidade da parte dos camponeses e dos fazendeiros".¹⁹⁸ No Maranhão, "O Sr. Alfredo Dualibe (PSD-MA) leu, ontem no Senado, o seguinte telegrama em que o governador do Maranhão denuncia agitação empreendida no Estado pelas Ligas Camponesas sob orientação comunista"¹⁹⁹

Em Goiás, "pelo menos, mais de cem pessoas já foram assassinadas nos combates verificados entre posseiros e grileiros, nas localidades de Santo Antônio e Serrinha, próximas a Porungatu".²⁰⁰ No Rio de Janeiro,

"as autoridades do Serviço Florestal receberam comunicado, ontem à tarde, de que os posseiros, armados de foices, comandados por Simplício Rodrigues da Rosa, haviam consumado, na parte da manhã, a invasão da Fazenda Paraíso, localizada entre Tinguá e Xerém".²⁰¹

¹⁹⁵ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 16.09.1961. Pág. 4. 1ª Seção.

¹⁹⁶ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 02.12.1961. Pág. 4, 1ª Seção.

¹⁹⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 16.01.1962. Pág.2, 1ª Seção.

¹⁹⁸ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 18.04.1962. 1ª Cad. Pág. 4

¹⁹⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 23.05.1962. Pág. 3, 1ª Seção.

²⁰⁰ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 16.06.1962. Pág. 5, 1ª Seção.

²⁰¹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 27.06.1962. Pág. 1, 2ª Seção.

O *Correio da Manhã*, o *Diário Carioca* e o jornal *A Noite*, por exemplo, também afirmavam que o perigo representado pelas Ligas Camponesas havia se espalhado por quase todo o território nacional. Novamente, a suposta conivência do poder central e de Goulart era apontada como uma causa importante.²⁰²

O ex-advogado das Ligas fez um breve resumo do que foram as atividades do movimento a partir do Congresso de Belo Horizonte até meados de 1963 e, em parte, das causas para o desespero e o temor de parte dos jornais cariocas,

Os 15 meses que haviam seguido àquele congresso foram prodigiosos em iniciativas dos setores organizados no campo, tais como “A Grande Marcha dos Camponeses”, em Brasília (Ligas de Formosa e Tabatinga); levante armado dos camponeses de Jales, São Paulo (Utab); a guerrilha camponesa do Prado, Bahia (Utab); invasão do campo de treinamento Guerrilheiro das Ligas, Dianópolis (Goiás), por fuzileiros navais e paraquedistas do Exército; choque armado entre os camponeses do município de Pato Branco com a polícia do Paraná (Utab); revolta de camponeses armados de Tocantinópolis, Goiás (Utab); levante camponês estudantil em Jussara e Iporá, Goiás (Ligas); choques armados entre policiais e camponeses na região de Sapé, Paraíba (Ligas e Utab), em Buíque, Pernambuco (Ligas), em Mutum e Jaciara, Mato Grosso (Utab).²⁰³

Toda essa visão negativa em relação ao campesinato e, em grande parte, às Ligas Camponesas, ganhou maior impulso ao longo do ano de 1962. Isso ocorreu em parte devido a elaboração da Segunda Declaração de Havana, na qual o governo cubano incitava as massas camponesas a tomar uma posição e levar adiante a revolução agrária. Julião esteve presente no evento, o que teoricamente marcou a posição política das Ligas Camponesas.²⁰⁴ Em agosto, o *Correio da Manhã* anunciava que “chegam as guerrilhas”, referindo-se

Os graves acontecimentos que ocorrem em terras do Estado da Bahia necessitam uma solução imediata. Camponeses, devidamente armados e municados, é a moda de guerrilheiros, invadiram uma região e resistem às forças que procuram desbaratá-los. Enquanto isso, as Ligas Camponesas dizem serem pacíficas as atividades desses camponeses.²⁰⁵

Como resposta ao acontecimento, o General Artur da Costa e Silva criou exercícios especiais de dissolução de comícios e guerrilhas, visto que havia denunciado

²⁰² *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 02.12.1961. 1ª Seção, p. 4

²⁰³ MORAIS, op. cit. p.55.

²⁰⁴ ROLLEMBERG, op. cit. p 17.

²⁰⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 05.08.1962. 1º Cad. Pág. 6

ao Ministério Público um plano de guerrilha e agitações organizado pelas Ligas Camponesas em diversas regiões do Nordeste brasileiro.²⁰⁶

Entretanto, o estopim da crise e o aumento das hostilidades em relação às Ligas Camponesas ocorreu em novembro de 1962, com a descoberta de campos de treinamento guerrilheiro em Dianópolis e Almas-Natividade, em Goiás, como citado no capítulo anterior. O episódio demonstrou a falta de unidade política das Ligas e a divergência de opinião das suas lideranças. De acordo com Denise Rollemberg

Julião manteve uma posição dúbia ou contraditória em relação à luta guerrilheira. Mantendo relações estreitas com Cuba e radicalizando suas posições nos famosos discursos que fazia, Julião, entretanto, se opôs à facção favorável à guerrilha (...) Julião, inclusive, participou das eleições, nesse mesmo ano de 1962, apesar de criticá-las, como candidato a deputado federal.²⁰⁷

Para Clodomir de Moraes, um dos líderes da "facção favorável à guerrilha",

às Ligas faltava, desde seu começo, unidade organizativa. Eram organizadas pelos camponeses e um grupo de comunistas dissidentes, enquanto Julião, aparecia como seu principal propagandista, sua bandeira. Ele era o artista e, aqueles, seus empresários. Eram dois corpos que viviam em simbiose.²⁰⁸

No Rio de Janeiro, o próprio advogado foi detido com "seis fuzis, dois revólveres calibre 38, uma metralhadora ponto 40, uma "peixeira", farta munição e 270 tendas de campanha" destinados ao acampamento guerrilheiro".²⁰⁹ Os acampamentos não se restringiam a Goiás, mas se estendiam a Pernambuco, Bahia e o Acre.

O *Diário Carioca* apresentou o conteúdo de um relatório desenvolvido pela Polícia que demonstrava as características e o planejamento do movimento, com apoio soviético, cubano e chinês. Além disso, o documento apontava para as estratégias cotidianas dos revolucionários objetivando a infiltração no seio da população campesina, ganhando respeito e confiança. Entre as atividades estavam

Do programa de festa e agitação das Ligas Camponesas, dirigidas pelo advogado Clodomir dos Santos Moraes, consta o seguinte: a) a missa aos domingos, pela manhã (a celebração da missa destina-se à evitar iniciais suspeitas dos camponeses rudes); b) realização de jogos e gincanas acrescenta-se sempre que possível; c) churrasco e feijoada, às 12 horas de todo domingo; d) tarde esportiva aos domingos, apresentação teatral à noite, também sempre que possível; e) baile às 22 horas, sempre que possível; f) viagem para muitos municípios de Goiás, levando assistência médica dentária

²⁰⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 19.08.1962, 1º Cad. Pág. 4.

²⁰⁷ ROLLEMBERG, op. cit. p.18

²⁰⁸ MORAIS, op. cit. p.53

²⁰⁹ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 14.12.1962. Pág. 1

e profilática; g) criação de um círculo de amigos. Havia recomendações no sentido de se reunir o maior número de pessoas, nessas oportunidades, para que se atingisse o objetivo dos dirigentes comunistas.²¹⁰

Na composição da guerrilha existiam camponeses, mas a maioria dos futuros guerrilheiros seriam estudantes universitários e secundaristas²¹¹. Rapidamente a organização foi desarticulada. Entretanto, foram encontrados nos acampamentos manuais cubanos, fotos de Fidel Castro, Francisco Julião, além de relatórios de outros focos de agitação e de financiamento cubano para a ação, fato que contribuiu para o aumento das perseguições aos camponeses e a construção de uma identidade de radicalismo ao campesinato, em geral ligadas a Revolução Cubana.

O Jornal *A Cruz* tratou de relatar o ocorrido e responsabilizar Francisco Julião e as Ligas Camponesas pelo processo revolucionário no país. De acordo com o veículo,

infiltrados em toda parte, inclusive no Palácio do Planalto, nos mais altos postos do governo, não procuram justificar-se ou disfarçar os seus intuitos. A propósito da sensacional descoberta da polícia carioca, declarou cinicamente o deputado Francisco Julião (que o Sr. Jânio Quadros levou consigo à Cuba): “Declaro alto e bom som que, se vier a depender de mim, todos os camponeses e operários do Brasil serão armados!”. Vamos mal, muito mal.²¹²

Os campos de treinamento eram a "prova" necessária para enquadrar o movimento camponês e as Ligas no perfil revolucionário outrora já denunciado. O *Diário de Notícias* utilizou-se dessa relação como forma de aumentar a credibilidade do periódico. Segundo o jornal,

A prisão do advogado Clodomir Santos de Moraes, conduzindo um carregamento de armas para camponeses goianos, veio confirmar a série de reportagens publicadas pelo “Diário de Notícias”, onde foi denunciada a existência de um plano subversivo no país e apontados elementos implicados num esquema revolucionário arquitetado em Havana. Foram, também, reveladas ali as atividades subversivas do deputado Francisco Julião e Clodomir (seu lugar-tenente), que incentivaram o movimento dos posseiros no Estado do Rio.²¹³

A trajetória do discurso dos jornais sobre as Ligas Camponesas no parlamentarismo segue uma sequência linear, bem definida e com um claro objetivo. Durante todo o período, de 1961 a 1963, noticiavam-se conflitos envolvendo camponeses e fazendeiros, associando a organização dos trabalhadores rurais às Ligas. Em seguida, destacava-se o Congresso de Belo Horizonte, o lema vitorioso e os perigos

²¹⁰ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro. 06.12.1962, Pág. 4.

²¹¹ AZEVEDO, Fernando. op.cit. p.93

²¹² *A Cruz*, Rio de Janeiro. 23.12.1962, P. 3

²¹³ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 19.12.1962, P. 11, 1ª Seção.

do radicalismo campesino encarnado na figura de Francisco Julião. Por fim, alertava-se para um possível risco de uma revolução agrária no Brasil aos moldes cubanos, buscando evidências na desarticulação de acampamentos e prisões de integrantes do movimento.

Todo esse movimento discursivo dos jornais pautava-se na tentativa de afastar uma iminente subversão social no país, o que jamais chegou a ganhar contornos reais mais consistentes. Em dezembro de 1962, o governo emitiu uma nota oficial desmentindo o risco de qualquer tipo de revolução, classificando as notícias de alarmistas e confusas. Em resposta, o *Diário de Notícias*

Enquanto o governo distribui nota tranquilizando o povo ante as falsas notícias de rebelião, o fiscal aduaneiro Dermeval Ladeira apreendeu, na Pampulha, mala cheia de armas, munições e propaganda subversiva das “Ligas Camponesas”. A apreensão ocorreu há cerca de dois meses e até hoje o DOPS vinha guardando absoluto sigilo em torno do fato, a despeito de sua gravidade, agora revelado com a prisão, no Rio de Janeiro, do advogado das “Ligas Camponesas”, Clodomir Moraes. Além do material em poder do DOPS, diversas outras malas de revistas comunistas e material subversivo já foram apreendidas em Belo Horizonte, todas procedentes do Nordeste do país e destinadas a fomentar o movimento que se deflagrou no interior de Goiás.²¹⁴

De toda forma, a narrativa promovida pelos jornais buscou apontar para o perigo representado pelas Ligas no mundo rural, associando qualquer tipo de manifestação camponesa imediatamente ao movimento. Palavras como subversão, agitação ou insegurança eram diretamente associadas às Ligas Camponesas. Todos esses termos faziam parte de uma comunidade de sentidos, similar a concepção de Baczkó, na qual a produção social de bens simbólicos, como a linguagem, acaba gerando uma luta em que busca-se sempre a primazia em se fazer crer, utilizando-se do imaginário social para fixar ideias e criar mitos que, no caso brasileiro, passaram a ser compartilhados pelos setores conservadores do país e que representavam, igualmente, uma ameaça a esses grupos políticos.²¹⁵ Desenhava-se um discurso por parte da imprensa que seria intensificado ao longo de 1963 e 1964, contribuindo para a deposição do presidente Goulart.

²¹⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 20.12.1962, 2º Cad. Pág. 1.

²¹⁵ BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

3.2- As Ligas nos periódicos no presidencialismo

O retorno do presidencialismo, em janeiro de 1963, devolveu os poderes presidenciais de chefe de governo a João Goulart. As pesquisas mais recentes consideram que, por não possuir a maioria no Congresso, Jango não conseguiu aprovar a sua plataforma política das reformas de base. No entanto, buscou conciliar os lados políticos durante quase todo o seu mandato presidencial, exceto no começo de 1964, quando, segundo Jorge Ferreira, optou por governar com os diversos segmentos de esquerdas.²¹⁶ Embora tal visão não seja compartilhada de forma consensual pelos analistas²¹⁷, para os objetivos que interessam ao trabalho, cabe registrar que o tratamento do tema das reformas de base diferenciava a fase parlamentarista da presidencialista.

A percepção de parte dos jornais cariocas sobre esse contexto histórico, em certa medida, acentua aquilo que já vinha sendo desenhado desde o parlamentarismo, demonstrando não haver uma mudança maior de uma fase para a outra nas narrativas sobre as Ligas. Contudo, há uma alteração na incidência: veículos como o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã*, o *Diário Carioca* e o *A Noite*, por exemplo, irão aumentar substancialmente as notícias alarmistas e tendenciosas. Em relação ao mundo rural e as Ligas Camponesas, o processo foi semelhante. A narrativa dos meios de comunicação seguiu linhas discursivas concomitantes que caminhavam para o mesmo destino e aumentavam as afirmações feitas nos anos de 1961 e 1962.

A primeira delas buscava confirmar o perfil traçado anteriormente, ou seja, na qual se atribuía exaustivamente às Ligas a insegurança, a subversão e a agitação por meio dos sucessivos processos de ocupação de terras. As reportagens apresentadas a seguir, buscam demonstrar essa tentativa de qualificação do movimento. Percebe-se a partir da leitura, um tom quase homogêneo nos periódicos citados.

Em janeiro de 1963, o *Diário de Notícias* tratou do tema das invasões de terra, em especial, no Nordeste.

Uma notícia do Recife diz que tropas do IV Exército ocuparam uma propriedade no município paraibano de Sapê, por motivo de agitações atribuídas às Ligas Camponesas. A notícia é lacônica, mas o essencial, para o

²¹⁶ FERREIRA, op. cit. p. 40.

²¹⁷ BADARÓ, Marcelo; MELO, Demian. (Org.) A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Editora Consequência, 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2014.

comentário que aqui faremos, dela consta, a ocupação de uma fazenda por forças federais.²¹⁸

Posteriormente, afirmou que

Usineiros e proprietários de engenhos voltaram a pedir garantias ao chefe da Polícia, devido às constantes ameaças de invasões às suas propriedades, por grande número de trabalhadores rurais vinculados às Ligas Camponesas.²¹⁹

A crise nas usinas de Pernambuco, no início de janeiro de 1963, agitou os veículos de imprensa. Deputados, policiais e senadores foram aos jornais pedindo uma intervenção militar do Exército para colocar fim aos conflitos. Entretanto, o general do IV Exército, Humberto Castello Branco, afirmou que

nada cabe fazer com relação à questão dos camponeses, que pertencem, exclusivamente, ao governo do Estado em sua autonomia constitucional, acrescentando que sobre o assunto só sabe o que leu nos jornais e que só pode intervir com autorização do Ministro da Guerra.²²⁰

Registra-se como aquele que se tornaria o primeiro general-presidente no pós 1964 ressaltava o quanto se informava por meio dos jornais quando, de acordo com Denise Rollemberg, a inteligência militar já produzia informes sobre a atuação das Ligas. O curioso é que muitos desses informes também tinham como fonte os próprios jornais.

O *Correio da Manhã* também noticiou o ocorrido de maneira similar:

O Secretário de Segurança de Pernambuco, General Salvador Batista, informou a imprensa que, a partir de hoje, volantes armados da Polícia Militar do Estado, sargento, cabo e oito soldados estão seguindo para a zona canavieira do Estado, a fim de protegê-la contra ameaças constantes de desordens, promovidas pelas Ligas Camponesas. Ali foi descoberto plano de agitação, iniciado com invasões e completado com o conflito da Usina Estreliana.²²¹

O *Diário da Noite* afirmou que as "Ligas Camponesas provocam inquietação em Pernambuco" visto que

obedecem a um plano de agitação traçado pelo Partido Comunista. Recentemente enviou soldados do destacamento ao Engenho "Ronda", onde elementos das referidas ligas formavam piquetes no sentido de forçarem os trabalhadores a uma greve, sob ameaça de que quem não obedecesse seria morto a foice²²²

²¹⁸ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 08.01.1963, 1ª Seção, p. 4

²¹⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 12.01.1963. Pág. 11, 1ª Seção.

²²⁰ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 13.01.1963. 1ª Seção. p. 7

²²¹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 11.01.1963. 1º Cad. Pág. 1.

²²² *Diário da Noite*, Rio de Janeiro. 11.01.1963. 1º Cad. Pág. 3.

Além disso, preparavam foco de subversão no país, uma vez que

agentes da Polícia Política e Social efetuaram nessa capital a prisão do agitador comunista que se encontra há tempos em Minas Gerais, preparando focos de insubordinação sob o pretexto de instalar aqui as Ligas Camponesas do deputado Francisco Julião.²²³

O presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de São Paulo corroborou com os argumentos apresentados pelos jornais. Em entrevista ao *Correio da Manhã*, criminalizou as Ligas Camponesas e tentou desvincular o campesinato do movimento. Segundo ele,

O trabalhador rural paulista repudia as chamadas Ligas Camponesas, que são instrumentos políticos, que visam apenas interesses eleitoreiros, quando não perturbadores da ordem pública, com o que não concordam os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo.²²⁴

Em fevereiro a atividade subversiva das Ligas Camponesas continuava a todo vapor para os jornais. Segundo o *Diário de Notícias*,

Elementos vinculados às Ligas Camponesas intervieram num movimento irrompido, ontem, no Engenho Ronda, em Vitória de Santo Antão, a ponto de ser necessário o envio de soldados armados com fuzis para garantir a propriedade. Alguns líderes das Ligas ameaçam cortar a golpes de foice as mãos dos trabalhadores que pretendem voltar ao trabalho, além de represálias às suas famílias. Armados de foices, armas de fogo e instrumentos agrícolas, os camponeses passaram toda a tarde de hoje em frente à Casa Grande do Engenho, ameaçando os seus proprietários.²²⁵

Nesse ambiente de acusações e de maior radicalização política, Julião tentava negar o caráter subversivo das Ligas Camponesas. Normalmente, atribuía aos setores conservadores o interesse em criticar o movimento campesino. Segundo o *Correio da Manhã*,

O Sr. Francisco Julião dará a publicidade, dentro de horas, manifesto defendendo-se, e às Ligas Camponesas, da acusação de estarem promovendo uma subversão guerrilheira (...) Atribuindo-lhe Planos Cohens, e repisando que a infiltração no Nordeste, são de “agentes americanos e não de cubanos”.²²⁶

A referência de Francisco Julião ao Plano Cohen, remete a transição do Governo Constitucional de Getúlio Vargas para o período ditatorial do Estado Novo. Na ocasião, após o Levante Comunista, em 1935, liderado pela ANL (Aliança Nacional Libertadora) e por Luís Carlos Prestes, o governo brasileiro divulgou, em setembro de 1937, um

²²³ *Diário da Noite*, Rio de Janeiro. 24.01.1963. 1º Cad. Pág. 3

²²⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 25.01.1963. 1º Cad. Pág. 7.

²²⁵ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 14.02.1963. Pág. 3, 1ª Seção.

²²⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 30.01.1963. 1º Cad. P. 8

documento forjado sobre a Internacional Comunista. O Plano Cohen, como ficou conhecido, falso no seu conteúdo, demonstrava um suposto plano de tomada de poder dos comunistas no Brasil. Vargas utilizou-se do Plano com o intuito de centralizar o poder, extinguindo liberdades civis e individuais.²²⁷

Para Julião, as notícias e os documentos contrários às Ligas pertenciam a uma estratégia política para reprimir e cercear a organização camponesa. Por isso, o deputado e advogado fez alusão ao Plano Cohen, como tentativa de questionar os argumentos utilizados pelos jornais contra as Ligas.

Nos meses seguintes de 1963, as notícias sobre as invasões e o temor de uma sublevação continuaram. No entanto, passou a ganhar maior destaque a segunda grande linha discursiva dos jornais, outrora também presente no parlamentarismo, ou seja, as disputas e mortes causadas pelos conflitos entre os camponeses, considerados no geral como Ligas Camponesas, e os proprietários de terras. Após a descoberta do acampamento guerrilheiro em Goiás, as notícias passam a destacar com maior enfoque a utilização de armas de fogo e brancas pelos camponeses, objetivando aumentar o alarme para o perigo.

Em fevereiro o *Diário de Notícias* divulgou uma reportagem que citava o assassinato de um proprietário por camponeses. No dia 16, a reportagem dizia que

O fazendeiro Rubens Régis da Silva, 35 anos, dono da fazenda “Ladeira Grande” e vice-presidente da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba, foi assassinado por membros das Ligas Camponesas, a tiros de metralhadora e mosquetões hoje, em terras da fazenda “Jucuri”, no município de Sapê.²²⁸

Em março, o deputado da Paraíba Assis Lemos, presidente regional da Federação das Ligas Camponesas, declarou em reportagem intitulada "O grande drama da sindicalização rural" que

está ameaçado de morte por latifundiários de sua terra, agora invadida por uma onda de terror. Acrescentou que só os camponeses tem condições para defendê-lo e é impraticável qualquer proteção das autoridades estaduais ou federais, pois “até o interior da Assembleia Legislativa vive cheia de pistoleiros”. Afirmou não haver a mínima segurança para o exercício do seu mandato, no Estado, acrescentando que o ódio dos latifundiários à sua pessoa

²²⁷Para aprofundar o tema ver: CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Vol.2 (Org.) FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Editora Civilização Brasileira, 6ª Edição. Rio de Janeiro, 2013.

²²⁸*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 16.02.1963. Pág. 5, 1ª Seção.

foi provocado pela luta que vem desenvolvendo em benefício do homem do campo.²²⁹

Ou seja, a denúncia do deputado escancarou as disputas políticas que giravam em torno da organização da população camponesa. Qualquer tipo de mobilização ou incentivo as ações, seja nos sindicatos rurais, ou nas Ligas Camponesas, eram tratadas com violência pelos opositores e latifundiários que detinham o poder do mandonismo local no mundo rural.

Dois meses depois, em maio, novos distúrbios entre proprietários e camponeses eram noticiados pelo *Diário de Notícias*, dessa vez em Pernambuco. Em junho, o clérigo Dom Jaime de Barros disse na rádio Voz do Pastor que o Brasil havia se tornado um "valhacouto a que se refugiam os criminosos de outros países" e que estavam em constante contato com as Ligas Camponesas.²³⁰

Em julho, o delegado de Três Marias, em Minas Gerais,

manifestou receio de que ocorram choques armados entre os fazendeiros e os camponeses que invadiram suas terras, afirmando "que muito sangue poderá correr" e que os proprietários estão organizando uma "Liga de Defesa". Tendo em vista a denúncia apresentada por fazendeiros da região de Três Marias, a Secretaria de Segurança Pública determinou investigações diretas, podendo esclarecer que não há movimento de profundidade, mas pequeno núcleo das Ligas Camponesas²³¹

Em agosto de 1963, outra notícia repercutiu e demonstrou o caráter nacional dos embates entre as distintas classes sociais do campo. No dia 10,

Cantando hinos das Ligas Camponesas e armados de espingardas, revólveres, cassetes e instrumentos agrícolas, cerca de 500 homens invadiram o Engenho Oriente, no município de També. O líder dos invasores, Paulo Roberto Pinto, conhecido pelo nome de Jeremias, morreu ao dar entrada no Hospital Regional de Timbaúba. A família proprietária do engenho abandonou o local, receosa de novo choque.²³²

Em outubro, o *Diário da Noite* afirmou que a Guanabara era o primeiro alvo da subversão comunista com apoio do governo federal.

Sr. Gustavo Borges denunciou a existência de vasto plano comunista para a tomada da Guanabara, o qual segundo se afirma, vem sendo posto em prática com a conivência do governo federal. Afirmou o Secretário de Segurança que a distribuição de glebas a elementos pertencentes às Ligas Camponesas, dominadas como disse, pelos vermelhos, faz parte desse plano, visando a

²²⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 21.03.1963. Pág. 2, 1ª Seção.

²³⁰ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 15.06.1963. Pág. 6, 1ª Seção.

²³¹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 14.07.1963. 1º Cad. Pág. 2.

²³² *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 10.08.1963. Pág. 7, 1ª Seção.

estabelecer ao redor da Guanabara uma série de núcleos destinados ao treinamento de guerrilhas²³³

O *Correio da Manhã* tentou sinalizar para o ambiente de intranquilidade e caos que vivia o mundo rural brasileiro, alertando para os riscos de uma possível guerra civil.

Primeiro, foram as armas descobertas em Goiás, de fabricação tcheca e destinadas às Ligas Camponesas para aterrorizar os fazendeiros. Não se sabe quais as Ligas Camponesas, no país inteiro, que dispõem de armas nem de quantas armas, e nem como ou quando seriam usadas. Mas já se sabe, e é inteiramente compreensível, que os fazendeiros, por sua vez, também procuram armar-se e armar sua gente, preparando a legítima defesa de suas vidas e propriedades.²³⁴

Em novembro, agricultores invadiram o engenho de Arandu de Baixo e entoaram gritos como "Viva Cuba" e "Viva Julião". Ao final de dezembro, o jornal *A Noite* alertou que

informações oriundas das zonas do Brejo e de Catinga dão conta das arruaças que estão sendo praticadas por elementos das denominadas Ligas Camponesas, os quais, em bandos armados ameaçam os proprietários rurais, chegando a atacar as moradias, interceptando ainda veículos nas estradas, ante a inércia das autoridades.²³⁵

É interessante notar, muitas notícias não citam fontes, nomes das vítimas ou dos causadores das ações violentas, atribuindo apenas sua filiação às Ligas. Esse tipo de notícia demonstra um grave problema na comunicação dos jornais com o leitor, tornando possível a desconfiança com a veracidade das notícias, visto que na maioria das vezes as Ligas Camponesas são as acusadas, mas nenhum nome é mencionado para uma possível apuração.

O ano de 1964 trouxe consigo o aumento das radicalizações políticas. As notícias dos jornais seguiam as duas linhas discursivas mencionadas anteriormente, ou seja, da acusação de subversão e da culpabilização dos camponeses pelos constantes confrontos com os proprietários, retratados sempre como vítimas. Não se discute a causa dessas ações, que não raro, acabavam por ferir e até matar camponeses. O *Diário da Noite* relatou a morte de 14 pessoas em um confronto entre os camponeses e a Polícia na Paraíba.

Foram os maiores de toda a história do Nordeste, e talvez mesmo do Brasil, os choques armados travados em Mari, no interior deste Estado, entre grupos

²³³ *Diário da Noite*, Rio de Janeiro. 16.10.1963. 1º Cad. Pág. 2.

²³⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 17.10.1963. 1º Cad. Pág. 6

²³⁵ *A Noite*, Rio de Janeiro. 23.12.1963. Pág. 4.

das Ligas Camponesas, do deputado Francisco Julião, e a Polícia Militar da Paraíba. O balanço dos prejuízos ainda não foi concluído. Mas além de numerosos feridos, em quase totalidade humildes trabalhadores, houve 14 mortes, todos chefes de família numerosa. O combate, ocorreu pela manhã, pouco depois das 10 horas, e foi causado mesmo pela invasão de um “batalhão” de 200 camponeses, que gritavam “vivas a Liga”, à fazenda do Sr. Nezinho de Paula.²³⁶

Vivenciando o clima da intensa radicalização política nos idos de 1964, algumas figuras políticas aparecem na documentação. Em fevereiro de 1964, o *Diário da Noite* noticiou uma tentativa de assassinato ao político conservador da UDN (União Democrática Nacional), Carlos Lacerda. Envolvido nas sucessivas crises da República brasileira²³⁷, defensor do Golpe de 1964 e politicamente liberal, conservador, antitrabalhista e antigetulista, Lacerda tinha diversos inimigos.

De acordo com o jornal, as Ligas Camponesas haviam armado o plano de assassinato. Com um "Pelotão de massacre", que tinha função de matar Carlos Lacerda, se iniciaria a revolução agrária no Brasil.

O General Justino Alves Bastos apenas confirmou, com a sua iniciativa, o plano descoberto por oficiais do Serviço Secreto do Exército, revelando os detalhes do atentado que seria praticado por comunistas vinculados às Ligas Camponesas. Apesar disso, o governador da Guanabara reafirmou a sua disposição de visitar a Paraíba, dizendo não temer ameaças às quais já está habituado.²³⁸

Não se questiona, por exemplo, o fato do plano ter sido descoberto mas nenhum responsável ter sido identificado ou preso. A resposta do governador Lacerda reafirma ao mesmo tempo sua coragem e um certo desdém, banalizando a notícia do plano.

A construção da narrativa jornalística seguiu, então, a sua terceira linha discursiva que perpassou tanto o período parlamentarista, quanto o presidencialista do governo de João Goulart. Ou seja, a associação das Ligas com Cuba. Como citado e demonstrado anteriormente, as Ligas Camponesas foram consideradas um agente da cubanização e os jornais "confirmaram" essa suposição a partir da descoberta dos campos guerrilheiros.

²³⁶ *Diário da Noite*, Rio de Janeiro. 20.01.1964. 1º Cad. Pág. 6.

²³⁷ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol. 3, Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2003.

²³⁸ *Diário da Noite*, Rio de Janeiro. 03.02.1964. 1º Cad. Pág. 2.

Durante todo o período presidencialista, o discurso manteve a mesma linha de conclusão e as fontes transcritas demonstram essa ligação direta feita pelos veículos de comunicação. Buscou-se, então, deslegitimar as Ligas Camponesas e apontar para o risco do Brasil transformar-se em uma nova Cuba.

De toda forma, foi possível concluir que ao longo dos últimos anos do governo Goulart, as notícias aumentaram a sua incidência e amplificaram a associação das Ligas com Cuba, mas sem apurar de maneira detalhada os culpados ou envolvidos. Percebe-se, assim, que na prática não havia uma intenção clara em condenar os agentes dessa ligação, mas sim construir um discurso que atuaria na construção de um imaginário social do período que associava os grupos mais à esquerda aos riscos da cubanização.

3.3- As Ligas Camponesas e Cuba: demonização dos movimentos sociais no campo

A história do campo brasileiro é marcada por conflitos envolvendo a terra, vide Canudos, no início da Primeira República. Todavia, com o desenvolvimento da Guerra Fria e fortalecimento de organizações camponesas em nível nacional, a questão rural ganhou conotação ideológica, com a associação das lutas camponesas à difusão do comunismo no Brasil. Evidentemente, a Revolução Chinesa, em 1949, e a Revolução Cubana, dez anos mais tarde, contribuíram para essa imagem, visto que ambas buscaram no campesinato a sua base de apoio social.²³⁹

Se parte dos veículos de comunicação buscou atribuir às Ligas Camponesas o caráter subversivo, tal narrativa seria fortalecida com a ligação do movimento a algo de maior amplitude como a Revolução Cubana. Logo, jornais como o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã* e o *Diário Carioca* fizeram essa associação direta em todas as fases do governo Jango.

Em outubro de 1962, após dois anos do bloqueio econômico norte-americano à Cuba, duas notícias destacaram-se na imprensa carioca. A primeira delas, intitulada "Bloqueio a Cuba levou mais agitação a Recife", destaca a posição das Ligas em defender a política externa independente iniciada por Jânio Quadros e mantida por João Goulart, ou seja, na luta pelo direito de autodeterminação dos povos e do não

²³⁹GRYNZSPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). A República no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

alinhamento automático na Guerra Fria. No entanto, ao mesmo tempo, defendia-se a queda do chamado "imperialismo norte-americano".²⁴⁰

A segunda reportagem, por sua vez, do *Diário de Notícias*, possui o título "A verdade sobre Cuba". Nela, o jornal afirmava que

A preparação e formação de combatentes, ideológicos e militares, se fazem constantemente em Cuba de Fidel Castro, por meio de bolsas de estudos a supostos estudantes do Brasil e de outras nações irmãs, que voltam a seus países perfeitamente instruídos para subverter a ordem e estabelecer o caos, com o propósito final de instaurar o regime comunista.²⁴¹

Segundo a reportagem, seria o Instituto Cubano de Amizade com os Povos que financiava as viagens e as bolsas de estudos para os estrangeiros. Além disso, apontava que as rádios cubanas faziam transmissões no Brasil entre as 20:15 e às 21 horas, diariamente, em um processo de divulgação da revolução no país. A partir de então, seriam as Ligas umas das responsáveis por levar adiante essa missão:

Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, marxista confesso e deputado pelo PSB, afirmou em Havana que a revolução é inevitável e chegará inexoravelmente ao Brasil, assegurando que ela deverá irromper graças à força potencial dos camponeses, cujas guerrilhas organizadas, não serão destruídas por nenhuma força do mundo contemporâneo. O *Diário El Mundo*, de 26 de janeiro de 1962 que se edita em Havana, estampou as seguintes declarações do Sr. Julião: "Quero dizer uma vez mais a meus irmãos de Cuba, que nós no Brasil estaremos sempre prontos a defender por todos os meios ao nosso alcance a gloriosa revolução que instaurou em Cuba um regime socialista".²⁴²

Evidentemente, como mencionado em outro momento, os campos guerrilheiros em Goiás aumentaram as tensões políticas e as ligações das Ligas com Cuba. Para exemplificar, o jornal *A Noite*, em fevereiro de 1963, fez uma reportagem com o título "Ligas Camponesas de Goiás são fiéis a Che e a Cuba". No texto, o periódico afirmava que os revolucionários brasileiros levavam com rigor as instruções dispostas no manual de Che Guevara, conhecido como "A Guerra de Guerrilhas":

As Ligas Camponesas dos municípios de Dianópolis e Almas organizaram, realmente, um campo de treinamento de guerrilhas do gênero preconizado pelo faccioso livro de Guevara. Os comunistas, aproveitando-se da miséria e do analfabetismo das populações locais, acenaram com uma reforma agrária radical, ponto de partida para o processo revolucionário.²⁴³

²⁴⁰ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 25.10.1962. Pág. 5, 1ª Seção.

²⁴¹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 28.10.1962. Pág. 6, 1ª Seção.

²⁴² Idem.

²⁴³ *A Noite*, Rio de Janeiro. 01.02.1963. Pág. 1.

Além da posição contrária ao bloqueio econômico e a descoberta dos campos de guerrilha, um terceiro evento confirmou os temores de parte da grande imprensa carioca. A organização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, no Nordeste do Brasil, contaria com a participação de diversos segmentos da esquerda nacional e, inclusive, com as Ligas Camponesas e Francisco Julião. O ex-presidente mexicano Lázaro Cardenas e o futuro presidente chinelo, Salvador Allende, estariam presentes no encontro, que ocorreria no mês de março de 1963. Em discurso de divulgação do Congresso feito por Julião,

O parlamentar brasileiro referiu-se à presente situação do problema cubano, dizendo que “caso Cuba fosse atacada pelo imperialismo, todas as massas brasileiras se levantariam e atacariam violentamente toda propriedade americana, irrompendo uma guerra civil, se o governo não se pusesse ao lado do povo”.²⁴⁴

Nesse discurso, Julião confirmou a fidelidade das Ligas Camponesas à Cuba. A partir de 1963, então, todos os argumentos que buscavam unir o movimento à ilha já estavam prontos e divulgados. Intensificou-se, assim, uma campanha de grande difamação do movimento, das suas lideranças e da população campesina. Argumentava-se que era necessário deter o avanço do comunismo e da revolução no país.

Contudo, Clodomir de Moraes apresenta uma perspectiva distinta dos jornais. Para ele,

tudo indica que, além de outros fatores, as relações diplomáticas que existiam entre Cuba e o Brasil exerceram grande influência no fracasso do esquema militar das Ligas Camponesas. Essas relações, nessa época, não propiciavam um apoio aberto do governo cubano às guerrilhas que as Ligas preparavam no Brasil. Segundo consta, alguns setores cubanos aconselhavam uma maior aproximação das Ligas com os presidentes Quadros e Goulart, sucessivamente.²⁴⁵

De toda forma, o objetivo de vincular as Ligas Camponesas à Cuba, na imprensa carioca, era o de deslegitimar o movimento que simbolizava o fim do privilégio no campo e do mandonismo local, seculares no país. O discurso apresentado pelos jornais, tanto ao supervalorizar as Ligas, quanto ao demonizá-las, contribuiu em grande escala para legitimar a ação desestabilizadora e conspiratória que pôs fim ao regime democrático.

²⁴⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 28.02.1963. 1º Cad. Pág. 1.

²⁴⁵ MORAIS op. cit. p.53

Como citado ao longo do capítulo, o pedido de uma intervenção dos militares já havia sido feito anteriormente. Todavia, Castello Branco havia negado naquele momento. As vésperas de 1964, para parte da imprensa, o Brasil estava vivendo uma iminente revolução agrária e para contornar esse problema seria necessário, a qualquer custo, uma intervenção militar que eliminasse qualquer tipo de perigo à ordem estabelecida.

Em 31 de março de 1964 iniciou-se a marcha que culminaria na deposição do presidente Jango. A historiografia recente tem salientado vários fatores que contribuíram para a sua queda, como o desrespeito a valores tradicionais do Exército, como a hierarquia e a disciplina, ou até a sua opção política de radicalizar o governo com as esquerdas.²⁴⁶ De acordo com Clifford Welch, as disputas no mundo rural também foram centrais para a conspiração que culminou na saída de Goulart em 1964. Para o historiador,

analistas e acadêmicos costumam concordar que a militância rural ao longo do Brasil estimulou a classe dominante agrária a apoiar a conspiração para destituir o presidente João "Jango" Goulart do poder. (...) a historiadora Aspásia Camargo apontou para o papel decisivo da mobilização de trabalhadores rurais como elemento da participação de fazendeiros, usineiros e latifundiários no complô para derrubar o presidente.²⁴⁷

A construção dos jornais para uma imagem negativa e subversiva do mundo rural brasileiro também foi essencial para o discurso golpista. Para os veículos conservadores, a revolução brasileira ocorreria, provavelmente, pela via campesina. Sendo assim, era necessário conter os movimentos sociais, disciplinarizar o trabalhador rural e expurgar os agentes comunistas que promoveriam ações no campo. Veículos como o *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e o *A Noite*, não acreditavam que João Goulart poderia levar adiante essa missão.

²⁴⁶ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. 1964. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2014.

²⁴⁷ WELCH. op. cit. P. 363.

3.4- Uma nova perspectiva: sindicatos rurais x Ligas Camponesas

A interpretação feita pelos jornais na década de 1960 reverberou por muitos anos na sociedade brasileira, seja na memória, seja na produção acadêmica. João Goulart era considerado por muitos um governante socialista que colocaria em perigo a democracia brasileira. Essa visão foi construída, em parte, pelas notícias constantemente vinculadas de um descaso ou compactuação do governo federal com movimentos tratados como subversivos, a exemplo das Ligas Camponesas.

Contudo, a utilização desse tipo de fonte histórica deve ser problematizada. Formaram-se conclusões precipitadas e genéricas sobre o campesinato brasileiro, com o não aprofundamento da investigação das relações sociais, políticas e econômicas que envolviam o trabalhador rural e as entidades que tentavam organizá-los. Esses indivíduos não eram sujeitos manipuláveis e, conscientemente, escolheram seus próprios caminhos, muitas vezes, na contramão das Ligas Camponesas e de partidos políticos.

Clifford Welch demonstra, no artigo intitulado "Rivalidade e Unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do Golpe de 1964", que as interpretações sobre o campesinato trataram os movimentos rurais como ilegítimos, a partir do momento em que, usualmente, esses atores políticos seriam mobilizados por agentes externos ao próprio mundo rural. O historiador, no entanto, discorda desse tipo de ilegitimidade, e demonstra como a maioria dos delegados presentes no Congresso de 1961 eram camponeses ou trabalhadores do campo. A partir de uma perspectiva que critica a ilegitimidade campesina, o autor acredita que a união dos trabalhadores rurais e a sua luta gerou, de fato, a ira dos proprietários de terra.²⁴⁸

As Ligas Camponesas sobressaíam-se no imaginário coletivo dos jornais da década de 1960, como representantes dessa ira dos latifundiários, visto que eram colocadas como protagonistas das questões rurais brasileiras. Na prática, os periódicos reforçavam a posição política das Ligas. Por isso, tornaram-se um dos principais alvos dos setores conservadores do período.

²⁴⁸ Ibid. p. 365

Impedir a cubanização do Brasil tornou-se um objetivo importante dos setores conservadores que taxavam todos os opositoristas de revolucionários. Cubanizar o Brasil, para os jornais, significava levar adiante uma revolução agrária inspirada no modelo guevarista da guerra de guerrilhas e, conseqüentemente, instaurar uma ditadura comunista, como a liderada por Fidel Castro. Nesse contexto, a presença das Ligas contribuiu para construir uma identidade, no senso comum da época, do campo como palco maior de uma revolução brasileira.

Esse contexto histórico de mobilização no mundo rural partiu de um maior interesse pelo campesinato, concomitantemente à proposta de extensão do voto aos analfabetos. Na prática, desde os anos de 1940, partidos deslocaram quadros políticos para organizar os camponeses, gerando uma disputa pela representação desses indivíduos.²⁴⁹

Nos anos 1950, ainda no governo de Juscelino Kubistchek, pela primeira vez a indústria brasileira ultrapassou em números a produção agrícola do país, somado ao fato de que a maioria da população passou a se concentrar, majoritariamente, nos centros urbanos. Esse processo trouxe conseqüências para as cidades, como por exemplo, um processo de "invasão" desses espaços pela população rural, em busca na maioria das vezes, por emprego, mas também como espaço para manifestações e reivindicações. Na percepção das grandes cidades, o êxodo rural foi encarado como algo negativo, visto que contribuiu para o aumento da periferização e da favelização. Tais problemas repercutiam diretamente no meio urbano, suscitando debates e discussões, atraindo a atenção de diversos atores.²⁵⁰

A ampliação do processo de êxodo rural no Brasil explica as causas para que tanto a direita, como a esquerda, disputassem a hegemonia na organização dessa classe social. Conseguir o apoio de uma vasta população até então marginalizada do jogo político era o objetivo de partidos políticos, da Igreja e do próprio governo de Jango.

De acordo com Clodomir de Moraes, contemporâneo do processo:

Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de

²⁴⁹GRYNZSPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁵⁰DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 71, 2015.

considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa.²⁵¹

No entanto, nesse processo de organização do campesinato não surgiram apenas milhares de Ligas Camponesas. A pesquisa da historiadora Leila Stein, comprovou o cenário descrito acima, e o ampliou com dados a partir de 1963 que demonstram o grande impulso no processo de sindicalização rural, por meio da multiplicação do número de sindicatos criados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Demonstrou, assim, o fortalecimento e o desenvolvimento de uma outra estratégia de organização política do campesinato, ou seja, pelas vias sindicais.²⁵²

O governo Goulart buscou incluir os camponeses como agentes centrais do processo político mobilizando-os em torno da sua plataforma reformista. Partidos políticos, com maior destaque para o PCB, seguiram o mesmo caminho, visto que acreditavam na reforma agrária como etapa para a construção do futuro socialismo brasileiro.²⁵³ Em 1960, o partido era o maior representante da esquerda sindical e tinha grande influência na organização de sindicatos e federações de trabalhadores rurais.

Fernando Azevedo, em 1984, afirmava que as Ligas Camponesas se defrontaram com um novo movimento social agrário, no qual não mantinham mais a hegemonia.²⁵⁴ O próprio *Diário da Noite* já apontava para essa direção, em janeiro de 1963, ao afirmar que

As “Ligas Camponesas” estão perdendo terreno nas zonas agrícolas do interior do Estado, com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cuja orientação diverge totalmente da que vem sendo ministrada pelo deputado Francisco Julião. A tentativa de infiltração de sócios das “Ligas” no Sindicato e os novos métodos empregados pelos comandados do “camponês” Joel Câmara, em També e Vitória de Santo Antão, Limoeiro ou Timbaúba, segundo alguns observadores, é a confissão declarada de desespero. Isto porque os camponeses começaram a compreender que as “Ligas” somente pregam a sublevação da ordem.²⁵⁵

O PCB, na tese número 15, do V Congresso do partido, defendeu que a função dos sindicatos era “a luta por medidas parciais, como a desapropriação de grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas, com base no preço da terra registrado para

²⁵¹MORAIS, op. cit. p. 24.

²⁵²STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Annablume, 2008.

²⁵³GRYNZSPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁵⁴Ibid. p.101.

²⁵⁵*Diário da Noite*, Rio de Janeiro. 22.01.1963. 1º Cad. p. 3

fins fiscais, (...)”²⁵⁶. À principio, então, teria refutado a opção armada e revolucionária, optando por um caminho gradativo e reformista. A Igreja, por sua vez, era ainda mais conservadora. O que estava em disputa era a liderança na representação do campesinato, muito importante para angariar força em um país que se encontrava em estado de grande radicalização política.

A Igreja Católica também se dedicou a organização do campesinato em busca da adesão de um maior número de fiéis e com o objetivo de afastar, tanto o comunismo à esquerda, quanto o protestantismo à direita, no mundo rural.²⁵⁷ A presença de clérigos no mundo rural é antiga e na maioria das vezes estavam em consonância com as classes dominantes. Por volta de 1950, no entanto, essa situação se inverteu devido ao distanciamento em relação aos grandes proprietários de terra e a aproximação com os camponeses, atendendo carências básicas como remédios, itens de higiene, etc. Nesse momento, os grupos de esquerda encontraram um poderoso rival que também atuou na sindicalização do trabalhador rural.

De acordo com o jornalista norte-americano Joseph Page, a atuação de diversos clérigos, como o Padre Melo e o Padre Paulo Crespo, era extremamente contrarrevolucionária e contava com o apoio e dinheiro do IBAD. Page afirmou que por essas características, agentes da CIA, também passaram a fortalecer no Brasil o sindicalismo católico, a partir de financiamentos e dinheiro para ajudar no pagamento de salários e despesas do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, o Sorpe. Segundo o jornalista,

Ao todo, a estratégia da CIA de financiar o Sorpe e de estabelecer cooperativas agrícolas foi uma ação bem concebida e bem executada para ajudar a reduzir o potencial revolucionário do movimento trabalhista rural em Pernambuco.²⁵⁸

A partir dessa nova realidade e com a necessidade de ampliar a sua base de sustentação política em tempos de radicalização, o governo de João Goulart também atuou ativamente do processo de arregimentação da população camponesa, via filiação

²⁵⁶ AZEVEDO, Fernando. op. cit. p.88.

²⁵⁷ DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 71, 2015.

²⁵⁸ PAGE, Joseph. Caos no campo. In: STEDILE, João Pedro (Org.) A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964). Editora Expressão Popular. 2ª Edição, São Paulo. p. 108.

sindical.²⁵⁹ Na prática, Jango tinha estratégias e objetivos claros nas suas intervenções e buscava formatar o espaço pelo qual as lutas seriam travadas, esvaziando caminhos considerados perigosos para o seu governo.

A estratégia política de João Goulart frente ao campesinato, nesse momento, fica muito clara, visto que seu objetivo era superar os entraves legais e facilitar a organização dos trabalhadores rurais para levar adiante a reforma agrária. Em 1962, por decreto presidencial, foi criada a Superintendência Política de Reforma Agrária - SUPRA com o objetivo de promover a distribuição de terras e a reforma agrária e, posteriormente, o CONSIR (Comissão Nacional de Sindicalização Rural), presidido por Sergio Veloso. Para Clifford Welch, a SUPRA tinha um poder de unificação dos movimentos de protesto dos trabalhadores, o que contribuiu para a oposição ferrenha dos latifundiários ao presidente.²⁶⁰

Como aponta Welch, a Supra foi um ponto nodal para o fortalecimento do golpismo, já que colocava o Estado como agente da sindicalização e dos direitos sociais dos trabalhadores. A Supra, sendo assim, ameaçava a balança de poder das classes dominantes.²⁶¹

Outra ação importante do governo Jango refere-se a expansão de benefícios trabalhistas ao campesinato e a sua inserção na política nacional, questões que já estavam em discussão e andamento desde a Era Vargas. Em 1944, ainda no Estado Novo, o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio elaborou o anteprojeto do decreto-lei de sindicalização rural submetido, posteriormente, ao presidente. De acordo com Marcus Dezemone, "o documento arrolava os direitos ampliados ao homem do campo no sentido de equiparação com o trabalhador urbano, como o salário mínimo, as férias e a proteção contra acidentes de trabalho".²⁶²

Em 1963, o governo criou o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que ajudaria a população rural na obtenção dos benefícios trabalhistas. De acordo com Stein, ele seria importante para flexibilizar o processo de criação de sindicatos, auxiliar na formação de uma estrutura de lutas nacionais, além de regulamentar as normas para contratação e

²⁵⁹STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Annablume, 2008.

²⁶⁰WELCH. *op. cit.* p. 365

²⁶¹Ibid. p 382.

²⁶²DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872- 1987)*. Tese de Doutorado, 2008, p. 152.

gerar defesas efetivas para os trabalhadores²⁶³. Além da extensão dos direitos sociais, o ETR permitiu também a criação de federações estaduais e confederações nacionais dos trabalhadores rurais. Marcus Dezemone afirma que o ETR recuperou a estrutura verticalizada dos sindicatos, a lógica do sindicato oficial e a unicidade sindical, presentes na legislação trabalhista do Estado Novo, tanto voltada para o trabalhador urbano, de 1939, quanto àquela decretada para o trabalhador rural, em 1944.

Na prática, a unicidade sindical era o maior empecilho para o desenvolvimento da sindicalização rural após 1944, visto que havia uma pluralidade de formas de trabalho no campo: posseiros, meeiros, foreiros, arrendatários e assalariados formavam um grupo heterogêneo com modalidades de trabalho distintas, o que dificultava o processo de sindicalização. Com o ETR, as múltiplas categorias de trabalho do mundo rural puderam ser inseridas em uma única, Trabalhador Rural, algo que propiciou o desenvolvimento e proliferação dos sindicatos rurais por todo o país nos mesmos moldes da sindicalização urbana.²⁶⁴

Note-se ainda o quanto a nova categoria se contrapõe ao termo “camponês”, corrente no noticiário e diretamente associado à luta política a partir das ações das Ligas. Trabalhador rural é portanto não apenas uma outra forma de se referir as pessoas que labutam no campo: é um modo de diferenciar esses contingentes daqueles arregimentados pelas Ligas.

O ministro das relações exteriores do governo, San Tiago Dantas, no início do parlamentarismo, já expressava no final de 1961 o interesse em fortalecer a sindicalização rural com o objetivo de enfraquecer outros movimentos sociais como as Ligas Camponesas. De acordo com a reportagem do *Correio da Manhã*

A reforma agrária, a transformação das Ligas em sindicatos rurais e providências correlatas poderão, no dizer do Sr. Santiago Dantas, transformar a situação, conferindo utilidade social ativa e pacífica às Ligas e retirando-lhes o possível caráter revolucionário.²⁶⁵

João Goulart acreditava que a sindicalização rural era, portanto, o caminho para angariar uma nova base política, ao esvaziar as Ligas Camponesas consideradas radicais, inclusive com denúncias de treinamento guerrilheiro, e construindo o espaço pelo qual as reivindicações camponesas iriam ocorrer além, é claro, de obter um

²⁶³STEIN, Leila. op. cit. p. 124.

²⁶⁴DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 71, 2015. P. 144.

²⁶⁵*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 26.10.1961. 1º Cad. p. 7

eficiente meio para promover a Reforma Agrária. Sofrendo grande oposição dentro do Congresso Nacional, o incentivo a mobilização de camponeses e trabalhadores através de comícios, como o da Central do Brasil, e passeatas, se transformou em um dos métodos do presidente para pressionar um Congresso Nacional do qual Goulart dependia e que, como destacado pela historiografia, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) não possuía maioria parlamentar.²⁶⁶

As Ligas Camponesas, por sua vez, ora se distanciaram do caminho sindical, ora se aproximaram dele. As instituições possuem diferenças importantes que devem ser explicitadas, mesmo possuindo o objetivo comum de organizar e representar os trabalhadores do campo. As Ligas Camponesas são associações civis e que não dependem do Estado para existir. Os sindicatos, por sua vez, são entidades oficiais, reconhecidas pelo Estado e que perante a legislação brasileira, possuem legalidade e legitimidade para defender os trabalhadores e representá-los em inúmeros ocasiões, desde condições de trabalho à Justiça do Trabalho.

Vale ressaltar que ambos os grupos coexistiram e tiveram as suas ações confundidas em diversos momentos. No entanto, não podem ser equiparadas. Os sindicatos rurais foram criados deliberadamente para enfraquecer as Ligas Camponesas, pela simples razão de que o reconhecimento oficial suplantaria a legalidade das associações civis para falarem em nome dos trabalhadores do campo em diferentes instâncias e diante do Estado.

O grupo mais radical nas Ligas, de Clodomir Morais, se diferenciava dos sindicatos na sua interpretação da situação rural e nos prognósticos futuros. Acreditavam que ocorreria uma revolução armada em dois ou três anos e para que uma nova ordem social fosse criada era necessário que os camponeses estivessem preparados, por isso o envio para o treinamento guerrilheiro em Cuba. Como demonstra Denise Rollemberg, o grupo liderado por Julião, ao contrário, não tinha a perspectiva revolucionária no seu horizonte e muitas vezes apresentava posições políticas ambíguas.²⁶⁷

²⁶⁶STEIN, Leila. STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Annablume, 2008. DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, vol. 36, nº 71, 2015.

²⁶⁷ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro. Editora Mauad, 2011.

Fernando Azevedo elencou algumas causas para esse processo de decadência das Ligas, dentre as quais: 1) a falta de uma organização vertical que melhor gerisse as ações do grupo em cadeia nacional; 2) as sucessivas disputas internas que dividiram a liderança do movimento; 3) e por fim,

“era, sobretudo, produto de uma atuação tática e uma visão estratégica radicalizante, que se desenvolvia numa faixa própria, contornando e rejeitando as regras do jogo político então em vigor e que passavam pelos acordos e pactos mais amplos”.²⁶⁸

A análise de Clodomir Morais corrobora, em parte, com Fernando Azevedo. Para ele,

enquanto ocorria tudo isso, em 1963, o movimento das Ligas Camponesas debatia-se numa longa e profunda luta interna (...) seu presidente de honra, Francisco Julião, assumiu uma posição pessoal contra o referendun que aboliu o parlamentarismo, coisa que afetou as relações políticas da organização com as correntes progressistas e de esquerda, que conseguiram capitalizar os resultados da sindicalização rural.²⁶⁹

Joseph Page também acredita que os sindicatos rurais foram essenciais para a decadência das Ligas. Segundo o jornalista,

o movimento trabalhista rural em Pernambuco finalmente acabaria com as Ligas Camponesas, na falta de uma explosão de revolta no campo. Os sindicatos tinham status legal e estavam em posição muito superior para assegurar benefícios financeiros, médicos e educacionais aos seus membros, bem como uma participação no poder político. Logo no início da jogada, Julião assumiu a posição de que as suas Ligas e os sindicatos poderiam existir lado a lado. “As Ligas são as mães dos sindicatos”, gostava de repetir.²⁷⁰

Em outra passagem, Page resume, parcialmente, as disputas políticas em Pernambuco e demonstra a pluralidade e a complexidade dos agentes envolvidos nas disputas pelo mundo rural. De acordo com ele,

a competição frequentemente era do tipo bizantino: Arraes versus Goulart, em nível superior; padres versus comunistas, versus Julião, versus trotskistas, versus maoístas, em nível local, com várias alianças sendo formadas e dissolvidas em rápida sucessão. E, no meio de toda esta barulhada, os técnicos da Sudene estavam tentando o seu próprio projeto-piloto de reforma agrária em Pernambuco.²⁷¹

De acordo com os números apresentados pela socióloga Mary Wilkie, os sindicatos rurais católicos possuíam um número de adeptos quatro vezes maior do que o das Ligas Camponesas, em Pernambuco. Enquanto os sindicatos católicos tinham uma

²⁶⁸ AZEVEDO, Fernando. op. cit. p.95.

²⁶⁹ MORAIS, op. cit. p. 56.

²⁷⁰ PAGE, op. cit. p. 114

²⁷¹ Ibid. p. 118

adesão de cerca de 200.000 filiados, no final de 1962, as Ligas contavam com 40.000 pessoas no mesmo período.²⁷²

Sendo assim, percebe-se que os jornais supervalorizaram as Ligas Camponesas nas suas análises e notícias, e parte da historiografia brasileira contribuiu para essa visão ao reproduzir o conteúdo lido em suas páginas. Francisco Julião e outros membros das Ligas são parte constitutiva e importante da mobilização rural na década de 1960, principalmente com vitórias obtidas junto ao Judiciário, quando os camponeses conseguiam por meio legal, a manutenção da posse de uma terra ou colocar os latifundiários no banco dos réus - uma conquista com forte sentido simbólico para o trabalhador rural.²⁷³

Todavia, não possuíam capacidade para ir além disso. Os discursos de Julião eram retóricos e, na prática, geravam mais alvoroço do que qualquer outra coisa. Os periódicos não observaram essa conjuntura e inflaram o ódio às Ligas e, conseqüentemente, ao próprio campesinato. De acordo com Denise Rollemberg,

Ao que parece, Julião, apesar de manter uma imagem radical de si mesmo e das suas posições e estreitas relações com o governo cubano, não esteve envolvido com os planos de formação dos campos de guerrilha e de implantação do foco com o apoio concreto de Cuba. Na verdade, seus discursos inflamados, demonstravam o domínio da oratória e o conhecimento da cultura dos sem-terras, e não seu radicalismo.²⁷⁴

Clodomir Morais, parceiro de luta de Julião, critica-o politicamente:

Naquela ocasião, sua atividade se dirigia a um interesse exclusivamente eleitoral. Na verdade, não havendo obtido votos suficientes para se eleger deputado estadual, tendo sido eleito por votação geral dos outros candidatos do Partido Socialista, Julião devia fazer grandes esforços para conseguir uma reeleição para o quadriênio seguinte. Daí que, como advogado, buscava defender qualquer tipo de causa que resultasse em projeção política eleitoral.²⁷⁵

As Ligas Camponesas, constituídas como o grupo mais mencionado na narrativa sobre o passado das lutas sociais no campo do período, possuem a sua herança histórica que em momento algum deve ser desmerecida. A desapropriação do Engenho Galileia é o maior símbolo da vitória política da organização na sua luta contra a opressão no campo. No entanto, os discursos de Francisco Julião, que são importantes para a

²⁷²WILKIE, Marie. Report on rural syndicates in Pernambuco, Brazil. 2. rev. ed. Madison: Wisconsin University., (mimeo).oct. 1967. p. 39.

²⁷³DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 71, 2015. P 138.

²⁷⁴ROLLEMBERG, op. cit. p. 16

²⁷⁵MORAIS, op. cit. p. 35.

divulgação do grupo, faziam parte do jogo de qualificações e desqualificações típicos da luta política e que, muitas vezes, eram retóricos.

Segundo Federico Neiburg, as questões sociais de uma conjuntura são costuradas pelas pessoas que vivem aquele contexto, e que tentando impor os seus interesses aos demais, criam e constituem para si um lugar no mundo que descrevem.²⁷⁶ Julião com os seus discursos buscava reforçar o seu espaço e tinha interesses pragmáticos nessas construções, como por exemplo, a reeleição política para deputado.

Em síntese, torna-se importante destacar que as Ligas Camponesas foram tratadas como o verdadeiro inimigo interno no mundo rural brasileiro. Na prática, não possuíam capacidade de organização para repetir as vitoriosas revoluções agrárias que ocorreram na América, na Ásia e na África.²⁷⁷

²⁷⁶ NEIBURG, Federico. *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*. São Paulo: Edusp, 1997.

²⁷⁷ WILKIE, Mary. A report on rural syndicates in Pernambuco, Brazil. 2. rev. ed. Madison: Wisconsin University., (mimeo).oct. 1967; AZEVEDO, F. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984; STEIN, Leila. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Annablume, 2008.

Considerações finais

A década de 1960, no Brasil, é marcada pela grande radicalização política, com grupos entrando em conflito sucessivas vezes ao longo da breve experiência democrática nacional. Percebeu-se, assim, uma enorme intransigência de certos setores sociais que eram irredutíveis aos debates.

Parte desses grupos radicalizados da sociedade encontrou ressonância na grande imprensa nacional, em especial, na carioca. Importante frisar que o trabalho se concentra representações produzidas pelos jornais, ou seja, na opinião publicada, não sendo seu objetivo identificar com precisão como o público se apropriou delas. No entanto, é possível perceber como as ideias circulavam entre os próprios jornais fluminenses e como eles se apropriavam dos episódios que consideravam relevantes.

Os jornais pesquisados tinham posições políticas e análises distintas sobre os acontecimentos e rumos do país. Dessa forma, é possível dividi-los em dois grupos, de um lado, o *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, *A Cruz*, *Jornal do Brasil* e o jornal *A Noite*. Em contrapartida, de outro lado, o *Última Hora*, *Novos Rumos* e *O Semanário*. Isso se deve ao posicionamento político geral diante do governo Goulart, que vai do enfrentamento direto à simpatia e críticas moderadas no grupo reduzido.

Os periódicos alocados no primeiro grupo defendiam seus pontos de vista acusando, na maioria das vezes, pejorativamente aqueles que tinham ideologias distintas das suas. Logo, contribuíram para a construção de certos imaginários sociais centrais no processo de desestabilização do governo Jango e que acabaram, posteriormente, solidificando a percepção de que somente uma intervenção militar poderia "consertar" os rumos da nação e impedir a cubanização.

Vale ressaltar que os jornais cariocas expressavam clara e abertamente os seus preceitos ideológicos e os defendiam veementemente. Sendo assim, longe de meros narradores de fatos descritivos da crise que culminou na deposição de João Goulart, os periódicos contribuíram na construção dessa mesma crise, ao emitirem as suas opiniões ou algumas vezes omiti-las. A própria forma como os eventos foram narrados, demonstrou um viés político e que, em grande, parte ajudou no processo da ruptura institucional.

Emergiram nas descrições dos periódicos e nas notícias, a noção de um Nordeste representativo do passado e ligado ao mundo rural. Ou seja, a ideia de que o passado brasileiro, longe de ser glorioso, era marcado pelo atraso, misticismo e ignorância, características supostamente inerentes ao campo e ao campesinato e que, necessariamente, deveriam ser superadas para o progresso do próprio Nordeste e do Brasil.

Marcado pela ampla desigualdade social, fruto da manutenção do latifúndio, das constantes secas e da fome, era potencialmente o palco ideal para grupos de esquerdas agirem e subverterem a ordem no maior país da América Latina. Os jornais alertaram para a imprudência na manutenção do estado das coisas na região e cobraram atitudes enérgicas dos políticos locais e do presidente da República, João Goulart. Além disso, apontaram para grupos e movimentos sociais de caráter revolucionário, como as Ligas Camponesas, e supervalorizaram a sua ação política e social. Nesse contexto e, principalmente, a partir de 1962, começou a ganhar força o discurso de um possível processo de cubanização do país.

Como demonstrado, referia-se à subversão, insegurança e agitação, em um contexto, é claro, evidentemente perigoso da bipolaridade da Guerra Fria, sobretudo, depois da Crise dos Mísseis. Cuba havia sido demonizada pelos seus opositores, e os seus seguidores ou simpatizantes, também deveriam ser combatidos.

A noção de "cubanização" não era tratada na década de 1960 como algo positivo. Na prática, a leitura dos jornais demonstrou que a categoria não era utilizada nem pela própria esquerda como um prognóstico ou algo a ser alcançado. Não foi encontrado em jornais simpatizantes a João Goulart nenhuma referência positiva ou de defesa do conceito. A esquerda buscava se afastar e não assumia a cubanização como uma bandeira dos movimentos sociais. Logo, acusava políticos que incitavam uma possível cubanização do Brasil, vista como uma fonte de caracterização negativa do governo.

Como demonstra o gráfico da incidência da palavra cubanização na introdução, o conceito apareceu diversas outras vezes nos jornais cariocas mesmo após a deposição de Jango. Entende-se que a continuidade e reiteração do conceito a partir de abril de 1964, serviu como uma forma de tentar dar continuidade e legitimidade a ação dos civis e militares que governavam a República. Manteve-se a caracterização de um suposto

perigo revolucionário no país, utilizando-se do verbo cubanizar e acusando os seus agentes políticos.

Nesse ambiente de perseguições, destacou-se o protagonismo das Ligas Camponesas no noticiário carioca, tornando-as sinônimo de qualquer tipo de mobilização rural no Brasil. Greves, passeatas, invasões de terras ou conflitos com proprietários eram atribuídos ao movimento, mesmo quando outras forças o protagonizavam. Logo, a palavra Ligas Camponesas tornou-se nos jornais, assim como o verbo cubanizar, uma categoria generalista para o campo brasileiro e que trazia consigo um forte sentido negativo de subversão e perigo.

De fato, setores nas Ligas Camponesas buscavam uma associação a grupos externos, no caso com Cuba. Essa ligação busca fortalecer o movimento social na disputa interna do país, visto que não é um alinhamento sem recompensas, estritamente ideológico. Na prática, as Ligas procuram o auxílio cubano por uma necessidade pragmática e buscando algo em troca. No entanto, não é correto supervalorizar o movimento das Ligas, em detrimento dos demais, e inferir que todo o campesinato é favorável a cubanização do país.

Posteriormente, esse tipo de construção contribuiu para demonização da população rural, tratada como perigosa e previamente revolucionária, visto as experiências de Cuba e da China. No entanto, pouco se percebeu que as Ligas já estavam em declínio e a opção revolucionária não era encampada pela maioria dos sindicatos rurais no país.

O imaginário social construído²⁷⁸, contribuiu para reforçar certos símbolos, como Julião e o seu lema da reforma agrária, assim como mitos, por exemplo, do campo como palco da revolução social, que atuaram como mantenedores da concentração de poderes e de privilégios sociais para determinados grupos. Sendo assim, reforça-se a perspectiva de que o objetivo dos periódicos de oposição à Goulart era se fazer crer e, em certo sentido, conseguiram costurar uma rede de significado que é essencial para a compreensão do fim do regime democrático brasileiro em 1964.

²⁷⁸Vale Ressaltar, no entanto, que a construção do imaginário social não é hegemônico. Essa tentativa faz parte de representações e criações que estavam constantemente em disputa na sociedade brasileira.

Todo esse contexto político e o discurso construído ao longo da década de 1960 buscou desestabilizar o governo de João Goulart. As reformas de base propostas por Jango traziam a promessa de alterar as estruturas da economia brasileira e mexer na base agrária do país. O discurso da cubanização, portanto, contribuiu para frear conquistas ou a expansão delas, por parte do operariado e dos camponeses do país. Além disso, contribuiu em larga escala para a perseguição política ao campesinato e, em última medida, para o fim do regime democrático brasileiro. O perigo apontado pelos jornais desestabilizou o governo Goulart e, posteriormente, buscou legitimar e justificar a ação golpista que foi executada em 1964.

Apêndice

Lista dos periódicos²⁷⁹:

1- A Cruz

- Fundação: 21 de Setembro de 1919

- Fundador: Dom André Arcoverde

- Histórico: A origem do periódico A Cruz está relacionado diretamente à comunidade católica do Rio de Janeiro. Com sede e administração na Matriz de São João Batista, situada no bairro de Botafogo, zona sul carioca, em seus primeiros anos o jornal teve a função de servir como um elo de comunicação entre a Igreja e os seus fiéis, transmitindo os ideais e princípios da fé crista para toda comunidade carioca.

- Linha Editorial: A partir da década de 1960, desde o primeiro momento o periódico adotou uma linha editorial de cunho conservadora, sinalizando o perigo iminente do país se transformar em uma república vermelha e comunista, como Cuba. Em editorial do dia 17 de setembro de 1961, o jornal publica uma matéria, que em certo momento possui o seguinte trecho: “Os comunistas, no entanto, continuam aí, cada vez mais assanhados e perigosos através as suas várias linhas” (...). Firmando posição crítica ao governo de João Goulart, e favorável ao “bem estar do povo e ao engrandecimento da pátria”, o periódico A Cruz acusava o governo estabelecido de facilitar e propagar as ideias do comunismo em território nacional, fator que levaria ao tão temido processo de cubanização do país. Com a deflagração do golpe civil-militar de 1964, o jornal apoiou o mesmo, justificando a atuação do Exército em prol da unidade nacional, contra o perigo do espectro comunista. Menos de uma década depois, o periódico saíria de circulação no dia 18 de março de 1973.

²⁷⁹Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro- CPDOC/FGV; Biblioteca Nacional do Brasil- Hemeroteca Digital Brasileira.

2- A Noite

Fundação: 18 de Junho de 1911

-Fundador: Irineu Marinho

- Histórico: Nos primeiros anos de circulação, o periódico A Noite se caracterizou por adotar uma linha oposicionista, aproximando-se das oligarquias dissidentes que estavam fora do jogo político da chamada Primeira República. Com a saída de Irineu Marinho em 1925 da direção do periódico, e a entrada de Geraldo Rocha, o jornal sofreu mudanças substanciais em seu posicionamento político. De periódico oposicionista, passou ao mais irrestrito apoio às oligarquias dominantes no cenário político brasileiro. Com a eclosão da chamada Revolução de 1930, o jornal manteve-se contrário ao movimento, publicando artigos contra os insurgentes. Com a vitória dos revolucionários liderados por Getúlio Vargas, o periódico sofreu forte represália por parte do novo governo estabelecido.

- Linha Editorial: Passando por diversas fases, e por crises administrativas e financeiras, com o fim do Estado Novo, A Noite entrou a década de 1950 afundado em dívidas, culminando com o seu primeiro fechamento no dia 27 de dezembro de 1957. Ressurgindo dois anos depois, em 1959, por iniciativa de seus antigos funcionários, o jornal voltou a circular mostrando um posicionamento “equidistante de governo e oposição, disposto a mostrar apenas compromissos com a comunidade social, para resguardar a justiça de seus julgamentos”. A partir da década de 1960, o periódico apoiou o golpe civil-militar de 1964, mas devido a crises financeiras e administrativas, o jornal circulou pela última vez até o dia 31 de agosto de 1964.

3- Correio da Manhã

- Fundação: 15 de Junho de 1901

- Fundador: Edmundo Bittencourt

- Histórico: O surgimento do periódico Correio da Manhã está relacionado diretamente à Revolução Federalista, ocorrida no Rio Grande do Sul, nos primeiros anos da República, e aos eventos subsequentes no cenário político da nação. Em um primeiro momento, o jornal se comprometeu a ser isento de qualquer tipo de compromisso partidário, mostrando-se defensor “da causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é,

do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades”, aproximando-se nos primeiros anos das camadas mais populares da sociedade brasileira.

- Linha Editorial: Durante a campanha para as eleições presidenciais de 1960, o periódico manteve uma posição independente, não apoiando nem Jânio Quadros, nem o Marechal Lott, demonstrando portanto, uma posição de neutralidade. Com a eleição do primeiro, o jornal se posicionou criticamente às medidas específicas de Jânio, como a condecoração de Ernesto “Che” Guevara. Diante da renúncia do presidente, o Correio da Manhã manteve seu posicionamento legalista, defendendo a posse do vice-presidente João Goulart, embora não apoiasse a tradição trabalhista do mesmo, herança política de Getúlio Vargas. Acusando o governo de Goulart de radicalismo político, a oposição ao governo estabelecido representava verdadeiramente uma reação do periódico à ameaça do avanço de uma organização política de esquerda no país, pondo em risco os pressupostos liberais e conservadores do jornal. Com a deflagração do golpe civil-militar de 1964, o Correio da Manhã apoiou a derrubada do presidente, por almejar uma solução imediata para a crise política instaurada no país. Logo após o golpe, ao perceber que se instaurava uma ditadura militar no país, o periódico passou a denunciar torturas e arbitrariedades do novo governo. Com o novo posicionamento, vieram novos problemas, de cunho político e financeiro, tornando a situação do periódico insustentável, ocasionando o seu fechamento no dia 8 de Julho de 1974, com a circulação de seu último e derradeiro exemplar.

4- Diário da Noite

- Fundação: 1929

-Fundador: Grupo Assis Chateaubriand

-Histórico: Através dos recursos conseguidos por João Neves da Fontoura, advogado, jornalista e político brasileiro, a fundação do periódico teve amplo apoio da Aliança Liberal, união essa formalizada pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, em oposição à candidatura do político paulista Júlio Prestes.

- Linha Editorial: Mantendo-se ao lado do governo estabelecido de Getúlio Vargas no começo da década de 1930, em certos momentos se posicionou de maneira crítica às certas medidas impostas pelo governo, como a criação do Tribunal Especial, que seria um tribunal de exceção constituído pelo governo para julgar crimes políticos de seus

opositores. Na medida em que criticava algumas medidas do governo provisório de Vargas, publicava matérias favoráveis ao mesmo governo, fator que não impediu o aumento da censura por parte do governo central, principalmente a partir de 1932. Alguns anos depois, com o golpe do Estado Novo, o Diário da Noite voltou a apoiar de maneira integral o governo liderado por Vargas.

No fim da década de 1950, a crise financeira se instaurou dentro do jornal, e em fevereiro de 1961, saía de circulação o periódico carioca.

5- Diário Carioca

- Fundação: 17 de Julho de 1928

- Fundador: José Eduardo de Macedo Soares

- Histórico: Apesar de inicialmente estar ligado ao poder institucionalizado, posteriormente Macedo Soares funda o Diário Carioca com o objetivo primário de fazer oposição ao governo de Washington Luís, e desde o seu primeiro exemplar, caracterizava-se pela natureza genuinamente política. De acordo com o seu idealizador, o principal objetivo do jornal era “servir ao país, traduzindo lealmente seus sentimentos, esclarecendo e interpretando as correntes de opinião, e assumindo com honestidade e firmeza a parcela de responsabilidade que lhe coubesse nas lutas da política brasileira”.

- Linha Editorial: Se posicionando de maneira diversa, principalmente de acordo com o contexto político do momento, durante o mandato de Juscelino Kubitschek, o jornal se manteve favorável ao poder institucionalizado. Posteriormente, durante as eleições para a presidência em 1960, o periódico apoiou a candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott. Com a eleição de Jânio Quadros, e seu posterior pedido de renúncia, o periódico apoiou de maneira integral o governo de João Goulart. Com o golpe civil-militar de 1964, por manter vinculações aos ideais trabalhistas, representados pelo governo deposto, e principalmente por dívidas, dificuldades materiais e perda de sua influência política, o Diário Carioca passou a sofrer com uma crise de grandes proporções, culminando com o seu fechamento no dia 31 de dezembro de 1965.

6- Diário de Notícias

- Fundação: 12 de Junho de 1930

- Fundador: Orlando Vilar Ribeiro Dantas, jornalista potiguar. Além do jornalista em questão, o periódico era comandado pela orientação de outros dois jornalistas, Nóbrega da Cunha e Figueiredo Pimentel, todos recém-saídos do periódico *O Jornal*.

- Histórico: No contexto de agitações e de abertura para o debate político após as eleições presidenciais de 1930, surgiu o *Diário de Notícias*. Desde a sua fundação, a linha editorial do jornal foi claramente definida, se posicionando contra as antigas oligarquias que dominavam a chamada “República Velha”, e portanto, se opondo ao governo recém eleito em março do mesmo ano, liderado pelo candidato da situação Júlio Prestes.

- Linha Editorial: Durante a década de 1960, com a proximidade das eleições presidenciais no final do mesmo ano, o periódico empreendeu decisivo apoio a candidatura de Jânio Quadros, pois do ponto de vista do jornal, o candidato em questão seria ideal para realizar as mudanças necessárias para o país. Com a renúncia de Jânio em agosto de 1961, o *Diário de Notícias* defendeu a posse do vice-presidente João Goulart. Contrariando sua anterior posição antigetulista, o jornal deu apoio a diversas medidas do novo governo empossado, como as reformas de base. Com a eclosão do golpe civil-militar de 1964, o periódico se afastou da base do governo para apoiar os militares. Nos últimos anos de produção, com a situação financeira agravada, o jornal entrou em uma crise sem precedentes, culminando no seu fechamento no ano de 1974.

7- Jornal do Brasil

-Fundação: 9 de Abril de 1891

-Fundador: Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco

- Histórico: No contexto de fervorosa agitação política e social, com a Proclamação da República em 1889, o periódico é fundado por elementos ligados ao antigo regime monárquico, com o objetivo claro e manifesto de veicular as críticas ao novo governo estabelecido. Com a liberalização política, acompanhada pelo estabelecimento de uma nova Constituinte e o início do governo de Marechal Deodoro da Fonseca (fevereiro de 1891), o *Jornal do Brasil* é lançado no mês de abril do mesmo ano. Além de Rodolfo

Dantas e Joaquim Nabuco, o jornal tinha colaboradores como Gusmão Lobo, Sousa Ferreira, Sandro Constâncio Alves, Aristίδes Espínola e Antônio de Sousa Pinto.

Em sua declaração inaugural de princípios, o periódico traçava as diretrizes básicas de seu posicionamento político, afirmando seu objetivo de criticar o governo, mantendo posições moderadas, pretendendo manter boas relações com o regime republicano recém-estabelecido no país.

Linha Editorial- Com a mudança de direção do periódico na década de 1960, chefiada por Alberto Dines, jornalista e responsável pela nova edição do mesmo, o *Jornal do Brasil* sofreu mudanças sistemáticas, implementando uma extensa reforma em seu interior, permitindo uma nova estatura na formação da opinião política do país e estimulando as mudanças gráficas dos demais periódicos cariocas. Apesar da reestruturação, o periódico manteve-se fiel às suas bases de sustentação, definindo-se como um órgão: “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”. O jornal não definiu seu posicionamento para as eleições presidenciais de 1960, mas mostrou-se desapontado com o início do governo do presidente eleito, Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio em agosto de 1961, e a crise em volta da posse do vice João Goulart, o periódico defendeu a legalidade. Embora contrário ao regime parlamentarista, o jornal defendeu tal alternativa como uma solução para o impasse político em que se encontrava o país, apoiando a posse de Goulart, e suas principais medidas, como a política externa independente, e as reformas de base. Com o fracasso do chamado Plano Trienal, e a maior inclinação do governo à esquerda, o jornal rompeu definitivamente com o governo central, passando para o lado oposicionista. Acreditando que a democracia estava ameaçada, o periódico passou a apoiar a intervenção militar como solução de emergência para a crise. Em julho de 2010, foi anunciado o fim da edição impressa do jornal, e a partir do dia 1º de setembro, passou a circular somente em versão online.

8- Novos Rumos

- Fundação: Fevereiro de 1959

- Fundador: Partido Comunista do Brasil

- Histórico: Fundado sob a direção de Mário Alves e Orlando Bonfim, políticos ligados a bancada comunista, o periódico surgiu como órgão semi-oficial do PCB, com a dupla função de apresentar as demandas do partido para seus próprios quadros, e servir de mensageiro dos objetivos e das lutas do proletariado. Focando na liberdade de opinião e de ação na análise de questões importantes para o país, o jornal Novos Rumos refletia em seus editoriais a orientação do partido, focando nos assuntos nacionais sob a ótica comunista.

- Linha Editorial: Mostrando-se abertamente clara oposição ao golpe civil-militar de 1964, o jornal teve sua circulação suspensa com a deflagração do golpe, e suas atividades foram encerradas de maneira definitiva no dia 19 de abril de 1964.

9- Jornal O Globo

- Fundação: 29 de Julho de 1925

-Fundador: Irineu Marinho

- Histórico: Após deixar a direção do periódico *A Noite*, no início de 1925 Irineu Marinho viajou para a Europa, e ao voltar ao Brasil, em parceria com Herbert Moses e Justo de Moraes, Marinho teve a ideia de fundar um jornal que “renovasse os padrões dominantes na imprensa carioca”. Já em seu primeiro número, o jornal recém-fundado destacava seu posicionamento independente, na medida em que não desejava a intervenção de nenhuma força externa à seus próprios quadros, e “isento de afinidades com governos”. Fundado no fim do governo de Artur Bernardes, *O Globo* preocupava-se em demonstrar interesses pelas causas populares, como o aumento de vencimentos do funcionalismo público, combate à carestia, entre outras demandas.

-Linha Editorial: Durante a campanha para as eleições presidenciais de 1960, o jornal demonstrou apoio irrestrito à campanha de Jânio Quadros, que com o apoio da UDN, venceu as eleições, derrotando o candidato do PTB, Marechal Henrique Lott. Durante o governo de Jânio, o periódico reagiu com certa perplexidade à algumas medidas do

governo estabelecido, sobretudo as relativas à política externa, que se aproximava dos países socialistas. Com a renúncia de Jânio Quadros, imediatamente o jornal se mostrou contrário a posse de Goulart, apoiando a opção conciliatória, através do viés parlamentarista. Durante o governo de Jango, *O Globo* demonstrou ferrenha oposição, defendendo os interesses do capital estrangeiro e atacando as reformas de base propostas pelo governo central. Com o início do regime presidencialista de Goulart, em janeiro de 1963, o periódico manteve-se em oposição, até a eclosão do golpe civil-militar em março de 1964, movimento apoiado pelo jornal de maneira irrestrita. Até os dias de hoje, circula em dois formatos, o impresso e o digital.

10- O Semanário

- Fundação: 5 de abril de 1956

- Fundador: Osvaldo Costa

- Histórico: Contando com a colaboração de Francisco Julião (líder das Ligas Camponesas) no Nordeste, Nelson Werneck Sodré, dentre outros, o periódico *O Semanário* no seu início caracterizou-se pela publicação de longas reportagens, sem instituir um compromisso político definido. Mas ainda no seu primeiro ano de existência, passou a defender de maneira direta os interesses nacionais, se opondo a políticas que visassem o aumento da influência estrangeira em solo brasileiro.

- Linha Editorial: Com as eleições presidenciais de 1960 em curso, o periódico deu integral apoio a candidatura do Marechal Lott. Com a vitória de seu concorrente Jânio Quadros, o jornal passou a demonstrar uma oposição crítica ao governo estabelecido. Com a queda de Jânio e a consequente posse de João Goulart, o jornal centrou sua posição na defesa da posse de Jango e posteriormente do governo do mesmo, denunciando e combatendo em suas páginas as tentativas de golpe por parte dos militares. Sempre na defesa do regime constitucional, com o golpe civil-militar de 1964, o periódico é extinto logo após o desencadeamento do golpe, em abril de 1964.

11- Tribuna de Imprensa

- Fundação: 27 de dezembro de 1949

- Fundador: Carlos Frederico Werneck de Lacerda

-Histórico: Anteriormente à fundação do periódico Tribuna de Imprensa, Carlos Lacerda possuía uma coluna homônima no periódico Correio da Manhã. Após desentendimentos com o proprietário do jornal em que trabalhava, Lacerda funda um novo periódico, e que desde os seus primeiros passos representaria as posições da União Democrática Nacional (UDN), e manteria oposição ferrenha aos ideais do getulismo. Claramente demonstrando posições conservadoras, o periódico refletia de maneira fiel o pensamento de seu proprietário, que dizia que o seu jornal surgia “para servir à cristianização da sociedade”, e considerava o jornal democrático.

-Linha Editorial: Mantendo uma linha oposicionista perante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, com as eleições de 1960, o periódico apoiou a candidatura de Jânio Quadros, político ligado aos setores mais conservadores da sociedade brasileira, e mesmo com a vitória nas urnas de Jânio, tal fator não impediu o periódico de criticar principalmente posições relativas à política externa do governo recém-eleito. Com a renúncia precoce de Jânio Quadros, a Tribuna de Imprensa foi um dos primeiros jornais a apoiar imediatamente a tentativa de uma intervenção militar constitucional no país, para impedir a posse do vice-presidente João Goulart, ligado aos setores trabalhistas e getulistas. Com a posse de Jango, desde o primeiro momento o periódico se opôs ao novo governo, fator que seria decisivo para o apoio do jornal ao golpe militar de 1964. Com o passar dos anos, com o surgimento de problemas de ordem financeira, o periódico deixou de circular em papel no dia 2 de dezembro de 2008, mantendo contudo, uma edição online.

12-Última Hora

-Fundação: 12 de Junho de 1951

-Fundador: Samuel Wainer

-Histórico: O periódico foi fundado com o objetivo inicial de respaldar o governo de Getúlio Vargas junto à opinião pública. Segundo o seu próprio fundador, a principal finalidade do jornal seria romper com “a formação oligárquica da imprensa brasileira e dar início a um tipo de imprensa popular e independente”. Com isso, o Última Hora pretendia ser “um jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo”, governo este que representasse a vontade popular. Com o apoio dado ao governo de Vargas, a partir de 1953, o periódico começou a sofrer uma grave crise, assumida por setores da imprensa, da política e da sociedade que eram contrários ao governo estabelecido. Carlos Lacerda, político e jornalista, dono do Tribuna de Imprensa, e ligado a setores conservadores da sociedade carioca, acusava o periódico de ser “um dos principais órgãos da imprensa comunista”.

- Linha Editorial: Com as eleições presidenciais de 1960, o jornal apoiou a candidatura do Marechal Lott. Comprometido com os ideais trabalhistas, desde a época varguista, o periódico também apoiou a candidatura para vice-presidente de João Goulart. Com a eleição de Jânio Quadros e sua posterior renúncia, o jornal apoiou a posse e posterior governo de Goulart, até às vésperas do golpe de 1964, mesmo após a Revolta dos Marinheiros, em março do mesmo ano, fator que pôs o restante da imprensa nacional contra o governo de Goulart. Mesmo após a eclosão do golpe, mudanças de direção e administração, tomado por dívidas e uma extensa crise financeira, o jornal se manteve ativo até o dia 26 de julho de 1991, dia em que saiu de circulação.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. *"A Modernização da Imprensa no Brasil" (1970-2000)*. Coleção Descobrimo o Brasil. Editora Zahar. 1ª Edição, 2002.

AMÉRICO, Freire; FERREIRA, Jorge. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. 1ª Edição, Editora Civilização Brasileira. São Paulo, 2016.

AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BACZKO, Bronislaw. *"A imaginação social"* In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BADARÓ, Marcelo; MELO, Demian. (Org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Editora Consequência, 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2014.

BALTHAZAR, Pedro Henrique Barbosa. XVI Encontro Regional de História da Anpuh RJ. *Sindicalização Rural no governo de João Goulart (1961-1964): As discussões historiográficas acerca do campo brasileiro*. 2014. (Simpósio).

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do barão: relações exteriores do Brasil (1912-1964)*. Vol. 1 Editora Paz e Terra, São Paulo 1ª Edição, 2001.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984.

BECKER, Jean-Jacques. *"A opinião pública"*, In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, Ed. UFRJ, 1996.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Editora UNB, Brasília. 11ª Edição, 1998.

BORGES, NILSON. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: O Brasil Republicano Vol. 4. O tempo da ditadura: o regime militar e movimentos sociais

em fins do século XX. (Org.) FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Editora Civilização Brasileira, 2ª Edição. Rio de Janeiro, 2007.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: BORIS, Fausto (org.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1983.

_____. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. Tese de Doutorado. Université de Paris, 1973 (mimeo.).

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Vol.2 (Org.) FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Editora Civilização Brasileira, 6ª Edição. Rio de Janeiro, 2013.

CHE GUEVARA, Ernesto. *O Diário do Che na Bolívia*. Editora Record. 1ª Edição, Rio de Janeiro, 1997.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência*. Revista Psicologia em estudo, vol. 5, nº 2, 2000.

DABAT, Christine P. Y. R. *Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de Doutorado; PPGH, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2003.

De KADT, Emanuel. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO, MEC, 2007.

DEZEMONE, Marcus. *Revoluções Camponesas no século XX*. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.) *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

_____. *A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois*. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 71, 2015.

_____. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado, 2008.

DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado*. Editora Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Editora: Civilização Brasileira: 2011.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3, Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

_____. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo- o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Editora Civilização Brasileira, 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1993.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Editora Companhia Nacional. 32ª Edição, São Paulo, 2005.

GARCIA, Afrânio e PALMEIRA, Moacir. “*Rastros de Casas Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro*”. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: Um século de Transformações*. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GARCIA, Afrânio; GRYNSZPAN, Mario. *Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão*. In: S. Miceli (org.). *O que ler em ciências sociais*. São Paulo: ANPOCS, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRYNZSPAN, Mario. *Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República*. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GRYNZSPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Editora Paz e Terra. 4ª Edição. Rio de Janeiro, 1968.

KORNIS, Mônica. *Verbetes Biográfico João Pinheiro Neto*. Acervo Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2010.

LUCCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p.134. In: Pinsky, Carla Bassanezi. *As fontes históricas*: São Paulo: Contexto, 2008.

MASCARENHAS, Lícia; LOURENÇO NETO, Sydenham. *Verbetes Temático SUDENE*. Acervo Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2010.

MELLO, Maria Conceição D'Incao e. *O Boia-Fria: acumulação e miséria*. Editora Vozes, 5ª Edição, 1977.

MORAIS, Clodomir Santos. *História das Ligas Camponesas do Brasil (1969)*. In: STEDILE, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. Editora Expressão Popular. 2ª Edição, São Paulo.

MOTTA, Márcia. *Dicionário da terra*. Editora Civilização Brasileira, 1ª Edição. São Paulo, 2005.

MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro continua sendo?*, Rio de Janeiro, CPDOC 2000.

MUNIZ, Durval de Albuquerque. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª Edição, São Paulo, 2011.

NEIBURG, Federico. *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*. São Paulo: Edusp, 1997.

PAGE, Joseph. *Caos no campo*. In: STEDILE, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. Editora Expressão Popular. 2ª Edição, São Paulo, 2012.

PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat*. Tese de Doutorado. Université de Paris, 1971. (mimeo.)

PANTOJA, Renata; LEMOS, Renato. *Verbete Biográfico Miguel Arrais de Alencar*. Acervo Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2010.

PEREIRA, Anthony. "*O declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos: As organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963*". Universidade Tulane, Louisiana (EUA). *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*, Nº 26-2, 2008.

PRADO Jr. Caio *A Revolução Brasileira e a questão agrária no Brasil*. Editora: Companhia das Letras. 3ª Edição, São Paulo, 2014.

_____. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. Cia das Letras, São Paulo, 1942.

RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte; esperança de vida: a história das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), IFCH. Campinas, 2000.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo P. *O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Editora Zahar. 1ª Edição, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro. Editora Mauad, 2011.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo*. Acervo Dossiê Jango. FGV/CPDOC, 2014.

STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Annablume, 2008.

TOLEDO, C. N. de. (Org.) 1964: *visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. São Paulo: Unicamp, 1997.

WELCH, Clifford. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. Editora Expressão Popular. São Paulo, 1ª Edição, 2010.

_____. *Rivalidade e Unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do golpe de 1964*. Projeto História. São Paulo, vol.29, 2004.

WILKIE, Mary. *A report on rural syndicates in Pernambuco, Brazil*. 2. rev. ed. Madison: Wisconsin University., (mimeo).oct. 1967.

Periódicos

Jornal *A Cruz*

Jornal *A Noite*

Jornal *Correio da Manhã*

Jornal *Diário da Noite*

Jornal *Diário Carioca*

Jornal *Diário de Notícias*

Jornal *do Brasil*

Jornal *O Globo*

Jornal *Novos Rumos*

Jornal *O Semanário*

Jornal *Tribuna de Imprensa*

Jornal *Última Hora*

Filmografia

Nordeste: Problema nº 1. Direção: Floriano Peixoto, Ubirajara Dantas e Irene S. Soares. Produção: Atlântida Cinematográfica Limitada e Jean Manzon. Brasil, Rio de Janeiro, 1962. 10 min. Formato: 16 mm.

Arquivos Públicos

Arquivo da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Acervo CEPE (Companhia Editora de Pernambuco). CPI do IBAD e do IPES. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/comissao-verdade.html>.

Fundação Getúlio Vargas (CPDOC). Acervo do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>.

_____. Acervo do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-arrais-de-alencar>.

_____. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-pinheiro-neto-2>

_____. Disponível em: Plano Cohen. In: A Era Vargas:

dos anos 20 a 1945. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>.

Fundação Biblioteca Nacional do Brasil- Hemeroteca Digital Brasileira.